



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



Opções do Plano e Orçamento 2017

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Tel: 249 730 060 | Fax: 249 730 069 | E-mail: geral@cimt.pt

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objetivos Estratégicos	5
2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	5
2.2 Objetivo Estratégico 2: Incorporação de valor na atividade empresarial	6
2.3 Objetivo Estratégico 3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	6
2.4 Objetivo Estratégico 4: Consolidação da massa crítica urbana	7
2.5 Objetivo Estratégico 5: Governação inteligente e multidimensional	7
3. Projetos	9
3.1 Listagem dos Projetos e Atividades	9
3.2 Fichas de Projeto	11
3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2016	53
4. Recursos Humanos	56
4.1 Mapa de Pessoal	56
5. Enquadramento Financeiro	60
5.1 Quotização	60
5.2 Projetos – Critérios de Imputação	62
5.3 Projetos – Comparticipação Financeira Solicitada aos Municípios	63
5.4 Política Orçamental	64
5.5 Análise Financeira	65
6. Anexos	69
6.1 Mapa de Pessoal	70
6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal	72
6.3 Grandes Opções do Plano	83
6.4 Plano Plurianual de Investimentos	91
6.5 Atividades Mais Relevantes	96
6.6 Orçamento - Resumo	103
6.7 Orçamento da Receita e da Despesa	105
6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo	114
6.9 Orçamento - Resumo por Classificação Económica	116
6.10 Orçamento - Resumo por Classificação Orgânica	121
6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)	123

1. Enquadramento

As Opções do Plano e Orçamento para 2017 refletem, pela primeira vez, o **pleno funcionamento dos mecanismos de apoio do Portugal 2020**. Apresenta-se o Plano para a **concretização de um conjunto de projetos intermunicipais de dimensão relevante** que visam a dinamização e a participação em processos de planeamento estratégico de base territorial, fomentando parcerias entre agentes regionais, indo-se assim ao encontro das políticas públicas para o fortalecimento da **rede de governação integrada**.

Prevendo-se que novas competências para os municípios e CIMs sejam delegadas para reforço e aprofundamento da autonomia local e regional, estes projetos constituem, desde logo, a par das competências previstas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, um desafio para a concretização de um desenvolvimento mais eficaz e inteligente para este território tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas.

São exemplo de boas práticas desta região, replicadas em outras regiões, os projetos desenvolvidos em matéria de transportes, designadamente o **projeto Transporte a Pedido no Médio Tejo, perspetivando-se para o ano de 2017 o alargamento à generalidade dos concelhos do Médio Tejo**. Também, no contexto do novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de junho), e tendo em conta a estratégia de organização de competências aprovada em Conselho Intermunicipal e contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com os Municípios, **em 2017 a CIM assegura as funções de Autoridade de Transportes para a generalidade dos serviços públicos de transporte de passageiros no Médio Tejo**, com exceção dos serviços de transporte urbanos e serviços de transporte realizados, através de meios próprios, pelo Município de Vila de Rei.

Salienta-se que com base no Decreto-Lei n.º 30/2015 de 12 de fevereiro os principais projetos **intermunicipais** que se dá continuidade incidem nos **domínios social, educação, saúde e cultura, apresentando-se outros novos projetos naqueles domínios e que foram ao encontro dos avisos de abertura de candidaturas aos fundos comunitários**.

Neste contexto, e perante a estratégia de desenvolvimento de base territorial para a Região do Médio Tejo 2014-2020, que tem vindo a ser construída no quadro das orientações europeias, nacionais e regionais, **os objetivos de médio prazo da CIMT, tal como se referiu nas Opções do Plano e Orçamento para 2016, decorrem das cinco orientações estratégicas do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020** (Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico, Incorporação de valor na atividade empresarial, promoção da coesão e da qualidade de vida, Consolidação de massa crítica urbana e Governação inteligente e multidimensional).

O ano de 2017 marcará, finalmente, a operacionalização das medidas do Fundo Social Europeu previstas no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, nas quais as autarquias são os principais beneficiários ou interlocutores. Neste contexto, faz-se referência especial à **prioridade de investimento 10.1, que representa cerca de 18% da dotação contratualizada no Pacto**, e para a qual se prevê uma **intervenção integrada CIM/Municípios/Agrupamentos de Escolas para o combate ao abandono e insucesso escolar no Médio Tejo**.

Referência, também, às **prioridades de investimento 9.1 e 9.4 (inclusão social, envelhecimento ativo)**, que apesar de estarmos no 3.º ano do atual quadro comunitário, **não há ainda qualquer evolução relativamente à operacionalização destas medidas** por parte das Autoridades de Gestão do Portugal 2020. Estando estas medidas contratualizadas no Pacto, o desenvolvimento dos projetos neste âmbito são contemplados no plano de atividades para 2017.

Salienta-se, ainda, a **operacionalização em 2017 das medidas de apoio a projetos locais de empreendedorismo, criação de emprego e empresas**, através das medidas 8.3 e 8.8 contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

Por último, no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recurso, destaca-se o desenvolvimento do **projeto de Cadastro de Infraestruturas em Baixa**, com o objetivo de aumentar o conhecimento das redes AA e SAR e favorecer uma gestão mais eficiente, e ainda o **projeto de videovigilância para incêndios**, que visa a ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais.

2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos que pautam a atividade da Comunidade Intermunicipal **decorrem diretamente das orientações constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo** para o período de programação estrutural 2014-2020, que sucintamente se descrevem abaixo, e que dão suporte aos projetos e atividades dos diversos serviços da CIMT.



2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico

A **valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico** são diretrizes assumidas como determinantes para o desenvolvimento territorial, económico, social e ambiental da região do Médio Tejo, justificada pela **grande diversidade de valências endógenas regionais**, tais como os **recursos agrícolas e florestais, o património natural, religioso e edificado, a história, a tradição e a cultura**.

A valorização económica dos recursos endógenos da região e do seu potencial turístico deve ser prosseguida numa **perspetiva indissociável das questões da sustentabilidade**, e cujos desafios estratégicos assentam:

- ✓ num território “verde” e “azul” que preserva a biodiversidade, garante a qualidade ambiental e aposta nas energias renováveis e em soluções de otimização energética;
- ✓ numa base ecológica à qual se acrescenta conhecimento e promove o desenvolvimento dos setores agrícola e florestal;
- ✓ numa efetiva diversificação da fileira de atividades ligadas ao mundo rural e natural;
- ✓ num turismo de qualidade baseado em produtos turísticos organizados;
- ✓ numa projeção nacional e internacional das potencialidades intrínsecas ao território; e

- ✓ num definitivo reforço da identidade regional e da consolidação do segmento turístico do Médio Tejo, pelo avivamento histórico-cultural, do património edificado e natural e dos recursos endógenos, onde a bacia do Tejo e Zêzere assume protagonismo.

2.2 Objetivo Estratégico 2: **Incorporação de valor na atividade empresarial**

A estratégia de desenvolvimento da região incorpora as orientações de **reforço das políticas públicas no sentido de uma maior articulação com o tecido empresarial**, onde se mostra essencial a criação e sustentação de **dinâmicas de cooperação em rede** que promovam o **desenvolvimento e transferência de tecnologia e a partilha de conhecimento**, no quadro da especialização inteligente preconizada pela estratégia europeia.

Neste contexto de afirmação do Médio Tejo como um território competitivo e empreendedor, enquadram-se iniciativas que concorram para a melhoria da competitividade do tecido económico da região, privilegiando intervenções direcionadas para a **promoção de vantagens de localização empresarial**, assentes na criação e **reforço de competências** relevantes, na dinamização de um **ambiente de inovação** e na **promoção do empreendedorismo**, que **alavancuem a criação de emprego e riqueza** na região, tendo por base:

- ✓ as vantagens de localização empresarial e a eficiência coletiva resultante da gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e dos serviços empresariais;
- ✓ a diversificação da base económica e a extensão das cadeias de produção para um tecido empresarial mais forte;
- ✓ a aposta na qualificação do capital humano adequando-o às necessidades reais das empresas; e
- ✓ um compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação, com uma orientação definitiva para a internacionalização das empresas.

2.3 Objetivo Estratégico 3: **Promoção da coesão e da qualidade de vida**

A promoção da coesão e da qualidade de vida constitui um imperativo estratégico que concorre para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, naquilo que se prende com a estruturação de funções modernas que proporcionem **melhores vivências** aos atuais residentes e **auzem a atratividade global da região**. A promoção da coesão e da qualidade de vida ganha pertinência particular numa **região extensa e heterogénea que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante**, com consequências mais visíveis no **esvaziamento das zonas rurais**, onde o fenómeno cada vez mais intenso de **envelhecimento e as assimetrias territoriais** colocam desafios consideráveis para a **construção de um território coeso e inclusivo**.

Incorpora a preocupação na **articulação dos agentes e competências do território** enquanto mecanismo de melhoria do **combate à pobreza e de promoção da inclusão**, enquadrando intervenções que visam **melhorar o acesso e a cobertura dos serviços de saúde e educação prestados às populações**, bem

como garantir as **condições de mobilidade interna que mitiguem as assimetrias territoriais** que se verificam atualmente.

Esta orientação estratégica assume o objetivo geral do cumprimento dos primados da coesão e sustentabilidade, em sentido lato, o que conflui para elementos tão diversos quanto:

- ✓ a garantia das condições de coesão e de convergência conjunta da região alicerçada na trajetória positiva dos diferentes polos urbanos e rurais;
- ✓ a resiliência e valorização criativa da sustentabilidade económica do mundo rural;
- ✓ a garantia de uma oferta diferenciada e atrativa de serviços às famílias;
- ✓ o desenvolvimento de uma economia social que responde aos novos desafios sociais;
- ✓ a promoção da empregabilidade; e
- ✓ a valorização e rentabilização de investimentos já realizados.

2.4 Objetivo Estratégico 4: **Consolidação da massa crítica urbana**

A orientação estratégica de consolidação da massa crítica urbana parte do reconhecimento da necessidade de **consolidação económica, social e ambiental dos núcleos residenciais** da região do Médio Tejo. Este aspeto ganha relevância no contexto da **proximidade geográfica existente entre as cidades, vilas e outros polos urbanos da região**, que apresentam vocações predominantemente complementares do ponto de vista funcional, e configura um **desafio de afirmação de uma cidade média efetivamente organizada em constelação urbana**.

A aposta dirigida à **melhoria do ambiente urbano** é crucial, dando-se especial relevo à **regeneração, reabilitação e animação das centralidades regionais**, concedendo primazia à diferenciação pela **inovação e criatividade urbana** e incidindo em vetores como:

- ✓ a consolidação de uma constelação urbana traduzida num sólido, atrativo e complementar contínuo urbano, integrador dos polos residenciais rurais;
- ✓ a promoção de uma mobilidade policêntrica e sustentável que permita os “diversos acessos” aos frequentadores da região;
- ✓ a criação de polos urbanos com potencial humano e economicamente dinâmicos;
- ✓ a providência de uma oferta equilibrada e diversificada de habitat; e
- ✓ a aposta na criatividade e inovação urbana.

2.5 Objetivo Estratégico 5: **Governança inteligente e multidimensional**

A orientação estratégica governança inteligente e multidimensional valoriza a pertinência de **promover a eficiência da gestão e da administração do território**. Instituir mecanismos concretos de execução de projetos suportados em **lógicas de cooperação**, que promovam a articulação de competências repartidas entre entidades com funções complementares e que fomentem a **capacidade de otimização das respostas a fornecer à população**, é uma exigência que se impõe à região e aos seus agentes económicos e sociais.

Neste contexto, deverão ser assumidas **lógicas de governação verdadeiramente supramunicipais**, ancoradas em **projetos inovadores de gestão e monitorização das dinâmicas do território** e promovendo uma aproximação entre os serviços públicos prestados e os agentes económicos, sociais e institucionais, através da **modernização administrativa** que contribua para a desburocratização dos processos e para a **redução de custos de contexto**. Enquadra o desenvolvimento de iniciativas visando:

- ✓ promover o suporte técnico e operacional de um modelo supramunicipal de gestão do território;
- ✓ aprofundar soluções de promoção da eficiência no relacionamento e nos serviços prestados aos cidadãos e às empresas; e
- ✓ promover uma gestão territorial inovadora de escala supramunicipal, cujo processo de tomada de decisão seja suportado pelo primado da informação e das consequentes recomendações resultantes na otimização de investimentos e intervenções.

3. Projetos

3.1 Listagem dos Projetos e Atividades

As atividades previstas para este ano dizem respeito a ações de investimento (algumas já iniciadas em anos anteriores e outras a iniciar no ano de 2017), desenvolvidas/a desenvolver no âmbito do atual quadro comunitário [Portugal 2020] principalmente, no âmbito da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT enquanto uma das iniciativas de reconhecimento da Estratégias Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020. Abaixo a listagem de projetos e descrição das atividades que se preveem desenvolver.

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo
	1.1 Médio Tejo - Marketing Territorial
	1.2 Olimpíadas do Médio Tejo
	1.3 Rotas e Percursos em Património Natural
	1.4 Programação Cultural em Rede
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	1.5 Produtos Turísticos Integrados
	2. Promoção do Empreendedorismo
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo
	2.2 Implementação do Plano de Acção
	3. Educação de Excelência no Médio Tejo
	3.1 PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação
	3.2 Rede Colaborativa de Escolas
	3.3 Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas
	3.4 Promoção do Sucesso Escolar - Correção da Acuidade Visual e Auditiva no Pré-Escolar
	3.5 Orientação Vocacional e Qualificação Profissional
	3.6 Programa Intermunicipal de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais
	4. Unidades Móveis de Saúde
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	5. Médio Tejo Inclusivo
	5.1 Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social
	5.2 Fruição Cultural e Inclusão para Todos
	5.3 Envelhecimento Activo no Médio Tejo
OB5: Governação inteligente e multidimensional	6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo
	6.1 Transporte a Pedido
	6.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves
	6.3 Autoridade de Transportes
	7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo
	8. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos
	8.1 Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes
	8.2 Iluminação Interior de Piscinas Municipais
8.2 Iluminação Exterior Eficiente em Espaços de Interesse Municipal	
OB5: Governação inteligente e multidimensional	9. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho
	9.1 Saúde no Trabalho
	9.2 Segurança e Higiene no Trabalho
	10. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização
	11. Modernização Administrativa no Médio Tejo
	11.1 Modernização Administrativa - CIMT
	11.2 Médio Tejo Online 2020
	11.3 Integração e Partilha de Serviços
	11.4 Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
	12. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial
	12.1 Apoio Técnico Especializado
	12.2 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa e Promoção de Eficiência Hidrica
	12.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico
	13.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante
	12.4 Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas
	13.4.1 Sistema Videovigilância
	12.5 Adaptação às Alterações Climáticas
	13. GEFOR - Gestão da Formação
	13.1 Formação da Administração Local
	13.2 Estágios Curriculares e Profissionais
13.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	
13.4 Formação de Públicos Estratégicos	
13.5 Formação de Projectos Intermunicipais	
14. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização	

As atividades e projetos intermunicipais a desenvolver no ano de 2017 têm enquadramento na estratégia de desenvolvimento da região, incorporando ações que visam contribuir para a concretização das orientações estratégicas definidas para o Médio Tejo 2020. Abaixo apresenta-se matriz indicativa do contributo dos projetos e atividades a desenvolver para a estratégia regional, considerando o respetivo encaixe principal no objetivo estratégico e também o contributo significativo em outros objetivos estratégicos.

Contributo dos Projetos Intermunicipais para os Objetivos Estratégicos Médio Tejo 2020					
Projetos	OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	OB4: Consolidação de massa crítica urbana	OB5: Governação inteligente e multidimensional
1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	●		○	○	
2. Promoção do Empreendedorismo	○	●	○		
3. Educação de Excelência no Médio Tejo			●	○	
4. Unidades Móveis de Saúde			●	○	
5. Médio Tejo Inclusivo			●	○	
6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo			○	●	
7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	○		○	●	
8. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos			○	●	
9. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho					●
10. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização	○	○	○	○	●
11. Modernização Administrativa no Médio Tejo					●
12. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	○		○	○	●
13. GEFOR - Gestão da Formação		○			●
14. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização					●

● Enquadramento principal
 ○ Enquadramento complementar

3.2 Fichas de Projeto

AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

PROJECTO N° 1

Horizonte temporal: 2000-2023

Investimento 2017: 771.902€

(Não definido: 25.500€)

O objetivo principal do projeto consiste na Afirmação Territorial da região do Médio Tejo, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como instrumento e suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica de promoção territorial e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos como contributos para a fruição cultural e inclusão para todos.

MÉDIO TEJO - MARKETING TERRITORIAL

Subprojecto n° 1.1

Investimento 2017: 63.473€

(Não definido: 25.500€)

Esta componente inclui o planeamento, desenvolvimento e execução de ações ao nível do marketing territorial, enquanto processo de promoção territorial da região do Médio Tejo, com o necessário realinhamento estratégico e a devida articulação com o Plano de Marketing da Entidade Regional de Turismo do Centro, bem como com o Plano Estratégico Nacional do Turismo.

Entre as atividades previstas inclui-se a conclusão dos trabalhos de elaboração do Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo e arranque da implementação das respetivas medidas.

Para o ano de 2017, prevê-se ainda a continuidade e reforço de atividades de promoção e divulgação da região, quer através de participação em feiras e eventos, produção de material promocional, bem como divulgação através dos meios digitais, prevendo-se o desenvolvimento de soluções de integração entre os sites, Agenda de Eventos e APP Descubra.

Ainda, no que se refere à participação em redes nacionais e internacionais, salientam-se os trabalhos de continuidade e avaliação da certificação HERITY aos 26 bens culturais da região que integram a rede bem como os objetivos de alargamento a outros bens / monumentos do Médio Tejo.

OLIMPÍADAS DO MÉDIO TEJO

Subprojecto n° 1.2

Investimento 2017: 13.270€

Pretende-se dar continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser efetuados com vista ao desenvolvimento das Olimpíadas do Médio Tejo, tendo subjacente uma lógica do desporto para todos e não de competição, bem como de dar a conhecer a região através da prática desportiva saudável.

Neste contexto, para o ano de 2017 prevê-se a realização da segunda edição das Olimpíadas do Médio Tejo – Jogos Tradicionais, passando pela realização de um encontro de apuramento em cada um dos treze municípios do Médio Tejo e culminando com a realização de uma prova intermunicipal de Jogos Tradicionais. Com a implementação das Olimpíadas de Jogos Tradicionais (malha; andas verticais; burro; pão; macaca; enrola; corrida de sacos; badalada; tração à corda; compostela), pretende-se contribuir reforçar o sentimento de pertença à comunidade e fomentar o relacionamento entre gerações, ao mesmo tempo que se valorizam as memórias e as tradições do Médio Tejo.

Ainda, tendo em conta o processo de articulação já desenvolvido com os Municípios, no sentido de selecionar as modalidades com pertinência para o desenvolvimento do projeto, no ano de 2017 pretende-se operacionalizar a realização de Olimpíadas do Médio Tejo noutras modalidades.

ROTAS E PERCURSOS EM PATRIMÓNIO NATURAL

Subprojecto nº 1.3

Investimento 2017: 62.760€

Esta componente, com enquadramento no âmbito das medidas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo – Prioridade de Investimento 6.3 – Património Natural, envolve a implementação de rotas e percursos que permitam a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património natural do Médio Tejo que possuem um forte carácter identitário na região.

Como trabalho preparatório para a construção deste projeto, encontra-se em curso a elaboração de um estudo que tem por objeto a apresentação de uma proposta técnica de rotas e percursos de valorização do património natural com potencial turístico no Médio Tejo. Este trabalho desenvolve-se em 3 fases, designadamente: Diagnóstico para identificação dos recursos turísticos estratégicos da região e sua articulação; Definição das Rotas e Percursos mais emblemáticos do Médio Tejo e elaboração de Estudo Prévio; Elaboração de Plano de Marketing e Promoção Turística das Rotas e Percursos.

Os estudos técnicos desenvolvidos serão uma base de apoio para a decisão relativamente às rotas/temáticas a privilegiar neste âmbito, incluindo a sinalização das ações materiais que serão necessárias realizar para a criação/desenvolvimento das rotas em questão. As tipologias de operação apoiadas incluem a criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Pretende-se que a implementação destas rotas/percursos seja concretizada com o envolvimento ativo dos Grupos de Ação Local – ADIRN; Pinhal Maior e TAGUS, num trabalho em conjunto para a criação de produtos turísticos para a região.

Para o ano de 2017, prevê-se a conclusão dos estudos técnicos e o arranque dos trabalhos de implementação das rotas e percursos, designadamente das intervenções materiais necessárias – trilhos, sinalética, estruturas de informação, entre outras, a executar pelos respetivos Municípios.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL EM REDE – CAMINHOS

Subprojecto nº 1.4

Investimento 2017: 98.210€

Este projeto coloca a tónica na qualificação e valorização do tecido cultural e artístico do Médio Tejo, promovendo a itinerância dos espetáculos e manifestações artísticas pelos diversos concelhos do Médio Tejo, através de uma programação cultural em rede/intermunicipal, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos, formação de novos públicos, inclusão e maior fruição cultural e artística, tornando-a acessível a um público alargado.

Neste sentido, uma das componentes de base de desenvolvimento do projeto, passará pela estruturação de um Comissariado Cultural Regional, que assumirá um papel central na articulação em rede das estruturas culturais do território, na valorização criativa e impulsionamento dos talentos da região e na organização de uma programação cultural regional, pautada por elevados padrões de qualidade.

Para este projeto, prevê-se que as componentes de estruturação do Comissariado Cultural Regional, trabalhos de mapeamento do tecido cultural do Médio Tejo, desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial e de um programa de valorização dos equipamentos e património cultural da região bem como as iniciativas integradas de promoção e divulgação do projeto, muito apoiadas em ferramentas e presença digital, possam ser executadas diretamente pela CIMT, que será entidade líder e promotora da candidatura a apresentar ao Centro 2020.

As componentes de investimento relacionadas com a realização dos espetáculos e eventos em cada um dos municípios, no contexto da programação cultural intermunicipal/em rede, e de acordo com as regras e objetivos visados pelo aviso de concurso do Centro 2020, designadamente no que se refere à relevância dos eventos associados ao património, à cultura e aos bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, e observando o plano de divulgação do projeto, serão executados diretamente pelos Municípios.

PRODUTOS TURÍSTICOS INTEGRADOS

Subprojecto nº 1.5

Investimento 2017: 488.000€

No contexto da operacionalização da vertente de promoção turística prevista no Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito da prioridade de investimento 6.3, perspetiva-se o lançamento de um aviso de concurso para apoio a Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, dirigido às CIM's, cabendo-lhes o papel de ser promotoras e beneficiárias de projetos intermunicipais no âmbito do turismo que se enquadrem dentro da estratégia definida pela Entidade Regional de Turismo do Centro.

A seleção dos projetos a apoiar atende aos seguintes critérios:

- ✓ Gerar novos produtos / qualificar produtos existentes, a partir do alinhamento dos recursos em percursos / rotas / redes / eventos com reconhecida escala e vocação turística, tendo como objetivo a valorização de um recurso / produto específico ou diferenciador.
- ✓ Envolver um conjunto (no mínimo 4) ou a totalidade de municípios da CIM.

- ✓ Reunir ou prever condições de acolhimento, nomeadamente: horário de visita, sinalética, estruturas de interpretação/informação e visitas guiadas.
- ✓ Demonstrar um carácter único e distinto no território onde se situam, reconhecido por mecanismos legais de classificação ou de certificação.
- ✓ Garantir a participação do sector privado (empreendedores, empresas, operadores turísticos).
- ✓ Integrar as ações de comunicação na estratégia de promoção da Turismo Centro de Portugal.

Neste contexto, tendo em conta o enquadramento do Médio Tejo na matriz de produtos turísticos intermunicipais definidos pela Turismo do Centro, e de acordo com a deliberação do Conselho de Intermunicipal de 9 setembro de 2016, pretende-se o desenvolvimento de um projeto intermunicipal de promoção turística do Médio Tejo, com especial incidência no Turismo Ativo – Wakeboard e no Turismo Religioso / Cultural.

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

PROJECTO Nº 2

Horizonte temporal: 2014-2020

Investimento 2017: 173.115€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações de promoção em diversas vertentes, tais como a dinamização do ecossistema empreendedor, o empreendedorismo nas escolas, o apoio à criação de novas empresas e o empreendedorismo social. Pretende-se igualmente elaborar e dinamizar o Pacto para Empregabilidade regional.

MÉDIO TEJO – VIVE O EMPREENDEDORISMO

Subprojecto nº 2.1

Investimento 2017: 171.615€

Com a implementação deste projeto, pretende-se contribuir para a sensibilização de uma cultura empreendedora ao longo da vida e reforço do ecossistema empreendedor do Médio Tejo, apostando na inovação das atividades de base local e valorização dos recursos intensivos em conhecimento. Em resumo, pretende-se:

- ✓ Sensibilização e estímulo ao empreendedorismo enquanto cultura transversal
- ✓ Valorização da propriedade intelectual e das atividades de transferência de tecnologia
- ✓ Valorização dos recursos endógenos intensivos em conhecimento
- ✓ Aparecimento de mais empreendedores
- ✓ Novos e melhores projetos de base tecnológica
- ✓ Atração de investimento e geração de empregos qualificados para a região.

As atividades a serem desenvolvidas são as seguintes:

Atividade A: Organizar e Dinamizar o Ecossistema Empreendedor

As entidades regionais de apoio ao empreendedorismo, muitas vezes funcionam com um conjunto de “peças soltas”, que apesar de fazerem parte de um mesmo mecanismo, têm dificuldade em se “encontrar” e articular. Desta forma, é fundamental para o Médio Tejo a organização e monitorização do ecossistema empreendedor

regional, agregando agentes facilitadores a nível local, numa lógica de dinamização e de uma constituição formal da rede de apoio ao empreendedorismo.

- **Atividade A1:** Identificação e atualização das infraestruturas e agentes do ecossistema empreendedor e constituição formal da Rede Regional de Empreendedorismo do Médio Tejo (REMT)
- **Atividade A2:** Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo do Médio Tejo (REMT)

Atividade B: Valorização Da Atividade Empreendedora De Base Territorial

Criar mecanismos de apoio diferenciados, para as diferentes tipologias de empreendedorismo, tendo em atenção as especificidades territoriais (baixa densidade, envelhecimento, recursos endógenos), bem como as oportunidades, riscos e desafios identificados na RIS3 – Estratégia de Especialização Inteligente do Centro de Portugal.

Dadas as características endógenas do território, importa criar dinâmicas de promoção empresarial que alavanquem os seus recursos, mas numa perspetiva de criação de maior valor, como é o caso da utilização do empreendedorismo de base tecnológica ou das atividades criativas e/ou culturais. Perspetiva-se a sua canalização em recursos intensivos em conhecimento, capazes de atrair novas ideias, novos empreendedores, novas metodologias, ou mesmo a “reconversão” de empresários com ideias de negócio para estas áreas mais hi-tech, onde a competitividade se joga num outro patamar, em que a transferência de valor para o mercado seja decisiva.

- **Atividade B1:** Programas de Empreendedorismo – Temáticos e Inovadores
- **Atividade B2:** Prémios de mérito de empreendedorismo - Temáticos e Inovadores

Atividade C: Missão Empreendedora e Roadmap de Boas Práticas

Iniciativa conjunta envolvendo a parceria estabelecida pelos copromotores (GAL), para visita a regiões europeias, com características endógenas similares - baixa densidade, envelhecimento, fatores de especialização regional, nomeadamente os inscritos em sede da RIS3, pretendendo-se uma região qualificada, inovadora e empreendedora, entre outras ambições, cujo ecossistema empreendedor, pelo seu funcionamento, constitua um estudo de caso de sucesso e de interesse para o território do Médio Tejo.

- **Atividade C1:** Missão Empreendedora
- **Atividade C2:** "Roadmap" de boas práticas empreendedoras

Atividade D: Reforço da Cooperação e da Competitividade Regional (RCCR)

A afirmação de uma cultura para o empreendedorismo ao longo da vida e o envolvimento dos atores do ecossistema é estimulada pela existência de informação sobre as atividades das entidades pertencentes ao ecossistema, pela divulgação de conteúdos que facilitem as tarefas do empreendedor no seu processo de criação e aceleração de empresa, pela divulgação dos eventos, que sinalizem as prioridades da região e as temáticas em destaque e interação e profundidade das relações entre as entidades públicas de suporte, as incubadoras, o sistema científico e tecnológico nacional, as associações empresariais e os empreendedores atuais e potenciais.

- **Atividade D1:** Plataforma de internet – MT vive o empreendedorismo
- **Atividade D2:** Mapa Interativo Regional de Empreendedorismo
- **Atividade D3:** Guias de Valorização do Empreendedorismo

Atividade E: EMPCRIANÇA - Promoção da Cultura Empreendedora no 1º Ciclo

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de ações para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do 1º ciclo. Assim, pretende-se a universalização do acesso das crianças e jovens a atividades de empreendedorismo, que permitam desenvolver, em contexto de aprendizagem, uma cultura onde seja valorizada a capacidade de gerar ideias.

Ao participarem neste projeto, as crianças e jovens podem ganhar confiança e aprender a valorizar dinâmicas empreendedoras, beneficiando de aconselhamento e de apoio no seu desejo de inovar, bem como de ferramentas úteis para utilização futura.

Atividade F: EMPREENDERJOVEM - Promoção da Cultura Empreendedora nos 2º e 3º Ciclos

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de atividades para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do 2º e 3º ciclo. Esta atividade procura fomentar a geração de ideias suscetíveis de implementação, mostrando a importância da preparação dos projetos e da avaliação dos riscos motivando para enfrentar as vicissitudes e ultrapassar os desafios que sempre se colocam/ou se colocarão na vida profissional.

Atividade G: EMPREESCOLA - Promoção da Cultura Empreendedora no Ensino Secundário

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de atividades para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto dos alunos do Secundário. Pretende-se estimular a criatividade, a competência e a mudança de mentalidades num novo paradigma de motivação dos jovens que querem inovar.

Atividade H: Sensibilização para o Empreendedorismo nas Escolas do Médio Tejo

Esta atividade consiste na organização de atividades para a sensibilização do empreendedorismo nas escolas do Médio Tejo, com uma metodologia de estímulo comportamental ajustada para o 2.º e 3.º ciclo de escolaridade ao longo de dois anos, com o apoio à sua implementação nas escolas aderentes. Consiste, igualmente, na edição dos manuais de apoio despectivos, a organização de evento final (Feira EMPRE) integrada nos eventos do Médio Tejo. Organização de workshops sobre temas de empreendedorismo para os alunos, atividades de promoção da cultura científica e visitas aos centros de conhecimento e transferência de tecnologia do território.

Atividade I: Coordenação e Dinamização

A região tem feito um forte investimento na dinamização do seu ecossistema regional e na disseminação de uma cultura empreendedora transversal que se inicia numa fase inicial da vida escolar e se prolonga pela vida profissional dos indivíduos envolvendo no apoio das suas iniciativas todas as entidades de suporte, relevantes no Médio Tejo. Pela prioridade que é conferida ao projeto pela CIMT, o seu acompanhamento terá uma lógica que combina o nível político-estratégico e o nível executivo. Em primeira instância, encontra-se o Conselho Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal e, na segunda, o nível executivo associado à implementação das atividades e da sua execução física e financeira que terá o acompanhamento quotidiano da coordenação executiva da CIMT.

Atividade J: Plano de Divulgação e Comunicação

Nesta atividade concentra-se uma parte significativa da eficácia do projeto, na medida em que os processos de disseminação de uma cultura empreendedora requerem ainda um investimento considerável em divulgação e comunicação para que possa chegar aos principais destinatários: os atuais e os futuros empreendedores.

As seguintes ações representam atividades instrumentais de suporte à comunicação:

- ✓ Conceção e desenvolvimento da imagem da rede e a elaboração de Maquetes para Cartazes e anúncios na comunicação social
- ✓ Conceção gráfica e produção de material de promoção e divulgação para os concursos temáticos
- ✓ Dinamização do projeto nas redes sociais
- ✓ Publicação de anúncios na comunicação social para a realização dos Concursos Temáticos
- ✓ Produção de Materiais de promoção e comunicação do projeto
- ✓ Conceção, produção e envio de newsletters informativas sobre o projeto
- ✓ Conceção de brochura de divulgação de resultados em formato digital

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Subprojecto nº 2.2
Investimento 2017: 1.500€

A aposta no empreendedorismo é um fator fundamental e determinante para a captação e alavancagem de novas oportunidades de negócio para o território, conferindo maior agilidade competitiva para a sua economia. Neste sentido, as ações que norteiam o Plano de Ação para o Ecossistema Empreendedor do MT, decorreram de um trabalho de levantamento e análise, e da auscultação efetuada aos atores regionais relevantes, assim como da articulação com o Plano Estratégico do Médio Tejo e restantes Instrumentos de Gestão Territorial e de Políticas Públicas.

Estas ações assentam num conjunto de Orientações Estratégicas, ou seja, em grandes eixos estratégicos que suportam o Plano de Ação, a saber:

- ✓ Desenvolver e fortalecer a articulação entre atores;
- ✓ Apoiar o empreendedorismo ao longo da vida do empreendedor;
- ✓ Valorizar os recursos endógenos e focalizar na especialização inteligente;
- ✓ Dinamizar o empreendedorismo para a competitividade Para cada uma destas Operações Estratégicas foram definidas áreas de intervenção (AI) e ações (AC) que materializam a operacionalizar a estratégia de empreendedorismo regional.

Assim, pretende-se com esta iniciativa, a análise, priorização e implementação das ações propostas no Plano de Ação para o Ecossistema Empreendedor do MT.

EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 3

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2017: 512.924€

(Não definido: 51.267€)

Pretende-se promover a valorização do Médio Tejo através do reconhecimento de uma educação de excelência nesta região, combatendo o abandono e insucesso escolar e promovendo projetos educativos inovadores, que contribuam para o desenvolvimento do potencial de aprendizagem e os níveis de excelência no ensino.

As intervenções a desenvolver têm como objetivo contribuir para a redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais.

O projeto consubstancia um plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e surge da necessidade de construir um instrumento de coordenação e planeamento intermunicipal capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios visando a partilha de recursos e a convergência de ações orientadas para a superação das limitações e/ou problemas educativos comuns (acesso à formação contínua, configuração da rede escolar, programas de redução do insucesso e abandono escolar, desadequação da oferta formativa, etc.).

Inclui-se no âmbito deste projeto, a aposta em iniciativas inovadoras e criativas de promoção do conhecimento científico junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT e os Centros de Ciência Viva, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e melhorem as condições de aprendizagem e a qualidade do sistema de educação.

Mais do que um instrumento de gestão ou de controlo o plano pretende constituir-se como plataforma potenciadora das ações a desenvolver pelas escolas / agrupamentos de escolas, pelos Municípios e pela própria Comunidade Intermunicipal visando a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Redução do insucesso e da retenção escolares concretizando o princípio da equidade educativa pelo desenvolvimento de ações de apoio às crianças e jovens com dificuldades de Aprendizagem.
- ✓ Redução do abandono escolar precoce pelo acesso a vias diferenciadas de educação e formação e pela adequação dos perfis de formação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
- ✓ Promoção do sucesso escolar pela generalização de estratégias que qualifiquem as aprendizagens e valorizem os resultados.
- ✓ Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas (desenvolvimento de maneiras de pensar os problemas) desde o pré-escolar até ao ensino secundário.
- ✓ Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequa-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho.

Para a definição deste projeto intermunicipal, enquadrado no âmbito do PCDT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, têm vindo a ser realizadas diversas reuniões do Grupo de Trabalho Setorial Educação e Formação (conforme modelo de governação territorial integrada do Médio Tejo definido na EIDT

2014-2020), com o envolvimento dos municípios, todos os agrupamentos de escolas do Médio Tejo, escolas profissionais, IPT e IEPF, tendo sido discutidas as iniciativas a desenvolver com a participação e contributo de todos os parceiros, no âmbito do plano.

Para uma adequada implementação do projeto, que pressupõe a articulação funcional de vários níveis de ação (projetos educativos de escolas e agrupamentos de escolas; planos de desenvolvimento educativo municipal e projetos educativos municipais), com coordenação e planeamento de carácter intermunicipal, e potenciando a participação ativa dos vários parceiros, sendo algumas atividades executadas diretamente pelos Municípios, designadamente no que se refere a componentes de planeamento estratégico multinível; implementação de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo; implementação de medidas de promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas e iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar com enquadramento no plano intermunicipal.

A implementação das medidas previstas no âmbito do projeto está condicionada aos desenvolvimentos que vierem a ser conhecidos relativamente às orientações nacionais e à forma de operacionalização dos apoios do Centro2020, designadamente no que se refere às tipologias de intervenção contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

PEDIME - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Subprojecto nº 3.1

Investimento 2017: 216.620€

(Não definido: 51.267€)

Para o ano de 2017, prevê-se a conclusão dos trabalhos de elaboração do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo, que constitui um ponto de partida para a elaboração dos planos estratégicos multinível, o qual identifica para cada um dos níveis de intervenção (escolas não agrupadas, agrupamentos de escolas, municípios e comunidade intermunicipal) os principais problemas, forças e fragilidades, oportunidades e bloqueios, do subsistema educativo da região. Desse diagnóstico constarão, entre outros, as seguintes peças:

- ✓ Projeções demográficas por concelho (população residente e escolar)
- ✓ Caracterização da população escolar por unidade orgânica (estudantes, docentes e funcionários)
- ✓ Organização pedagógica e ofertas de ensino
- ✓ Níveis de retenção e abandono (por escola, agrupamento e concelho)
- ✓ Resultados escolares (classificações internas e externas)
- ✓ Mobilidade geográfica intra e inter-concelhia, áreas de influência das escolas/agrupamentos
- ✓ Caracterização socioeconómica das comunidades educativas locais
- ✓ Projetos educativos (escolas não agrupadas e agrupamentos)
- ✓ Projetos ou planos educativos municipais

A partir da informação de base serão construídos indicadores de forma a aferir o posicionamento relativo, o desempenho em cada um dos domínios selecionados, através de um sistema simplificado de monitorização e benchmarking que identifica as diferentes dinâmicas escolares na região, grau de prossecução dos objetivos e as tendências de concretização das metas consensualizadas. Identificadas as características de cada Escola / Agrupamento de escolas definem-se estratégias adequadas à prossecução dos cinco objetivos do projeto. Essa definição passa por construir soluções ajustadas a partir de princípios pedagógicos básicos, quer de carácter

organizacional, quer didático. Assim, em 2017 pretende-se a realização dos trabalhos de conceção do PEDIME Médio Tejo, a ser construído, com os parceiros do projeto, consubstanciando uma estratégia de atuação de âmbito regional que procure melhorar a qualidade e eficácia do sistema de educação.

Trata-se de uma primeira experiência de planeamento estratégico da educação a três níveis: agrupamento de escolas, municípios e comunidade intermunicipal. O PEDIME- Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação visa a identificação dos principais problemas, constrangimentos e oportunidades, caracterização das grandes linhas de atuação previstas pelas escolas para o desenvolvimento educativo e definição de uma base comum para a região, conceção de planos de intervenção para a redução do insucesso escolar e instrumentos de diagnóstico precoce de dificuldades de aprendizagem bem como a definição de um sistema de monitorização dos resultados escolares.

REDE COLABORATIVA DE ESCOLAS

Subprojecto nº 3.2

Tendo presente que o desenvolvimento do projeto assenta no forte envolvimento das entidades parceiras na definição das estratégias de atuação e na implementação das ações e medidas do plano, é essencial o estabelecimento de estruturas facilitadoras de uma participação sistemática e organizada nos trabalhos do projeto. Neste contexto, prevê-se a continuidade da dinamização das seguintes estruturas de participação/colaboração:

CDIEd - Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo: instância de coordenação e consulta e tem por objetivo promover o planeamento estratégico, a nível intermunicipal, capaz de assegurar a definição de estratégias, ações e prioridades que devem orientar a constituição de uma rede para a coordenação da política educativa no Médio Tejo.

RCE MT - Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo: rede de adesão voluntária para as escolas do Médio Tejo com o objetivo de poderem discutir as práticas pedagógicas, as experiências de ensino e aprendizagem, as formas de mobilização e organização dos recursos educativos, a análise comparada dos resultados escolares e a difusão de inovações educacionais.

PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA, DAS ARTES E DAS COMPETÊNCIAS METACOGNITIVAS

Subprojecto nº 3.3

Investimento 2017: 183.680€

Pretende-se o desenvolvimento de um programa intermunicipal com vista à promoção e divulgação da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT, as escolas e os equipamentos de divulgação do conhecimento (ex. Centros de Ciência Viva), de modo a melhorar e inovar nos aspetos pedagógicos das atividades curriculares. O trabalho a desenvolver visa a definição de um programa de atuação para reforço da presença alargada nos vários níveis do ensino não superior de vertentes ligadas à sensibilização e aprendizagem experimental das ciências e tecnologias, e ao conhecimento dos recursos endógenos, de forma apelativa e criativa, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e contribuam para o reconhecimento de um ensino diferenciado e de

excelência no Médio Tejo. Para o ano de 2017, prevê-se a conclusão dos trabalhos técnicos de elaboração de um programa de apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências e planificação de atividades de educação não formal promotoras de cultura científica, bem como o arranque dos seguintes trabalhos:

- ✓ Mapeamento e análise da oferta e potencialidades de divulgação científica e desenvolvimento de um proposta de atividades de divulgação da cultura científica junto da comunidade escolar;
- ✓ Desenvolvimento de um programa de formação contínua para professores envolvidos no programa e articulação da implementação das atividades;
- ✓ Realização do Fórum Anual de Ciência do Médio Tejo;
- ✓ Programação de atividades de expressão e educação musical e dramática, articulação e mobilização dos recursos necessários;
- ✓ Programação de atividades de promoção do xadrez nas escolas, articulação e mobilização dos recursos necessários;
- ✓ Avaliação das necessidades das escolas em tecnologias de informação e comunicação para apoio ao desenvolvimento das atividades do projeto;
- ✓ Análise de soluções e desenvolvimento de propostas relativas à implementação de salas do futuro nas escolas do Médio Tejo.

PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR – CORREÇÃO DA ACUIDADE VISUAL E AUDITIVA NO PRÉ-ESCOLAR

Subprojecto nº 3.4

Investimento 2017: 76.875€

No âmbito dos trabalhos do projeto, e reconhecendo-se a relevância das questões da saúde para o sucesso escolar, a implementação de uma iniciativa integrada na área da acuidade visual e auditiva no pré-escolar constitui uma importante oportunidade de promover a melhoria da qualidade das intervenções que habitualmente são implementadas, recorrendo-se a técnicos especializados que permitem assegurar elevados padrões de qualidade, garantido a realização dos exames nos espaços da escola o que permite assegurar elevados níveis de cobertura e indo além do simples rastreio, promovendo o tratamento e a reabilitação de todos os que necessitam, potenciando os resultados e impacto do projeto na melhoria da saúde e na promoção do sucesso educativo.

Neste contexto, em junho de 2016, foi celebrado o Protocolo de Promoção do Sucesso Escolar no Médio Tejo - Correção de Problemas de Acuidade Visual e Auditiva, entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco; o Centro Hospitalar do Médio Tejo; a Direção de Serviços de Educação da Região Centro; a Direção de Serviços de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Universidade da Beira Interior, com o objetivo de promover a conjugação de esforços e articulação das intervenções no âmbito da promoção do sucesso escolar no Médio Tejo, através da identificação e correção de eventuais problemas de acuidade visual e auditiva das crianças, suscetíveis de interferirem negativamente no processo de aprendizagem. No âmbito deste protocolo, constituem obrigações da CIMT:

- ✓ Promover a apresentação de candidaturas a fundos comunitários, para cofinanciamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento do projeto, no âmbito das medidas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, e de acordo com as regras de elegibilidade

existentes, incluindo as despesas referentes à realização dos exames de rastreio e aos vouchers a atribuir para resolução dos problemas visuais e auditivos identificados;

- ✓ Coordenar o projeto, em conjunto com o ACES MT, e colaboração na implementação das iniciativas a desenvolver;
- ✓ Articular com os Municípios envolvidos e demais entidades relevantes, designadamente no que se refere à gestão dos apoios/vouchers que permitem a correção dos problemas visuais e auditivos identificados.

A metodologia de operacionalização deste processo passa pela realização de exames de rastreio aos alunos do pré-escolar, nos espaços das escolas. Às crianças que na sequência dos rastreios se suspeita que apresentam deficit visual ou audiológico superior a um valor a estabelecer entre as instituições parceiras (com base em orientações internacionais), será atribuído um voucher de acesso a consultas de diagnóstico diferencial, que serão realizadas por todos os estabelecimentos da área de influência do Médio Tejo legalmente habilitados para o efeito e que se candidatem a participarem no presente projeto. Perante a confirmação de um deficit visual suscetível de interferir com o processo de aprendizagem, o voucher financiará a correção que se vier a identificar como necessária.

O projeto tem como objetivos operacionais que no final de cada ano letivo, mais de 95% das crianças que irão transitar para o 1º ano do ensino obrigatório tenham sido submetidas a um rastreio de visão e audição realizado por técnico especializado (optometrista e audiologista) e que todas as crianças com problemas de visão e audição identificados/confirmados no rastreio terão tido oportunidade de utilizarem as ajudas para a sua adequada correção.

Para o ano de 2017 prevê-se a operacionalização em pleno deste projeto, perspetivando-se que os custos para a correção de problemas de visão e audição das crianças do Médio Tejo no ano que antecede a sua passagem para o 1º Ciclo do Ensino Básico sejam da ordem dos 37,5€/criança/ano, sendo que o seu valor anual global de cerca de 60.000€. A Unidade Móvel indispensável ao projeto será cedida pelo ACES Médio Tejo e as despesas inerentes ao seu funcionamento serão suportadas por esta entidade parceira.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Subprojecto nº 3.5

Investimento 2017: 35.750€

Pretende-se o desenvolvimento de um programa de mediação e orientação vocacional, com especial foco nos alunos com trajetos de retenção, eventualmente em colaboração com a EPIS (empresários para a Inclusão Social) que têm vindo a desenvolver metodologias inovadoras e já testadas de medição da orientação vocacional, visando a diminuição do risco de abandono escolar.

Ainda, prevê-se a continuidade dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos em anos anteriores no âmbito dos estudos de antecipação de necessidades de qualificações e da concertação regional da oferta formativa.

PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE APOIO A ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Subprojecto nº 3.6

No contexto dos trabalhos do projeto, pretende-se avaliar a situação existente e os constrangimentos e necessidades das escolas no que se refere ao apoio a alunos com necessidades educativas especiais, incluindo

estratégias, recursos, conteúdos, processos, instrumentos e tecnologias de apoio, de modo a estruturar medidas de âmbito intermunicipal que possam contribuir para a melhoria das estratégias educativas e para a inclusão nas escolas do Médio Tejo.

UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE

PROJECTO Nº 4

Horizonte temporal: 2016-2017

Investimento 2017: 351.794,00€

No quadro da estratégia de desenvolvimento do Médio Tejo, está contratualizado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, um conjunto de intervenções na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde, que resultam da análise de necessidades e mapeamento, e que incluem a aquisição de 13 Unidades Móveis de Saúde para o território do Médio Tejo.

No contexto da articulação que tem vindo a ser estabelecida com a ARSLVT relativamente à operacionalização deste projeto, pretende-se a aquisição de 13 viaturas ligeiras para cuidados de saúde na comunidade, pretendendo-se contribuir para melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde e a inclusão social de grupos mais vulneráveis.

Para a implementação do projeto, considera-se pertinente privilegiar a opção pela utilização de viaturas elétricas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e indo ao encontro dos critérios de seleção adotados no aviso de concurso no que se refere à adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente em termos de eficiência energética.

A entidade promotora da candidatura a fundos comunitários será a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, mediante protocolo de parceria a estabelecer com a ARSLVT e ARSCentro, sobre a forma de cooperação relativamente à aquisição e à utilização da viaturas adaptadas para as unidades de cuidados na comunidade nos municípios integrantes, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de saúde às respetivas populações.

A proposta de parceria que tem vindo a ser trabalhada com a ARSLVT (com contactos preliminares também já efetuados junto da ARSCentro) assenta nos seguintes pressupostos gerais:

- ✓ A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo fica responsável pela aquisição das 13 viaturas/unidades móveis para cuidados de saúde na comunidade, com assunção da contrapartida nacional (da aquisição e transformação das viaturas), a imputar aos respetivos municípios;
- ✓ As viaturas serão propriedade da CIM Médio Tejo, ficando o seu uso alocado a atividades de saúde no território dos concelhos que a integram, nos termos a acordar com a ARSLVT e ARSCentro.

MÉDIO TEJO INCLUSIVO

PROJECTO N.º 5

Horizonte temporal: 2015-2020**Investimento 2017: 645.422€**

O projeto Médio Tejo Inclusivo pretende contribuir para dar resposta aos desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. As preocupações do foro social têm vindo a complexificar-se, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências em matéria de inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. Este projeto ambiciona responder a estes desafios através de iniciativas que ultrapassam a mera resposta concelhia a constrangimentos que são inegavelmente regionais. Neste sentido, os objetivos deste projeto incidem sobre a estruturação de redes de cooperação e articulação de competências entre entidades e recursos para a promoção da inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal.

Engloba a definição conjunta e concertada de instrumentos (Planos de Desenvolvimento Social e formação especializada para a inclusão, por exemplo) que produzam efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Engloba a identificação e reconhecimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social no Médio Tejo enquanto mecanismo para a criação de emprego e estímulo da competitividade da região e a promoção do envelhecimento ativo. O projeto pretende ainda incluir intervenções dirigidas a uma saudável integração da comunidade cigana no território, o apoio a uma vida independente para as pessoas com deficiência e o apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza.

A implementação das medidas previstas no âmbito do projeto está condicionada aos desenvolvimentos que vierem a ser conhecidos relativamente à forma de operacionalização dos apoios do Centro2020 e POISE2020, designadamente no que se refere às tipologias de intervenção contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

PLATAFORMA REGIONAL DE PARCERIA PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

Subprojecto n.º 5.1

Investimento 2017: 205.422€

Para o ano de 2017 prevê-se a conclusão dos trabalhos de elaboração do MT-PIDSI- Plano de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo, incidindo sobre o estudo das necessidades do Médio Tejo em matéria de desenvolvimento social, diagnóstico atualizado e priorização das necessidades de resposta, e plano de ação. O Plano é efetuado numa perspetiva regional, mobilizando e incluindo os contributos dos parceiros sociais e entidades da economia social com intervenção na região, por forma a identificar as necessidades de resposta e intervenção social que são mais prementes na região (que grupos específicos, que novas respostas sociais, que competências, que modelo de intervenção recomendado, que ações e intervenções).

Este plano intermunicipal tem como objetivo completar e reforçar uma governança partilhada para a coesão social de nível local, ou seja a existência de políticas e de medidas sociais, em parceria, de base local, que visem a promoção da coesão social, completando e articulando a sua abrangência territorial, através da sinergia de ações, soluções e recursos, a nível intermunicipal, permitindo:

- ✓ Viabilizar ações e infraestruturas, que, a nível local, não sejam exequíveis;
- ✓ Aumentar a eficácia e a coerência de medidas de base local, pela sua aplicação articulada, simultânea e convergente;
- ✓ Melhorar a eficiência das ações de base local, pela partilha de recursos entre municípios;
- ✓ Reforçar a sustentabilidade dessas medidas e ações, pela continuidade que lhes pode garantir a sua concertação territorial.

Durante o ano de 2017, perspectiva-se o arranque da implementação das iniciativas do plano de ação do MT-PIDSI, com o envolvimento dos parceiros do Grupo de Trabalho Setorial para a Inclusão Social mobilizado no contexto do modelo de governação integrada do território do Médio Tejo para a operacionalização da Estratégia Médio Tejo 2020.

Deverá, ainda, ser avaliada a possibilidade de implementação de um programa regional, liderado pela CIM, com lógica de prémio ou sistema de incentivos, em parceria com investidores sociais, que preveja o apoio a duas grandes categorias de projetos de inovação e empreendedorismo social (com base nos resultados do Plano de Desenvolvimento Social Integrado):

- ✓ Apoio a empresas sociais que ofereçam uma resposta inovadora e sustentável às necessidades sociais.
- ✓ Apoio a uma plataforma de experimentação social que facilite a criação de novos produtos e serviços, medidas, processos e modelos diferentes de organização das respostas às necessidades sociais e a reaplicação de soluções já existentes junto de grupos, territórios ou necessidades diferentes.

FRUIÇÃO CULTURAL E INCLUSÃO PARA TODOS

Subprojecto nº 5.2

Investimento 2017: 235.000€

Este subprojecto tem como objetivo promover iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura, que vão desde a dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos, até à divulgação de conteúdos digitais acessíveis, passando pela dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local, pela integração em mercado de trabalho nas áreas socioculturais e, ainda, pela promoção da igualdade de oportunidades na fruição cultural. Inclui as seguintes vertentes de atuação:

- ✓ Despertar hábitos de fruição cultural: iniciativa de âmbito regional, correspondente a um programa de inclusão pela cultura, desenvolvido em parceria com as entidades do setor social e cultural, com o objetivo de melhorar o acesso à cultura e à arte.
- ✓ Cultura como veículo de integração e inclusão social de pessoas e grupos desfavorecidos ou marginalizados: iniciativa de âmbito regional com o objetivo de assumir a cultura como veículo de integração e inclusão social de pessoas e grupos desfavorecidos e/ou marginalizados, através de dinamização de práticas artísticas, ações de sensibilização e intermediação, e respostas integradas para a inclusão social através da participação cultural e artística.

Durante o ano de 2017, em articulação com outras iniciativas regionais de programação cultural em rede, deverá ser efetuada em concertação com os parceiros e os atores regionais e locais relevantes, a planificação das atividades e a respetiva dinamização.

ENVELHECIMENTO ATIVO NO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 5.3

Investimento 2017: 205.000€

Este subprojecto tem como objetivo promover a qualidade de vida, o bem-estar das pessoas idosas e o envelhecimento ativo e saudável. Pretende-se dinamizar, com carácter regular, a oferta de atividades culturais, educacionais e de convívio dirigida a pessoas mais velhas. Trata-se de uma intervenção socioeducativa que procura servir como espaço privilegiado de inserção e participação das pessoas mais velhas e, em particular, de pessoas que, simultaneamente, se encontrem em risco de exclusão social. Inclui as seguintes vertentes de atuação:

- ✓ Programa de combate ao isolamento sénior e de promoção do envelhecimento ativo, dirigido essencialmente a intervenções direcionadas para promover o convívio e intervenções socioeducativas, promovendo a inclusão social dos idosos e combatendo o isolamento e exclusão.
- ✓ Teleassistência como suporte de autonomia, independência e melhoria dos níveis de bem-estar físico e mental dos idosos, visando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das pessoas idosas, através de instrumentos de suporte à autonomia e independência dos idosos.

Durante o ano de 2017, deverá ser efetuada, em concertação com os parceiros e os atores regionais e locais relevantes, a planificação das atividades no âmbito do programa de combate ao isolamento sénior e de promoção do envelhecimento ativo, e respetiva dinamização. Também, deverá ser efetuado o levantamento de necessidades existentes, soluções de teleassistência já implementadas nos concelhos do Médio Tejo e outras soluções e tecnologias possíveis neste domínio com vista à estruturação dos investimentos a realizar no âmbito da teleassistência como suporte de autonomia e independência dos idosos.

MELHORIA DA MOBILIDADE NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 6

Horizonte temporal: 2009-2020

Investimento 2017: 381.933€

(Não definido: 130.689€)

Pretende-se melhorar as condições de mobilidade no Médio Tejo, através de uma abordagem integrada e apostada numa estratégia regional com vista à estruturação de um sistema de mobilidade e transportes eficiente e sustentável no Médio Tejo, orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética, que assegure as necessárias ligações intermunicipais, promova a intermodalidade entre os vários serviços de transporte, valorize o modo ferroviário e favoreça a utilização do transporte público no contexto da estratégia de mobilidade regional, impulse a criação de melhores condições para os modos suaves e garanta o acesso aos transportes públicos e às atividades fundamentais em termos socialmente equitativos.

Tendo presente o contexto de trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na região neste domínio, com a implementação experimental de serviços de transporte flexível (projeto-piloto Transporte a Pedido) e considerando o papel de Autoridade de Transportes, preconizado para as Comunidades Intermunicipais e Municípios no âmbito da Lei 52/2015 de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros), consideram-se atualmente as seguintes prioridades de intervenção para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto:

- ✓ Aprofundamento da temática do transporte flexível em zonas de baixa densidade populacional, alargamento dos serviços de transporte a pedido a outros concelhos do Médio Tejo, e atualização da plataforma tecnológica de gestão dos serviços;
- ✓ Análise e implementação de soluções que permitam dar resposta às necessidades de deslocações dos alunos das escolas profissionais do Médio Tejo, no contexto do processo regional de concertação da oferta formativa;
- ✓ Exercício de competências de Autoridade de Transportes, no contexto do novo enquadramento legal do transporte coletivo de passageiros, com o objetivo de gerir as autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e preparação do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros;
- ✓ Aprofundamento da temática da acessibilidade e mobilidade urbana nos principais aglomerados urbanos;
- ✓ Disponibilização do Portal da Mobilidade, sistema de informação e gestão que reúne e integra toda a informação necessária ao público acerca dos serviços de transporte disponibilizados no Médio Tejo;
- ✓ Aprofundamento da temática da mobilidade suave, considerando as estratégias de intervenção estabelecidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo através do arranque de um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para a promoção da utilização do modo ciclável na região.

TRANSPORTE A PEDIDO

Subprojecto nº 6.1

Investimento 2017: 170.483€

(Não definido: 26.138€)

Prevê-se a continuidade dos serviços de transporte a pedido em funcionamento nos concelhos de Abrantes, Mação, Sardoal, Ourém, Vila Nova da Barquinha e Tomar, implementados no contexto da experiência piloto enquadrada pelo Despacho 7575/2012 publicado no DR n.º 107 de 1 de junho de 2012, e que teve o seu arranque com suporte na candidatura POVT-15-0142-FEDER-000005 – “Transporte a Pedido no Médio Tejo – Arranque”. O objetivo fundamental assenta no estudo, avaliação e definição de soluções de transporte flexíveis, no sentido de encontrar novas formas de organização dos serviços de transportes, que respondam de forma mais adequada às necessidades das populações e com menores custos. Os serviços de transporte a disponibilizar visam aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando oferta em área, períodos do dia e do ano onde esta não existe ou é deficitária, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade numa lógica de inclusão social.

Para o ano de 2017, face ao estado atual dos trabalhos e estudos técnicos desenvolvidos, prevê-se o alargamento dos serviços de transporte a pedido aos restantes concelhos do Médio Tejo (Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Sertã, Torres Novas e Vila de Rei), com exceção do concelho do Entroncamento cuja densidade populacional e oferta de transporte coletivo não justifica a necessidade de criação de um serviço de

transporte a pedido. Pretende-se continuar a experiência dos novos modelos de exploração, promovendo a rentabilização de meios afetos aos transportes concelhios de carácter social operados pelos respetivos municípios ou juntas de freguesia, além de garantir a existência de ligações intermunicipais nos concelhos que apresentam grande interdependência concelhia e baixa oferta de transporte público coletivo.

Pretende-se, também, analisar soluções de transporte para dar resposta às necessidades de deslocação por parte dos alunos do ensino profissional, com o estabelecimento de circuitos de ligação entre as sedes de concelhos da região, proporcionando oferta complementar à oferta do transporte coletivo regular.

No contexto da gestão operacional do serviço de transporte a pedido e de acordo com o Decreto-Lei n.º 30/2016 de 8 de setembro de 2016, que estabelece as regras específicas aplicáveis ao transporte flexível, prevê-se a implementação dos apoios sociais (Passe Social +) previstos no âmbito do programa "Portugal Porta-a-Porta".

ESTRUTURA REGIONAL DE CAMINHOS E CICLOVIAS E PROMOÇÃO DOS MODOS SUAVES

Subprojecto nº 6.2

Investimento 2017: 13.838€

(Não Definido: 78.413€)

No seguimento das medidas de intervenção previstas no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, e em alinhamento com as estratégias nacionais e regionais de descarbonização dos territórios e promoção da utilização dos modos suaves, pretende-se analisar a possibilidade de apresentar candidatura a fundos comunitários e avançar com a implementação de um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região. A implementação poderá ser efetuada de forma faseada, considerando a possibilidade do serviço arrancar em 2017 em alguns centros urbanos, prevendo-se a aquisição de bicicletas (convencionais e/ou elétricas), criação de estações e lugares de estacionamento nos principais pontos de interesse dos respetivos centros urbanos.

AUTORIDADE DE TRANSPORTES

Subprojecto nº 6.3

Investimento 2017: 66.923€

(Não definido: 26.138€)

No contexto da implementação da Lei 52/2015 de 9 de junho que estabelece o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, e dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a CIMT e os Municípios, deverão ser asseguradas pela CIMT as funções de Autoridade de Transportes para a generalidade dos serviços de transporte público que servem o território do Médio Tejo, excetuando os serviços de transportes urbanos de Abrantes, Entroncamento, Tomar e Torres Novas e os serviços de transporte público de passageiros que são assegurados, através de meios próprios, pelo Município de Vila de Rei. Para o ano de 2017, os trabalhos referem-se, essencialmente, à gestão das autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e início da preparação do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros, que deverá obrigatoriamente estar concluído até 3 de dezembro de 2019.

Ainda, tendo em atenção as competências de planeamento e de divulgação do serviço público de transporte de passageiros, pretende-se, a partir do trabalho de base e parcerias já estabelecidas no âmbito do Observatório da Mobilidade do Médio Tejo, trabalhar no desenvolvimento de um Portal da Mobilidade do Médio Tejo, que consubstancie um sistema de informação e gestão e que reúna e integre toda a informação necessária ao público acerca dos serviços de transporte disponibilizados no Médio Tejo. Inicialmente prevê-se que a informação disponível se refira às características atualmente em vigor/existentes de acordo com o modo de transporte escolhido (rodoviário, pedonal, ciclável), informação estatística, possibilidade de planeamento das viagens através de um programador de viagem, entre outras aplicabilidades. Posteriormente, poder-se-á analisar a possibilidade de desenvolvimento de uma aplicação de telemóvel para disponibilização de informação ao cidadão.

REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 7

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2017: 3.100,00€

No âmbito deste projeto, pretende-se avaliar as oportunidades de mobilização, pelos Municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos para requalificação e revitalização dos espaços urbanos e reabilitação de edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, no contexto de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável de valorização de equipamentos, espaços públicos e valores patrimoniais.

Recentemente, foi realizado um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, que incluiu o levantamento e análise dos projetos de regeneração e reabilitação urbana já desenvolvidos pelos municípios; sistematização dos projetos e intenções de investimento de regeneração e reabilitação urbana em carteira e ativos imobiliários potencialmente mobilizáveis para a constituição ou integração de um Fundo de Investimento Imobiliário.

Tendo em conta a operacionalização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e dos Planos de Ação para a Regeneração Urbana, e orientações e regras inerentes ao atual período de programação estrutural nesta matéria, pretende-se a articulação regional no sentido de estimular a regeneração urbana, promovendo a partilha de informação sobre as oportunidades existentes e mecanismos de financiamento das operações de regeneração e reabilitação urbana e demais iniciativas que possam alavancar os investimentos públicos e privados e conferir viabilidade conjunta às operações, favorecendo ainda que a revitalização urbana seja orientada por objetivos estratégicos alinhados com a estratégia regional e que melhor contribuam para a afirmação dos fatores de identidade, diferenciação e competitividade do Médio Tejo.

Para o ano de 2017, pretende-se dar início aos trabalhos com vista ao lançamento do Prémio Regional de Reabilitação Urbana do Médio Tejo, com o objetivo de estimular os agentes públicos e privados na reabilitação ou qualificação de edifícios, espaço público e conjuntos urbanos.

O Prémio RU Médio Tejo visa distinguir as diferentes facetas que a reabilitação urbana assume para a qualificação das cidades ou aglomerados urbanos e o seu impacto na comunidade, o sucesso medido pela aceitação pelo mercado, bem como a capacidade de induzir a mudança no tecido urbano.

O Prémio incidirá exclusivamente na vertente da Reabilitação Urbana, tendo como principais objetivos:

- ✓ Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido por projetistas, construtores e promotores, tanto públicos como privados, ao nível da reabilitação urbana;
- ✓ Promover a disseminação de boas práticas;
- ✓ Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a contínua adaptação a novas situações;
- ✓ Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções, também na perspetiva técnico-económica, o interesse dos cidadãos em geral pela preservação e revitalização do património habitacional e das áreas urbanas;
- ✓ Contribuir para a divulgação de melhorias sociais no acesso à habitação.

PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

PROJECTO Nº 8

Horizonte temporal: 2017-2018

Investimento 2017: 758.353€

(Não definido: 411.462€)

A estratégia regional concertada no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020, identifica a promoção da eficiência energética como uma das ações prioritárias a implementar no território do Médio Tejo. Também, no âmbito da adesão coletiva do Médio Tejo ao Pacto de Autarcas, se assume o compromisso de implementação de políticas de energia sustentável, centradas na promoção da eficiência energética e das energias renováveis (PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável).

Nos termos do Acordo de Parceria 2014-2020, assume-se como uma das prioridades de investimento, o apoio à utilização da eficiência energética em projetos integrados no domínio da eficiência energética com possível utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e sub-regional.

PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PÓLO DE ABRANTES

Subprojecto nº 8.1

Investimento 2017: 22.800€

(Não definido: 17.000€)

Considerando os problemas de funcionalidade que se têm verificado nas instalações que estão a ser utilizadas pelos serviços da CIMT em Abrantes (sistema de termo-ventilação descontinuado e obsoleto; existência de grandes painéis de vidro que desfavorecem a correta gestão térmica), verifica-se a necessidade de se elaborar um projeto técnico para correção das pontes térmicas e melhor controle dos custos energéticos para a utilização destas instalações. Pelo facto da cobertura do edifício ser plana e estar bem orientada considera-se

que poderão, eventualmente, ser aplicadas novas tecnologias, como os painéis fotovoltaicos, para aproveitamento da energia solar.

Para o ano de 2017, prevê-se a elaboração do projeto técnico de execução para a intervenção no Pólo da CIMT, em Abrantes, com vista a melhorar as condições da sua utilização bem como promover a eficiência energética, eventualmente com utilização de energias renováveis. Para a realização da intervenção, prevê-se a apresentação de candidatura ao Fundo de Eficiência Energética, ou, caso a intervenção não venha a ser apoiada pelo FEE, equaciona-se também a possibilidade de proceder a alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo e apresentação de candidatura ao Centro 2020.

ILUMINAÇÃO INTERIOR DE PISCINAS MUNICIPAIS

Subprojecto nº 8.2
Investimento 2017: 19.314€
(Não definido: 77.254€)

Tendo em conta a candidatura apresentada ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2017-2018, cuja decisão ainda se aguarda, prevê-se para ano de 2017 e caso a candidatura venha a ser aprovada, o início da implementação do projeto que tem como objetivo geral a redução dos consumos energéticos, em concreto de energia ativa, em piscinas municipais, através da alteração de luminárias existentes para luminárias LED.

Os objetivos específicos da candidatura apresentada são:

- 1) Substituição de 264 luminárias com tecnologia obsoleta (vapor metálico, vapor de sódio ou vapor de mercúrio) por 264 luminárias com tecnologia LED.
- 2) Atingir poupanças energéticas na ordem dos 80.77 MWh.
- 3) A sensibilização de potenciais utilizadores em grande escala de uma tecnologia que apesar de bastante difundida ainda não se encontra totalmente disseminada.

De acordo com o estudo efetuado pela Médio Tejo 21 para efeitos de preparação da candidatura, e tendo em conta as regras de elegibilidade e parâmetros de avaliação da mesma, foram consideradas as seguintes piscinas municipais para intervenção neste âmbito:

- ✓ Piscina Municipal de Alcanena
- ✓ Piscina Municipal de Constância
- ✓ Piscina Municipal de Entroncamento
- ✓ Piscina Municipal de Mação
- ✓ Piscina Municipal de Tomar

ILUMINAÇÃO EXTERIOR EFICIENTE EM ESPAÇOS DE INTERESSE MUNICIPAL

Subprojecto nº 8.3
Investimento 2017: 50.434€
(Não definido: 186.520€)

Tendo em conta a candidatura apresentada ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2017-2018, cuja decisão ainda se aguarda, prevê-se para ano de 2017 e caso a candidatura venha a ser

aprovada, o início da implementação do projeto que tem como objetivo a substituição direta das tecnologias atuais na iluminação exterior de espaços de interesse municipal (praças, parques de lazer, jardins e monumentos) por tecnologias de iluminação mais eficientes, tipicamente LED. Prevê-se na candidatura, a substituição de 613 luminárias com tecnologia obsoleta por luminárias LED, melhorando os níveis de serviço de iluminação.

De acordo com o estudo efetuado pela Médio Tejo 21 para efeitos de preparação da candidatura, e tendo em conta as regras de elegibilidade e parâmetros de avaliação da mesma, foi considerado para intervenção neste âmbito, um espaço exterior (praça/jardim/parque...) de cada um dos concelhos do Médio Tejo.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

PROJECTO Nº 9

Horizonte temporal: 2015-2018

Investimento 2017: 1.590,00€

Com este projeto, pretende-se prevenir os riscos e doenças profissionais dos trabalhadores e contribuir para a diminuição da sinistralidade e consequente aumento da produtividade, procurando o bem-estar mental, físico e espiritual de todos os trabalhadores em funções públicas.

A continuidade desta iniciativa, de forma integrada, procura facilitar as tarefas dos Municípios aderentes através de economias de escala, para além de promover a interação entre os mesmos.

SAÚDE NO TRABALHO

Subprojecto nº 9.1

Investimento 2017: 540€

Este subprojecto, cuja atividade, de acordo com a legislação em vigor, será desenvolvida no órgão ou serviço, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração, contempla:

- ✓ Realização de Exames de saúde, incluindo análises clínicas ao sangue (laboratoriais), exames de diagnóstico (rastreamento optométrico, eletrocardiograma e teste de força) e Observação médica (análise corporal, vigilância do boletim de vacinas e avaliação da tensão arterial), tendo em vista a verificação da aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades:
 - a) Exames de Admissão: nos 15 dias seguintes do início prestação de trabalho, ou se a urgência o justificar, antes do início da mesma;
 - b) Exames Periódicos: anuais para os trabalhadores menores de 18 anos e com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores;
 - c) Exames Ocasiais: sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho.
- ✓ Realização de Exames Complementares ou Pareceres Médicos Especializados: sempre que o Médico do Trabalho necessite completar a observação e formular uma opinião precisa sobre o estado da saúde do trabalhador, que poderá ter em conta a realização de mais análises clínicas, bem como a realização de audiometrias.

- ✓ Colaboração com os médicos de família/assistentes dos trabalhadores.
- ✓ Preenchimento de fichas de aptidão, face aos resultados dos exames médicos.
- ✓ Preenchimento de fichas clínicas, sujeitas a segredo profissional.
- ✓ Administração de vacinas sempre que se justifique.
- ✓ Visitas periódicas aos locais de trabalho com elaboração de relatório da visita, em estreita colaboração com os serviços de segurança no trabalho, com o objetivo de avaliar as condições de saúde nos locais de trabalho, bem como elaborar propostas de recomendações para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores observados, constituindo um diagnóstico precoce de doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho;

- ✓ Fornecimento dos elementos necessários no âmbito da Saúde no trabalho para o preenchimento do balanço social e relatório anual, previstos na legislação vigente.
- ✓ Ações de informação e sensibilização tendentes à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores.
- ✓ Formulação e proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores.
- ✓ Colaboração com os serviços de Segurança e Higiene no Trabalho e os representantes dos trabalhadores para a melhoria das condições de saúde no trabalho de todos trabalhadores dos Municípios/Entidades.
- ✓ Análise das doenças profissionais por categoria profissional, seu tratamento estatístico e caracterização.
- ✓ Recolha de dados e organização dos elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho.
- ✓ Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à saúde no trabalho;
- ✓ Dar conhecimento de todas as "novas patologias" que possam colocar em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A(H1N1)) e auxiliar na elaboração de possíveis planos de contingência municipais;
- ✓ Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras.
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, um relatório de progresso, contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Subprojecto nº 9.2
Investimento 2017: 1.050€

O desenvolvimento deste subprojecto, de acordo com a legislação em vigor, será assegurado regularmente nos Municípios/Entidades, contemplando:

- ✓ Apoio na organização e/ou atualização dos documentos da área de SST.
- ✓ Análise e elaboração de estatísticas relativas a acidentes de trabalho.
- ✓ Análise e elaboração de estatísticas relativas a inquéritos aos trabalhadores.
- ✓ Elaboração de planos de monitorização e prevenção considerando normas e regras de segurança adequadas à execução dos trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores.
- ✓ Elaboração de manuais de procedimento em caso de acidente e folhetos informativos no âmbito da Segurança no Trabalho.

- ✓ Elaboração de check list's de verificação de Máquinas e Equipamentos de Trabalho, tendo em consideração a Diretiva Máquinas (DL 50/2005).
- ✓ Realização de ações de formação aos trabalhadores mencionados anteriormente, relativamente aos planos de monitorização e manuais de procedimentos elaborados.
- ✓ Realização de registos de monitorização e prevenção, associados aos planos de monitorização e prevenção.
- ✓ Realização de auditorias técnicas aos locais de trabalho, com elaboração de relatório, assinalando as situações que se encontram pendentes de avaliação, as que podem melhorar e as que se devem corrigir.
- ✓ Avaliação de riscos profissionais aos locais de trabalho, utilizando o método simplificado, incluindo medições técnicas (a agentes biológicos, físicos e/ou químicos) com elaboração do respetivo relatório, contendo as medidas propostas para a erradicação ou diminuição dos riscos e a sua hierarquização.
- ✓ Realização de ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao dia nacional de prevenção e segurança no trabalho, bem como ações no âmbito das campanhas "locais de trabalho seguros e saudáveis" promovidas pela EU-OSHA e ACT.
- ✓ Realização de simulacros de acidente de trabalho.
- ✓ Investigação e elaboração de relatórios de acidente de trabalho.
- ✓ Elaboração dos planos de segurança internos, onde estão definidas as medidas de autoproteção dos edifícios, tendo como base as exigíveis no artigo 21º do Decreto-Lei nº 220/2008 (Segurança Contra Incêndios em Edifícios).
- ✓ Apoio na definição das especificações técnicas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e apoio na análise técnica das propostas apresentadas pelos fornecedores de EPI em parceria com os serviços de aprovisionamento.
- ✓ Realização de reuniões com o órgão de direção ou do serviço, em conjunto com os Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho ou com os Responsáveis Técnicos de Segurança no Trabalho sobre as atividades realizadas.
- ✓ Propostas de medidas de prevenção, em fase de projeto.
- ✓ Colaboração na execução de simulacros, no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios.
- ✓ Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras.
- ✓ Colaboração com as Municípios/ Entidades na resposta às auditorias e/ou fiscalizações pela ACT ou outras entidades relacionadas com a Segurança no Trabalho.
- ✓ Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à Segurança no Trabalho.
- ✓ Colaborar com os serviços de Saúde no Trabalho, a elaboração de possíveis planos de contingência municipais, tendo em consideração as "novas patologias" que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e conseqüentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)).
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, de um relatório de progresso, (modelo a definir) contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

Para o ano de 2017, prevê-se a necessidade de aquisição de serviços de manutenção/recarga de extintores no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios, aquisição de plantas de emergências para os edifícios do CIMT - Sede Tomar, polos de Abrantes e Constância - e melhoramentos da iluminância nos postos de trabalho, tendo em consideração o relatório de avaliação da iluminância nos postos de trabalhos, efetuado na sede da CIMT em Tomar e no polo de Abrantes, no âmbito da Segurança no Trabalho.

**ESTRATÉGIA 2020 [PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO TEJO 2014-2020
– OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO]**

PROJECTO Nº 10

Horizonte temporal: 2016-2023

Investimento 2017: 44.825,00€

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Médio Tejo 2020 (EIDT MT 2020), construída através de um processo participativo com os atores locais estabelece 5 orientações estratégicas do Médio Tejo 2020. A orientação estratégica de base “Incorporação de valor na atividade empresarial” e a orientação estratégica complementar “Consolidação da massa crítica urbana” pretendem o desenvolvimento de iniciativas que vão ao encontro das necessidades empresariais, do potencial humano, do empreendedorismo, da inovação, da captação de população residente e de recursos humanos disponível e com capacitação para o trabalho. A orientação de base “Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico” e a orientação complementar “Promoção da coesão e da qualidade de vida” pretendem a conjugação de iniciativas de atratividade global da região, procurando gerar atividade económica, postos de trabalho, qualidade de vida, resposta social às necessidades da população ou mesmo valorizar a oferta cultural disponível na região. A orientação estratégica transversal “Governança inteligente e multidimensional” pretende a operacionalidade das atuações, com vista à constituição de redes, de parcerias e mobilização de atores regionais para a implementação das mesmas.

Para a operacionalização da EIDT MT 2020, recorreu-se ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), o qual abrangeu algumas áreas de intervenção das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia, tal como a educação, saúde e inclusão social, promoção do empreendedorismo, eficiência energética, prevenção de riscos naturais, património natural e cultural e modernização administrativa.

Para além da execução dos projetos previstos no âmbito do ITI/Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, contratualizado com as Autoridades de Gestão do Portugal 2020, pretende-se operacionalizar ações em outros domínios de atuação importantes para a concretização da EIDT MT 2020. Neste contexto, deverão ser realizados os trabalhos preparatórios necessários para se estar em condições de aproveitar outros instrumentos de financiamento que se perspetivem poder vir a ser mobilizados durante o ano de 2017.

Neste contexto, refere-se, em particular, a continuidade dos trabalhos de estruturação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE 2020.

Ainda, durante o ano de 2017, será dada continuidade à dinamização dos órgãos de governação integrada do Médio Tejo (estabelecidos na EIDT MT 2020), designadamente o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, a Comissão de Acompanhamento e os Grupos de Trabalho setoriais para apoio à operacionalização dos principais projetos e iniciativas a desenvolver, e será efetuado o acompanhamento e monitorização da implementação da EIDT MT 2020.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 11

Horizonte temporal: 2000-2020

Investimento 2017: 889.710€

(Não definido: 125.000,00€)

Pretende-se dar continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus treze municípios no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas de modernização e simplificação administrativa, com vista à melhoria da prestação dos serviços municipais/ intermunicipais, de forma generalizada, aos cidadãos e às empresas, e também garantir novas formas de governabilidade assentes em economias de escala. Para que o resultado esperado seja alcançado, é necessário dar continuidade de modo mais eficaz ao desenvolvimento de serviços partilhados, integrados, inovadores ao nível de resposta eficiente e eficaz aos cidadãos e às empresas, no sentido de incrementar a produtividade, de motivar os diferentes serviços que constituem a administração local e racionalizar os modelos de organização e gestão autárquica.

Assim sendo, o presente projeto visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar a acessibilidade temporal e digital do cliente externo aos serviços da Administração Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas, tal como já acontece em muitos serviços da Administração Pública;
- ✓ Racionalizar o Modelo de Gestão da Administração Local, pela simplificação, reengenharia e desmaterialização dos processos da Administração Local, no seu todo;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma Administração Pública em Rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviços partilhados entre a CIMT e os treze Municípios associados, pela criação de uma infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- ✓ Interligar o desenvolvimento tecnológico com a melhoria das práticas de gestão e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia;
- ✓ Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de "boas práticas" com todos os atores do Médio Tejo (cidadãos, empresas e outras entidades locais) e com aqueles que nos visitam (nacionais e internacionais);
- ✓ Gerar massa crítica e competências transversais necessárias à continuidade e à sustentabilidade deste projeto, para além do horizonte do financiamento das candidaturas aprovadas;
- ✓ Demonstrar e disseminar os resultados e as "boas práticas" à escala nacional ou internacional;
- ✓ Contribuir para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e para a administração eletrónica.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 11.1

Investimento 2017: 96.000€

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala. Para o efeito, pretende-se dar continuidade ao contrato de licenciamento do software

Microsoft para os municípios e para a CIMT e reestruturar o parque informático da CIMT, ao nível do hardware e software.

MÉDIO TEJO ONLINE 2020

Subprojecto nº 11.2

Investimento 2017: 525.000€

Um dos projetos enquadrados dentro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para o período de referência comunitária 2014-2020, é o projeto Médio Tejo Online 2020 que procura dar continuidade ao projeto Médio Tejo Online que teve como objetivo a implementação de um ERP único para todos os municípios do Médio Tejo no sentido dos serviços online serem desenvolvidos de forma mais eficiente e eficaz. Assim, o projeto Médio Tejo Online 2020 consubstancia-se em três componentes de investimento:

- ✓ Serviços Online - Novas Funcionalidades
- ✓ Reestruturação das infraestruturas tecnológicas
- ✓ Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital

Face à implementação de serviços online inseridos no projeto Médio Tejo Online que foi executado no âmbito do QREN/SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa denotou-se que existia a necessidade de novas funcionalidades de resposta efetiva aos cidadãos e empresas. Estas novas funcionalidades passam pela uniformização de serviços municipais (por exemplo, formulários únicos ao nível das taxas e licenças, urbanismo, águas, entre outros) e uma maior partilha de recursos.

Relativamente à componente reestruturação das infraestruturas tecnológicas, esta será implementada em complementaridade com as restantes componentes, uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos, garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

No entanto, para que os serviços online sejam efetivos e os métodos de trabalho, até hoje praticados, sejam totalmente desmaterializados, é necessário a implementação de um Sistema de Arquivo Digital recorrendo a tecnologia que permita o arquivo eletrónico de documentos. Esta necessidade prende-se particularmente com os documentos do urbanismo, prementes para os serviços online colocados à disposição dos cidadãos e empresas, uma vez que estes têm formatos díspares e, muitas vezes em avançado estado de degradação. Paralelamente, com recurso à gestão documental adquirida recentemente (a CIMT promoveu a aquisição de um ERP único) e através das ferramentas que a Administração Local da Região passou a dispor, é premente a definição de novos fluxos de trabalho e a tramitação dos documentos com base em tecnologia BPM (Business Process Management), ou seja, a sua tramitação em formato digital. Esta definição aplica-se também à forma de disponibilização do arquivo corrente assim como ao mais antigo, de forma digital.

INTEGRAÇÃO E PARTILHA DE SERVIÇOS

Subprojecto nº 11.3
Investimento 2017: 61.000€
(Não definido: 125.000€)

Na sequência da aprovação da candidatura “Médio Tejo Em Partilha”, nos termos do Despacho n.º 5119-B/2015 do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local, em 30 de junho de 2015, assente em componentes de investimento que visam a integração e a partilha de serviços ou competências dos municípios, e tendo em conta que a sua execução termina no ano de 2016, a CIMT pretende desenvolver novas iniciativas capazes de serem uma resposta aos objetivos definidos para a Administração Pública, no âmbito da Reforma para a Partilha e Integração dos Serviços nos Municípios.

Deste modo, pretende-se o desenvolvimento de iniciativas de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território, entre outras, com o objetivo de uniformizar e racionalizar processos municipais, tendo em conta a melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.

CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 11.4
Investimento 2017: 33.600€

A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CC-CIMT) foi constituída em junho de 2011, como uma das grandes experiências de serviços partilhados ao nível das compras públicas. Por este motivo, um dos seus objetivos é a difusão das novas práticas desmaterializadas de relacionamento da administração local com a economia, estimulando o desenvolvimento do tecido económico.

Para o efeito, foi desenvolvida uma plataforma de suporte à atividade da Central de Compras da CIMT, enquanto espaço privilegiado de comunicação e divulgação das atividades da Central de Compras. A mesma pretende funcionar como ferramenta de gestão colaborativa, onde se destaca a disponibilização de documentos (resultados das negociações, templates para levantamento de necessidades, comunicados periódicos, minutas, peças concursais, entre outros), além de assegurar um espaço reservado de reposição de documentação necessária à instrução dos processos de compra dos municípios.

É de registar a preocupação da Central de Compras do Médio Tejo na total desmaterialização do relacionamento entre a equipa da Central de Compras e as suas entidades aderentes, bem como, com os vários fornecedores interessados nos processos de negociação.

Assim, é objetivo dar continuidade à central de Compras da CIMT enquanto uma das iniciativas de serviços partilhados efetivos, na área das compras, por forma, a alcançarem-se maiores economias de escala entre as entidades aderentes da mesma. Neste sentido, a Central de Compras da CIMT pretende a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Estabelecer a estratégia e as políticas de compra e de sourcing para as categorias de bens e serviços superiormente determinados;
- b) Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas, incluindo a consolidação do planeamento de necessidades, a análise, normalização e standardização de especificações de produtos e serviços a adquirir;
- c) Estimar o valor do potencial de poupança a obter, através da agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas;

- d) Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias de produtos e serviços definidos como transversais e proceder, quando aplicável, à gestão dos respetivos contratos e relações com fornecedores;
- e) Monitorizar o desempenho da função compras eletrónicas da CIMT e avaliar o impacto (poupanças) dos processos de negociação centralizada desenvolvidos pela mesma;
- f) Promover junto das entidades adjudicantes abrangidas a utilização dos serviços da Central de Compras da CIMT;
- g) Elaborar e promover normas, regras e procedimentos que simplifiquem e racionalizem os processos de aquisição e aprovisionamento;
- h) Definir critérios de compra e de aquisição de bens e serviços em articulação com as deliberações do Conselho Intermunicipal;
- i) Apoiar as áreas de aprovisionamento das entidades adjudicantes abrangidas que pretendam desenvolver processos de negociação municipais (não transversais), bem como disponibilizar a plataforma tecnológica para a execução deste tipo de negociação.

DESENVOLVIMENTO SISTEMA GESTÃO TERRITORIAL

PROJECTO Nº 12

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2017: 1.561.480€

(Não definido: 228.000€)

O projeto visa:

- ✓ Criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados "custos públicos de contexto", dando melhor resposta aos agentes económicos.
- ✓ Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, através do desenvolvimento de Planos Intermunicipais de ordenamento do território.
- ✓ Dotar a região de instrumentos supramunicipais integrados de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios. Articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/implementação de ações partilhadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios.
- ✓ Ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo.
- ✓ Elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais;
- ✓ Aumento do conhecimento das infraestruturas de Abastecimento de água e saneamento de águas residuais, factor determinante para uma gestão mais eficiente dos ativos.
- ✓ Implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, em matéria de riscos, designadamente desenvolvimento de Planos municipais e intermunicipais, como por exemplo elaboração de planos municipais de segurança rodoviária, planos de adaptação às alterações climáticas e articulação no âmbito das intervenções preventivas necessárias.
- ✓ Levantamento e/ou complemento/caracterização dos conteúdos do território, a vários níveis, quer de informação base como cartografia, cadastro predial e atualização da informatização do cadastro

geométrico da propriedade rústica; quer de levantamento de informação de âmbito cultural, patrimonial, recursos naturais e infraestruturas.

- ✓ Criação de mecanismos que permitam a Monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conectividade e a sua monitorização.
- ✓ Disponibilização de serviços online multisserviços/multiplataforma no âmbito da gestão do território, serviços públicos ao nível da administração pública local.
- ✓ Criação de plataforma de disponibilização do cadastro das atividades industriais que permitisse localizar as várias atividades ao nível da dispersão/concentração das mesmas, bem como realizar a monitorização dessas atividades, designadamente: no controlo, reexame, suspensão e cessação da exploração industrial.

Em resumo este projeto visa a concretização dos objetivos fundamentais nele considerado como relevantes nas diversas matérias, como por exemplo no âmbito:

- ✓ do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- ✓ da proteção civil e segurança;
- ✓ de gestão ambiental, adaptação às alterações climáticas;
- ✓ da gestão integrada da rede rodoviária estruturante;
- ✓ da gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto e de lazer;
- ✓ da gestão de outros equipamentos públicos;
- ✓ da gestão das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água e resíduos urbanos.

APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Subprojecto nº 12.1
Investimento 2017: 1.000€
(Não definido: 5.000€)

Para a implementação do projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão territorial existe a necessidade de proceder, em alguns casos, a desenvolvimentos aplicacionais específicos. Assim sendo, será necessário, para a sua integração, apoio técnico especializado.

MÉDIO TEJO - CADASTRO DE INFRAESTRUTURAS EM BAIXA E PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA HIDRICA

Subprojecto nº 12.2
Investimento 2017: 540.047€

1) Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa

O subprojecto Médio Tejo – Gestão de Infraestruturas em baixa foi submetido em candidatura ao Aviso de Concurso do POSEUR 12-2015-16, tendo a mesma sido aprovada no passado dia 29/08/2016.

No âmbito da implementação da operação do cadastro das infraestruturas de redes existentes nos sistemas em baixa prevê-se a concretização das acções necessárias à implementação e exigências do referido aviso. Desta forma, para além da ação de elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, será ainda promovida a aquisição de software que

permita a utilização e manutenção da informação das redes, será considerada a aquisição de software (conector de interligação SIG – webservices) necessário para a interligação direta e automática entre o sistema de gestão de clientes utilizado pelas entidades gestoras (CRM) e o sistema de informação geográfica e a aquisição de ortofotocartografia à escala 1: 2000 para as zonas que não dispõem desta informação (exclusivamente necessária para o complemento das áreas necessárias a cadastrar nas infraestruturas de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR).

Assim, a operação será satisfeita por uma única componente de investimento – Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa, com a concretização de três acções:

Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes em baixa AA e SAR e software de utilização e manutenção do SIG;

Elaboração de ortofotocartografia à escala 1: 2000

Conetor de interligação do sistema de gestão de clientes (CRM) com o sistema SIG

Com o projeto pretende-se aumentar o conhecimento das AA e SAR para uma gestão mais eficiente dos ativos nas organizações, nomeadamente em 10 entidades gestoras integrantes da CIMT, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

O aumento do conhecimento das infraestruturas de AA e SAR é um fator determinante no incremento para a gestão mais eficiente. Assim, este projeto, promove iniciativas integradas de conhecimento de informação infraestrutural dos sistemas em baixa de AA e/ou SAR, implementando a elaboração do seu cadastro e adequação dos serviços da administração na utilização e manutenção do sistema de informação como garante eficaz, eficiente e sustentável das infraestruturas.

Em termos de execução, o objetivo principal é a elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa AA e SAR, por forma a recolher informação (identificação, tipo, localização, dimensões, forma, material, profundidades, ligações), para o apoio à tomada de decisão sobre as intervenções a realizar nas redes, assim como parava sua gestão.

Em conclusão, este projeto visa a otimização e a gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas.

2) Promoção da eficiência hídrica

Este projeto visa a criação de instrumentos alinhados no âmbito da nova estratégia para o sector do Abastecimento de Água (AA) definida pelo "PENSAAR 2020 – a qual assenta numa "estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura e focaliza-se mais na gestão dos ativos e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente". O nível de eficiência operacional das entidades gestoras (EG), preconiza-se por uma gestão eficiente dos recursos ao nível dos ativos e da reabilitação dos sistemas urbanos de distribuição e adução de água, incluindo o controlo e redução de perdas, bem como garantindo a recuperação sustentável de gastos, no âmbito de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água.

Neste âmbito, foi realizado um projeto integrando 10 entidades gestoras (Municípios de Abrantes (Serviços Municipalizados de Abrantes), Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha e também nos SMAS de Tomar, no qual foi realizado o estudo de diagnóstico e plano de ação para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

Os objetivos propostos no plano de ação elaborado, designadamente o cronograma proposto para a sua implementação estão ajustados de acordo com o Status Quo de cada EG, no sentido de atingir os 20% de água não faturada previsto no PENSAAR 2020.

Pretende-se ainda no âmbito do desenvolvimento da gestão eficiente dos recursos hídricos e no sentido de criar escala e equacionar opções centralizadas no âmbito da promoção de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água, analisar modelos de implementação de gestão intermunicipal, a título de exemplo “telegestão”, concertados com a gestão das EG, sem que ponham em causa a gestão autónoma das referidas entidades.

Estas iniciativas pretendem melhorar a solução para introduzir níveis de eficiências, que num futuro próximo se traduzam numa melhoria da qualidade do serviço, assim como numa adequada acessibilidade económica para as suas populações, reduzindo os custos operacionais e meios técnicos envolvidos.

MÉDIO TEJO - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ESTRATÉGICO

Subprojecto nº 12.3

Investimento 2017: 139.540€

(Não definido: 35.000€)

Este subprojecto visa a criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, destinados a promover um desenvolvimento integrado e sustentável, materializados na ITI – Investimento Territorial Integrado da CIMT.

Prevê-se a elaboração de estudos de caracterização e de suporte à elaboração de planos intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Como ações a desenvolver salientam-se:

- 1) Plano de ação e gestão das infraestruturas

Com o desenvolvimento desta componente pretende-se alcançar a definição de metodologias e adequação de plataforma que permita aos vários operadores na via pública (públicos e privados), mais concretamente no âmbito da intervenção das infraestruturas de abastecimento de águas, saneamento, gás, telecomunicações, energia, terem conhecimento da localização das referidas redes de infraestruturas aquando a sua intervenção. Esta medida de partilha de informação supramunicipal entre as várias entidades responsáveis pela gestão/intervenção de cada infraestrutura, visa promover a gestão integrada, de forma partilhada, das ações no subsolo, possibilitando o planeamento das intervenções na via pública de forma concertada e preventiva entre as várias entidades, verificando-se efetivos ganhos de eficiência nos serviços e tarefas a promover, designadamente ao nível do planeamento das intervenções.

Esta ação de partilha para além de permitir que a ação em si seja mais célere, permitirá ainda a mitigação do risco que poderá estar associado em cada intervenção.

2) Serviços Gestão Territorial - Novas Funcionalidades

Esta componente visa implementar Sistema de Gestão de informação das dinâmicas territoriais; indicadores e monitorização, decorrentes da elaboração dos planos intermunicipais e gestão ambiental.

No sentido de acompanhamento das melhores soluções para a gestão dos municípios serão implementados novos mecanismos de serviços online de interação e partilha de informação entre as várias entidades e cidadãos.

Em complementaridade com as referidas ações, está considerada a componente de reestruturação das infraestruturas tecnológicas (hardware e software) uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde, no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

Com a crescente implementação de sistemas de informação geográfica e conseqüentemente gestão e monitorização de mais informação é necessário a incrementação do aumento da capacidade de armazenamento e garantir os níveis de gestão e partilha de informação, pela integração/conexão entre os vários sistemas/serviços dos municípios, bem como pela eventual necessidade de aquisição de mecanismos específicos que possibilitem a recolha/tratamento/integração e gestão de informação a ser partilhada entre as várias entidades, sectores do município e cidadãos.

Salienta-se que a integração partilhada de informação requer mecanismos exigentes, os quais devem permitir uma célere resposta às necessidades, permitindo desta forma ganhos de eficiência nos serviços.

MÉDIO TEJO - GESTÃO REDE VIÁRIA ESTRUTURANTE

Subprojecto nº 12.3.1

Investimento 2017: 121.360€

(Não definido: 15.000€)

No âmbito deste subprojecto pretende-se implementar a gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal. Para a sua implementação existe a necessidade de introduzir novos mecanismos de recolha, tratamento, integração e monitorização face à especificidade da informação.

No âmbito da sua implementação foram definidas 3 fases de atividade:

- ✓ Fase I - Inventariação da Rede: Definição da rede estruturante e Criação de base de dados dos troços estruturada para o efeito.
- ✓ Fase II - Levantamento/Diagnóstico do estado de conservação: Inspeção automatizada da totalidade da rede considerada estruturante; Análise dos resultados das inspeções; Vistoria dos troços identificados; e Elaboração de relatório de diagnóstico.

- ✓ Fase III - Propostas de atuação: Identificação dos cenários de atuação; Desenvolvimento dos cenários identificados; Estimativa orçamental para as intervenções propostas; e Elaboração do relatório final.

No que respeita aos trabalhos a desenvolver, no âmbito deste subprojecto, já foram realizados os inerentes à Fase I, os quais foram articulados entre os vários técnicos dos municípios e tendo por base os seguintes critérios:

- ✓ Ligação das sedes de concelho à Rede Rodoviária Nacional
- ✓ Ligação entre sedes de concelho
- ✓ Ligação entre sedes de concelho e sedes de freguesia
- ✓ Ligação entre sedes de freguesia
- ✓ Ligação a outros polos (outras povoações, escolas, indústrias, serviços, etc.), avaliar posteriormente

Prevê-se igualmente ações de formação para reforço das competências dos recursos humanos municipais nesta matéria.

Estas ações de formação são importantes uma vez que permitiram gerar Know-how nos municípios no âmbito da intervenção contínua nas vias através de mecanismos de monitorização do estado de conservação destas.

Em conclusão, os municípios dotar-se-ão de uma ferramenta de apoio à decisão, designadamente pela incorporação de:

- ✓ Indicadores para a identificação de necessidades de intervenção, quer ao nível da conservação periódica, quer ao nível da conservação corrente.
- ✓ Definição de prioridades na afetação das respetivas intervenções aos planos plurianuais de investimentos.
- ✓ Utilização de processos de otimização e da capacidade de previsão da evolução da qualidade dos pavimentos.

Este subprojecto foi considerado em candidatura submetida a 15.09.2016 ao aviso Centro -14-2016-01, o qual visa a concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), no âmbito da Prioridade de Investimento 2.3. Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha, a qual aguarda aprovação.

MÉDIO TEJO - GESTÃO INTEGRADA DE PROTECÇÃO CIVIL E FLORESTAS

Subprojecto nº 12.4

Investimento 2017: 668.893€

(Não definido: 11.000€)

O subprojecto gestão integrada no âmbito da proteção civil e florestas pretende efetuar o planeamento de emergência a uma escala supramunicipal com a elaboração de planos intermunicipais de defesa da floresta, planos especiais de emergência intermunicipais e planos municipais de emergência e segurança, designadamente rodoviária, com análise de risco ao nível da CIM.

A implementação do subprojecto visa a criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos.

No contexto da gestão agregada visa dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios.

Prevê-se a definição de estratégias preventivas contribuindo para uma maior eficiência operacional e de gestão aquando das ocorrências de incêndios e cheias.

Prevê-se ainda a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios.

Compreende ainda a promoção a adaptações das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas.

Em resumo, os objetivos fundamentais deste subprojecto serão: definir estratégias de prevenção passando pela articulação entre os diferentes atores regionais, nomeadamente os corpos de bombeiros e os gabinetes florestais; assegurar a coerência estratégica das intervenções no sentido de definição de um Plano de Ação Regional para a Segurança e Proteção Civil, elaboração de Planos de Segurança Rodoviária; estruturar, dinamizar, executar estudos, planos de intervenção ou outros trabalhos para a minimização dos riscos.

SISTEMA VIDEOVIGILÂNCIA

Subprojecto nº 12.4.1

Investimento 2017: 665.893€

No âmbito de uma gestão integrada prevê-se com este subprojeto dotar a região do Médio Tejo de um sistema de videovigilância para incêndios, o qual permite o planeamento, monitorização e comunicação de informação do terreno. Prevê-se assim, a "Instalação e Monitorização de um Sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional", tendo como objectivo a ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo a qual abrange dois Distritos, Santarém e Castelo Branco.

A concretização e operacionalização das ações propostas dotarão o território das entidades envolvidas de Torres de vigilância de apoio à decisão (TVDA), Centros de Comando e Controlo (CGC) e sistema de comunicações entre as várias infraestruturas, os quais permitirão uma tomada de decisão mais eficaz, eficiente e sustentável, bem como garantir medidas preventivas em matéria de incêndios florestais em complementaridade com os sistemas do mesmo tipo que já se encontram em operação, num total de 15 TVDA e 2 CGC (11 TVDA no CDOS de Castelo Branco e 4 TVDA no CDOS de Santarém).

Dos estudos técnicos realizados verificou-se uma interrupção no sistema de videovigilância já implementado, assim prevê-se a incorporação de mais 9 TVAD, equipadas com câmaras de vídeo e restantes equipamentos necessários para o aumento substancialmente da capacidade de vigilância contra incêndios existente atualmente no Médio Tejo, aumento de 14% para 74%.

Salienta-se a importância deste subprojecto atendendo a que a videovigilância é em si própria uma medida de minimização e mitigação dos riscos, no sentido em que vai permitir uma análise mais rápida da realidade do incêndio florestal, permitindo assim ao nível dos centros de comando decisões mais rápidas e assertivas quanto aos meios a envolver, levando a uma ação mais rápida ao incêndio, com as comprovadas consequências de diminuição de área ardida.

Este subprojeto encontra-se inserido em candidatura submetida a 29.07.2016 ao aviso PO SEUR - 10-2016-43 o qual visa a promoção de Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão, sendo que aguarda aprovação.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Subprojecto nº 12.5

Investimento 2017: 114.000€

(Não definido: 47.000€)

Tendo em conta recentes acontecimentos a nível mundial, e mais especificamente a nível nacional, regional e local, as alterações climáticas são hoje um desafio global na sua maior ou menor incidência a nível geográfica e transversal a todas as áreas, gerando perdas de recursos naturais e económicas.

Assim e alinhados com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020) a qual está enquadrada com as metas europeias e de acordo com objetivos nela descritos (1.Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; 2. Implementar medidas de adaptação; 3. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais), com este subprojecto prevê-se a elaboração de “Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas”, o qual incorpora a elaboração de um Plano o qual integra 13 municípios (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha).

Com a sua concretização pretende-se a elaboração de estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas perfilando-se as estratégias municipais alicerçadas num melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação, para posterior implementação de algumas das medidas.

Esta ação tem como objetivos: identificar os ajustes necessários dos sistemas naturais ou humanos, em resposta a estímulos climáticos (observados ou projetados) com o objetivo de aumentar a resiliência desses sistemas; identificar as ações necessárias para adaptação às alterações climáticas ao nível das populações, dos serviços públicos, bem como transversais a todos os sectores socioeconómicos; promover o envolvimento da população em geral, técnicos municipais e atores locais; integração da adaptação nos processos de planeamento e decisão dos agentes municipais e sectoriais; capacitação dos técnicos municipais nesta matéria com vista à criação de uma comunidade de agentes locais;

Para a concretização dos objetivos prevê-se que o Plano identifique as vulnerabilidades do território do Médio Tejo face às alterações climáticas mediante a caracterização e diagnóstico da situação de referência (atual); Elaboração de Modelos de Previsão e de Cenários - futuras, Identificação de medidas de atuação corretivas para colmatar as vulnerabilidades existentes e previstas face aos modelos desenvolvidos.

Nesta medida a metodologia de trabalho terá em consideração os documentos de referência realizados e disponibilizados no âmbito dos trabalhos promovidos pelo projeto ClimaAdaPT.Local – Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, como seja o “Guia Metodológico para a Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas”.

Desta forma será adotado para a fase do desenvolvimento dos trabalhos a metodologia de base designada por ADAM (Apoio à Decisão em Adaptação Municipal) desenvolvida no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local, a qual é promovida por seis passos: Preparação dos trabalhos, 2. Identificação das vulnerabilidades atuais; 3. Identificação das vulnerabilidades futuras; 4. Identificação das opções de adaptação; 5. Avaliação das opções de adaptação; 6. Integração, monitorização e revisão.

A metodologia a implementar deverá ter em conta os seguintes setores transversais entre si e com impacto nas dinâmicas territoriais da Região no que concerne às adaptações territoriais: Recursos hídricos, Ordenamento do território, áreas urbanas, Agricultura, Biodiversidade, Economia, Energia, Florestas, Saúde, Segurança de pessoas e bens, Transportes e comunicações, Turismo e Lazer, Indústria.

Este subprojecto será considerado em candidatura a submeter ao aviso PO SEUR - 08-2016-57, o qual visa o Planeamento em Adaptação às Alterações Climáticas, cujo prazo para submissão de candidatura termina a 21.10.2016. Neste âmbito, e conforme exigência do referido aviso foi remetido pedido de parecer à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a 21.09.2016.

GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO

PROJECTO Nº 13

Horizonte temporal: 2017-2017

Investimento 2017: 211.323€

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é uma entidade formadora acreditada pela extinta Fundação CEFA - Fundação para os Estudos e Formação Autárquica, atual DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e ministra formação aos trabalhadores dos seus municípios associados, bem como para os da CIMT.

Com o desenvolvimento da sua atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional capaz de promover a qualificação dos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, dando resposta às necessidades sentidas pelos trabalhadores municipais aquando o desenvolvimento das suas atividades em contexto de trabalho. Desta forma, através do investimento direto no crescimento pessoal, profissional e organizacional, pretende-se contribuir, de forma indireta, para o aumento da competitividade regional,

A atividade formativa levada a cabo pela CIMT, que visa a melhoria das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores da Administração Local é definida e construída através da auscultação das necessidades municipais, pretendendo-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores;
- ✓ potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional;
- ✓ definir estratégias conjuntas para apresentação de candidaturas no âmbito do Fundo Social Europeu;

- ✓ promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de interesse para a CIMT;
- ✓ fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIMT, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.

FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Subprojecto nº 13.1
Investimento 2017: 60.038€

O desenvolvimento de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo constitui uma das atividades da CIMT, sendo que para o efeito é necessário a definição de um Plano de Formação estruturante, capaz de responder às necessidades sentidas pela CIMT e pelos seus municípios, por um período de um ano.

As ações de formação previstas no Plano resultam de um levantamento efetuado junto dos municípios e que se consubstancia no Diagnóstico de Necessidades de Formação. Este Diagnóstico consiste na definição das carências de formação na organização, em função das suas missões, objetivos e estratégias de desenvolvimento/atuação, e visa ser um processo dinâmico, participativo, contínuo e integrado.

Assim, após levantamento das necessidades de formação junto dos municípios associados da CIMT e na própria CIMT, é preparado um Plano de Formação que contribua para o aumento da qualificação dos recursos humanos, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos. De facto, o objetivo último da promoção da Formação da Administração Local é permitir o acesso a formação profissional adequada às funções da organização, visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado.

O Diagnóstico de Necessidades de Formação permite, igualmente, a preparação de candidaturas intermunicipais para financiamento das ações de formação a ministrar e que visam os seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar as competências individuais dos trabalhadores dos municípios associados da CIMT e da própria;
- ✓ Promover a qualidade dos serviços municipais;
- ✓ Contribuir para a modernização da organização municipal.

Face ao exposto, e tendo em conta o Diagnóstico de Necessidades de Formação, define-se como áreas prioritárias de atuação na área da administração e formação aos trabalhadores da Administração local da Região do Médio Tejo:

- ✓ Administrativa e de Modernização;
- ✓ Financeira;
- ✓ Recursos Humanos;
- ✓ Jurídica;
- ✓ Urbanismo;
- ✓ Serviços Urbanos;
- ✓ Obras Municipais e Particulares.

No ano de 2017, ir-se-á dar um especial enfoque ao Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC – AP), dando continuidade à estratégia já colocada em curso no último trimestre do

ano de 2016. Este enfoque especial surge devido ao facto de se encontrar previsto no ano de 2017, a aplicação do SNC-AP à Administração Pública em Portugal, o que por si só, irá acarretar grandes mudanças em termos de sistema de contabilidade a utilizar, de harmonização contabilística, de apresentação de demonstrações orçamentais e financeiras, de alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais e da consolidação dos subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

Subprojecto nº 13.2
Investimento 2017: 32.000€

Através dos estágios curriculares e profissionais a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho. Decorreram no ano de 2015/2016 quatro estágios no âmbito da candidatura PEPAL 5.^a Edição, nas áreas de Ciências da Comunicação; Educação; Gestão e Planeamento Territorial e Transportes. No presente está a decorrer um estágio na área do Design. Pretende-se que no ano de 2017, seja dada continuidade a este projeto, através da realização de novos estágios curriculares e profissionais.

SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E REUNIÕES TEMÁTICAS

Subprojecto nº 13.3
Investimento 2017: 2.500€

A dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, é uma das formas que a CIMT tem desenvolvido para se encontrar novas formas de partilha de conhecimento e discussão/ reflexão entre os trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo. De facto, trata-se, igualmente, de uma forma de motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar soluções a problemas concretos da sua atividade laboral, encontrar métodos de trabalho coesos a toda a Região e partilhar experiências para que possam fazer face à complexidade e aos desafios decorrentes do desenvolvimento das suas atividades.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Subprojecto nº 13.4
Investimento 2017: 102.760€

Na sequência da submissão da candidatura intermunicipal “Formação de públicos Estratégicos” ao Eixo Prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, pretende-se que a mesma promova o desenvolvimento de um plano de formação para qualificar os/as profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.

Neste sentido, pretende-se promover as seguintes ações de formação:

- a) Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da promoção da igualdade de género e da prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género;
- b) Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género;
- c) Ações de formação de formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em igualdade de género.

O público-alvo das ações de formação a desenvolver é o seguinte:

- ✓ Agentes de formação
- ✓ Pessoal docente e não docente
- ✓ Agentes sociais
- ✓ Pessoal dos serviços de saúde

Este projeto terá como parceiros a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV); a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e os Agrupamentos de Escolas Alto Tejo, A 23 e Templários.

FORMAÇÃO DE PROJETOS INTERMUNICIPAIS

Subprojecto nº 13.5
Investimento 2017: 14.025€

Com o desenvolvimento de projetos intermunicipais em áreas como a modernização administrativa, gestão territorial, integração e partilha de serviços municipais, empreendedorismo, promoção turística, transportes, inclusão social, é necessária a prossecução de atividades complementares que passam pela definição de um plano de ação que vise a gestão de mudança da cultura organizacional e a definição de novos métodos de trabalho e ferramentas. Assim sendo, e com o objetivo de garantir uma melhor governabilidade e racionalização de custos, encontra-se previsto no âmbito do Portugal 2020, a abertura de avisos de concurso que têm como objetivo o financiamento através do Fundo Social Europeu, de planos de formação que sejam complementares aos projetos intermunicipais apresentados/aprovados.

PORTUGAL 2020 – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO

PROJECTO Nº 14

Horizonte temporal: 2015-2023
Investimento 2017: 210.942€

Na sequência do reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para o período de programação comunitária 2014-2020, foi iniciada a sua operacionalização com a submissão e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo-se, para o efeito, ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI).

Deste modo, a 31 de agosto de 2015 foi celebrado o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais do

Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR).

De acordo com a cláusula 5.^a do Pacto, serão objeto de adenda ao mesmo, a delegação de competências, bem como os restantes direitos e deveres da CIMT enquanto organismo intermédio, onde serão incluídos os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-lei n.º 137/2014 de 12 de setembro.

Assim, foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, uma Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, com vista à delegação de competências e constituindo-se a CIMT como Organismo Intermédio deste Programa Operacional (PO). As competências delegadas consubstanciam-se no seguinte:

- ✓ Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO.
- ✓ Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- ✓ Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável;
- ✓ Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção;
- ✓ Garantir que as operações selecionadas não incluem atividades que tenham sido parte de uma operação que tenha sido ou devesse ter sido objeto de um procedimento de recuperação em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, na sequência de uma deslocalização de uma atividade produtiva fora da área do programa.
- ✓ Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG;
- ✓ Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades e, concretamente, da igualdade entre mulheres e homens, quando aplicável;
- ✓ Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação;
- ✓ Verificar a elegibilidade das despesas no âmbito do processo de seleção e execução das operações;
- ✓ Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação;
- ✓ Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- ✓ Respeitar procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;
- ✓ Disponibilizar aos beneficiários as informações pertinentes para realizarem as operações;

- ✓ Garantir que os dados sobre cada operação que são necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo;
- ✓ Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários;
- ✓ Realizar verificações das operações in loco, as quais podem ser realizadas por amostragem;
- ✓ Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução das operações, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- ✓ Assegurar a organização dos processos de candidatura, relativamente, às competências delegadas de operações ao financiamento pelo PO;

No passado dia 31 de Maio de 2016, foi contratualizado com os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), podendo estes municípios constituir-se como Organismo Intermédio – Autoridade Urbana - assegurando as funções de controlo com vista a aferir se as operações ao abrigo do PEDU, são elegíveis para apoio, se estão em conformidade com a lei aplicável e se dispõem da capacidade administrativa, financeira e operacional necessária para satisfazer as condições de apoio, criando deste modo as condições necessárias ao exercício, por parte do Município, da competência de seleção de operações que lhe foi delegada nos termos da cláusula 4.^a do mencionado contrato de PEDU. No entanto, os municípios em causa propuseram à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a delegação dessas competências na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, reforçando esta entidade, competências enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Regional do Centro 2020.

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, encontra-se prevista a prossecução de investimentos intermunicipais e municipais no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no que concerne à “Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e participação ativa e a melhoria da empregabilidade” e à “melhoria do acesso a serviços sustentáveis de qualidade a preços comportáveis incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”, tendo a CIMT demonstrando interesse na sua constituição como Organismo Intermédio deste PO para o devido acompanhamento, gestão e controlo das operações a financiar.

3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2016

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2017
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	
	1.1 Médio Tejo - Marketing Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão dos trabalhos de elaboração do Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo e arranque da implementação das respetivas medidas. - Continuidade e reforço de atividades de promoção e divulgação da região (participação em feiras, material promocional). - Análise e implementação de soluções de integração de agendas de eventos (Sites; Agenda de Eventos; APP Descubra). - Avaliação da certificação HERITY aos 26 bens culturais do MT que integram a rede e início dos trabalhos com vista ao alargamento da certificação a outros bens.
	1.2 Olimpíadas do Médio Tejo	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da segunda edição das Olimpíadas do Médio Tejo – Jogos Tradicionais. - Operacionalização da realização de Olimpíadas do Médio Tejo noutras modalidades
	1.3 Rotas e Percursos em Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão dos estudos técnicos de criação das rotas e percursos mais emblemáticos do Médio Tejo. - Articulação e apoio aos Municípios para o arranque dos trabalhos / intervenções materiais de implementação das rotas e percursos.
	1.4 Programação Cultural em Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação do Comissariado Cultural Regional. - Realização dos trabalhos de levantamento inicial - mapeamento do tecido cultural do Médio Tejo. - Articulação e apoio aos Municípios para a implementação do plano de atividades previsto para o primeiro ano do Programa de Ação da candidatura Programação Cultural em Rede.
	1.5 Produtos Turísticos Integrados	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização da candidatura Produtos Turísticos Integrados - Implementação do primeiro ano do programa de ação (agenda de eventos/roteiros turismo ativo - wakeboard e turismo religioso/cultural).
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	2. Promoção do Empreendedorismo	
	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo. - Empreendedorismo na Escola. - Concursos de Ideias de Negócio.
	2.2 Implementação do Plano de Acção	<ul style="list-style-type: none"> - Análise, priorização e implementação das ações propostas no Plano de Ação para o Ecosistema Empreendedor do Médio Tejo.
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	3. Educação de Excelência no Médio Tejo	
	3.1 PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do Diagnóstico Educativo e realização dos trabalhos de conceção do PEDIME Médio Tejo.
	3.2 Rede Colaborativa de Escolas	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da dinamização do CDIED - Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo e da Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo.
	3.3 Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão dos trabalhos técnicos de elaboração de um programa de apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências e planificação de atividades de educação não formal promotoras de cultura científica.
	3.4 Promoção do Sucesso Escolar – Correção da Acuidade Visual e Auditiva no Pré-Escolar	
	3.5 Orientação Vocacional e Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Planificação de atividades ligadas às artes e competências metacognitivas (expressão e educação musical e dramática, xadrez, TIC).
	3.6 Programa Intermunicipal de Apoio a Alunos com Necessidades Educativas Especiais	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de soluções e desenvolvimento de propostas relativas à implementação de salas do futuro nas escolas do Médio Tejo.
	4. Unidades Móveis de Saúde	
		<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização do projeto de unidades móveis para cuidados de saúde na comunidade, em articulação com a ARSLVT e ARSCentro - aquisição de 13 viaturas ligeiras.
	5. Médio Tejo Inclusivo	
	5.1 Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo e arranque da implementação das iniciativas do respetivo plano de ação. - Avaliação da possibilidade de implementação de um programa regional de inventivos, em parceria com investidores sociais, para o apoio a projetos de inovação e empreendedorismo social.
5.2 Fruição Cultural e Inclusão para Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Planificação das atividades de fruição cultural e inclusão para todos, em concertação com os parceiros e os atores regionais e locais relevantes, e a respetiva dinamização. 	
5.3 Envelhecimento Activo no Médio Tejo	<ul style="list-style-type: none"> - Planificação das atividades a desenvolver no âmbito do programa de combate ao isolamento sénior e de promoção do envelhecimento ativo, em concertação com os parceiros e os atores regionais e locais relevantes, e respetiva dinamização. - Levantamento de necessidades existentes, soluções de teleassistência já implementadas nos concelhos do Médio Tejo e outras soluções e tecnologias possíveis neste domínio com vista à estruturação dos investimentos a realizar no âmbito do projeto intermunicipal de teleassistência como suporte de autonomia e independência dos idosos. 	

OB4: Consolidação de massa crítica urbana	6. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	
	6.1 Transporte a Pedido	- Continuidade e revisão dos serviços de transporte a pedido nos concelhos de Abrantes, Mação, Sardoal, Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha. - Implementação dos serviços de transporte a pedido em outros concelhos do Médio Tejo (Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Sertã, Torres Novas e Vila de Rei).
	6.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves	- Conclusão da elaboração do Plano de Ação para os Modos Suaves, contemplando a definição de uma rede estruturante de percursos pedonais e de percursos cicláveis, e medidas de intervenção, soluções técnicas e programação de investimentos. - Arranque da implementação das medidas de âmbito intermunicipal, a ponderar em função das oportunidades de cofinanciamento que vierem a ser disponibilizadas implementação, designadamente a criação de um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região.
	6.3 Autoridade de Transportes	- Assegurar as funções de Autoridade de Transportes para os serviços de âmbito intermunicipal e serviços de âmbito municipal delegados na CIM (gestão das autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e início da preparação do processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros). - Dinamização da atividade do Observatório da Mobilidade e consolidação do sistema de informação do Observatório, suportado na plataforma SIG da CIMT. - Implementação de medidas de âmbito intermunicipal do PIMT/PAMUS – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes / Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável do Médio Tejo, a ponderar em função as oportunidades de cofinanciamento que vierem a ser disponibilizadas.
	7. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	
		- Articulação regional no sentido de estimular a regeneração urbana, promovendo a partilha de informação sobre as oportunidades existentes e mecanismos de financiamento das operações de regeneração e reabilitação urbana. - Início aos trabalhos com vista ao lançamento do Prémio Regional de Reabilitação Urbana do Médio Tejo.
	8. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos	
	8.1 Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes	- Elaboração do projeto técnico de execução para a intervenção no Pólo da CIMT, em Abrantes, com vista a melhorar as condições da sua utilização bem como promover a eficiência energética.
	8.2 Iluminação Interior de Piscinas Municipais	- Início da operacionalização da candidatura PPEC (sujeita a aprovação), em articulação com a Medioteto21 - substituição de 264 luminárias com tecnologia obsoleta por 264 luminárias com tecnologia LED, em diversas piscinas municipais.
	8.2 Iluminação Exterior Eficiente em Espaços de Interesse Municipal	- Início da operacionalização da candidatura PPEC (sujeita a aprovação), em articulação com a Medioteto21 - substituição das tecnologias atuais na iluminação exterior de espaços de interesse municipal (praças, parques de lazer, jardins e monumentos) por tecnologias de iluminação mais eficientes, tipicamente LED.
OB5: Governação inteligente e multidimensional	9. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho	
	9.1 Saúde no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de saúde no trabalho. - Coordenação CIMT/Municípios para o desenvolvimento de novo processo de contratação de serviços, beneficiando de economia de escala e mecanismos de articulação.
	9.2 Segurança e Higiene no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de segurança e higiene no trabalho. - Coordenação CIMT/Municípios para o desenvolvimento de novo processo de contratação de serviços, beneficiando de economia de escala e mecanismos de articulação.
	10. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização	
		- Dinamização dos órgãos de governação integrada EIDT Médio Tejo 2020 (CEDI, Comissão de Acompanhamento, Grupos de Trabalho Setoriais). - Acompanhamento e monitorização da implementação da EIDT . - Continuidade dos trabalhos de estruturação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE 2020. - Realização dos trabalhos preparatórios necessários ao aproveitamento de outros instrumentos de financiamento que se perspetivem poder vir a ser mobilizados durante o ano de 2017.
	11. Modernização Administrativa no Médio Tejo	
	11.1 Modernização Administrativa - CIMT	- Atualização das infraestruturas tecnológicas e implementação de projetos na área da modernização administrativa.
	11.2 Médio Tejo Online 2020	- Desenvolvimento de ações/ investimentos de modernização administrativa e complementares à implementação dos Serviços Online. Essas ações assentam na desmaterialização, reengenharia de processos e arquivo digital, reestruturação das infraestruturas tecnológicas.
11.3 Integração e Partilha de Serviços	- Projeto de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território e uniformização e racionalização de processos municipais, com vista à melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas, através de um processo de serviços municipais partilhados.	
11.4 Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	- Centralização das aquisições das entidades integrantes da Central de Compras da CIMT, no sentido de promover maiores economias de escala.	

OB5: Governação inteligente e multidimensional	12. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	
	12.1 Apoio Técnico Especializado	- Para a implementação do projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão territorial existe a necessidade de proceder, em alguns casos, a desenvolvimentos aplicativos específicos, assim sendo será necessário, para a sua integração, a necessidade de apoio técnico especializado.
	12.2 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa e Promoção de Eficiência Hídrica	- Início da execução dos trabalhos de elaboração do cadastro de redes de infraestruturas em baixa para os sistemas de abastecimento de águas e saneamento, de acordo com os termos de referência do Aviso de Concurso do POSEUR 12-2015-16. Complementaridade com a aquisição de software que permita a gestão e manutenção da rede levantada em sistemas de informação geográfica. Foi aprovada a 29.08.2016 candidatura onde este projeto se encontra inserido ao abrigo do referido aviso; - Sequência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do estudo de diagnóstico e plano de ação já em curso. - Concertação de soluções no sentido de criar escala e equacionar opções centralizadas no âmbito da promoção de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água, mediante análise de modelos de implementação de gestão intermunicipal, a título de exemplo "telegestão", concertados com a gestão das Entidades Gestoras, sem que ponham em causa a gestão autónoma das referidas entidades
	12.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico	- Início da execução das componentes de investimento com a mesma designação deste subprojeto consideradas na ITI - Investimento Territorial Integrado da CIMT e municípios. - Início dos trabalhos no âmbito do plano de ação e gestão das infraestruturas do subsolo, promoção do planeamento das intervenções na via pública de forma concertada e preventiva entre as várias entidades. - Adequação das infraestruturas tecnológicas para a concretização das ações referidas neste subprojeto. - Elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/ enquadramento supramunicipal.
	13.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante	- Início da implementação da gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal. Este projeto encontra-se inserido em candidatura submetida a 15.09.2016 ao aviso Centro -14-2016-01 o qual visa a concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), no âmbito da Prioridade de Investimento 2.3. Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha. Aguarda aprovação.
	12.4 Gestão Integrada de proteção Civil e Florestas	- Desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos. - Promover a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios. - Promoção a adaptações das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas.
	13.4.1 Sistema Videovigilância	-Início da implementação do projeto para "Fornecimento, Instalação e Monitorização de um Sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional", tendo como objetivo a ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo. Este projeto encontra-se inserido em candidatura submetida a 29.07.2016 ao aviso PO SEUR - 10-2016-43 o qual visa a promoção de Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão, sendo que aguarda aprovação.
	12.5 Adaptação às Alterações Climáticas	- Início da elaboração de um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - perfilando as estratégias municipais de 13 municípios nas dinâmicas de estratégias integradas de cariz intermunicipal. Projeto a considerar em candidatura a submeter ao aviso PO SEUR - 08-2016-57, o qual visa o Planeamento em Adaptação às Alterações Climáticas, cujo prazo para submissão de candidatura termina a 21.10.2016. Neste âmbito, e conforme exigência do referido aviso foi remetido pedido de parecer à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a 21.09.2016.
	13. GEFOR - Gestão da Formação	
	13.1 Formação da Administração Local	- Ministração de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo para que os mesmos sejam dotados das devidas competências profissionais, com vista ao desenvolvimento profícuo das suas atividades.
	13.2 Estágios Curriculares e Profissionais	- Desenvolvimento de estágios curriculares e profissionais, no sentido de apoiar as pessoas na procura do primeiro emprego e estimular a economia, promovendo a criação de know how e experiência em contexto de local de trabalho.
	13.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	- Realização de seminários, workshops e reuniões em áreas/ matérias mais específicas, como seja a financeira/ contabilística, regeneração urbana, licenciamento zero, entre outras.
	13.4 Formação de Públicos Estratégicos	- Qualificação dos/das profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.
	13.5 Formação de Projetos Intermunicipais	- Ministração de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, como uma atividade complementar aos projetos intermunicipais desenvolvidos, com vista à concretização da gestão da mudança em áreas como a modernização administrativa, transportes, gestão territorial, empreendedorismo, inclusão social.
14. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização		
	- Cumprimento da delegação de competências na CIMT, enquanto organismo intermédio, pelas diversas Autoridades de Gestão do Programas Operacionais envolvidos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.	

4. Recursos Humanos

Em 2016, verificaram-se alterações suscetíveis de atualização da estrutura orgânica da CIMT e consequentemente do seu mapa de pessoal, nomeadamente com a publicação do novo quadro legal aplicável às entidades intermunicipais, plasmado na Lei 77/2015, de 29 de julho.

Desta forma procedeu-se, por imposição do artigo 15º da citada lei, à adaptação do regulamento interno e respetiva reorganização dos serviços da CIMT, publicado pelo despacho n.º 927/2016, no Diário da República 2ª série de n.º 12, de 19 janeiro e, consequentemente a uma alteração do mapa de pessoal ajustada à realidade vigente.

Da reorganização efetuada, por força da aplicação da referida Lei, resulta uma estrutura matricial, composta por 4 Equipas Multidisciplinares, 3 delas lideradas por um chefe de Equipa Multidisciplinar, equiparado a titular de cargo de direção intermédia de 3º grau, cujo estatuto remuneratório corresponde à 6º posição da carreira geral de técnico superior. Assim sendo, as Equipas Multidisciplinares são as seguintes:

- ✓ Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa;
- ✓ Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo;
- ✓ Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais; e
- ✓ Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais.

4.1 Mapa de Pessoal

De acordo com o estatuído nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), em cada exercício orçamental, o empregador público, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo incluir eventuais alterações a introduzir, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, deve constar do mapa de pessoal a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

A estrutura do mapa de pessoal da CIMT contempla as diferentes modalidades de relação jurídica de emprego público existentes. Atenta a sua natureza, não inclui as prestações de serviços, por estas não consubstanciarem trabalho subordinado.

Os postos de trabalho integrados no presente mapa de pessoal encontram-se divididos em:

- ✓ P - Postos de Trabalho Providos – Correspondem aos trabalhadores em exercício efetivo de funções na CIMT;
- ✓ O - Postos de Trabalho Ocupados – Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações:
 - Em mobilidade interna noutro organismo;
 - Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT;
 - Em comissão de serviço noutro organismo.
- ✓ AP- lugares a prover – Correspondem a postos de trabalho para os quais se prevê a abertura de procedimento concursal.

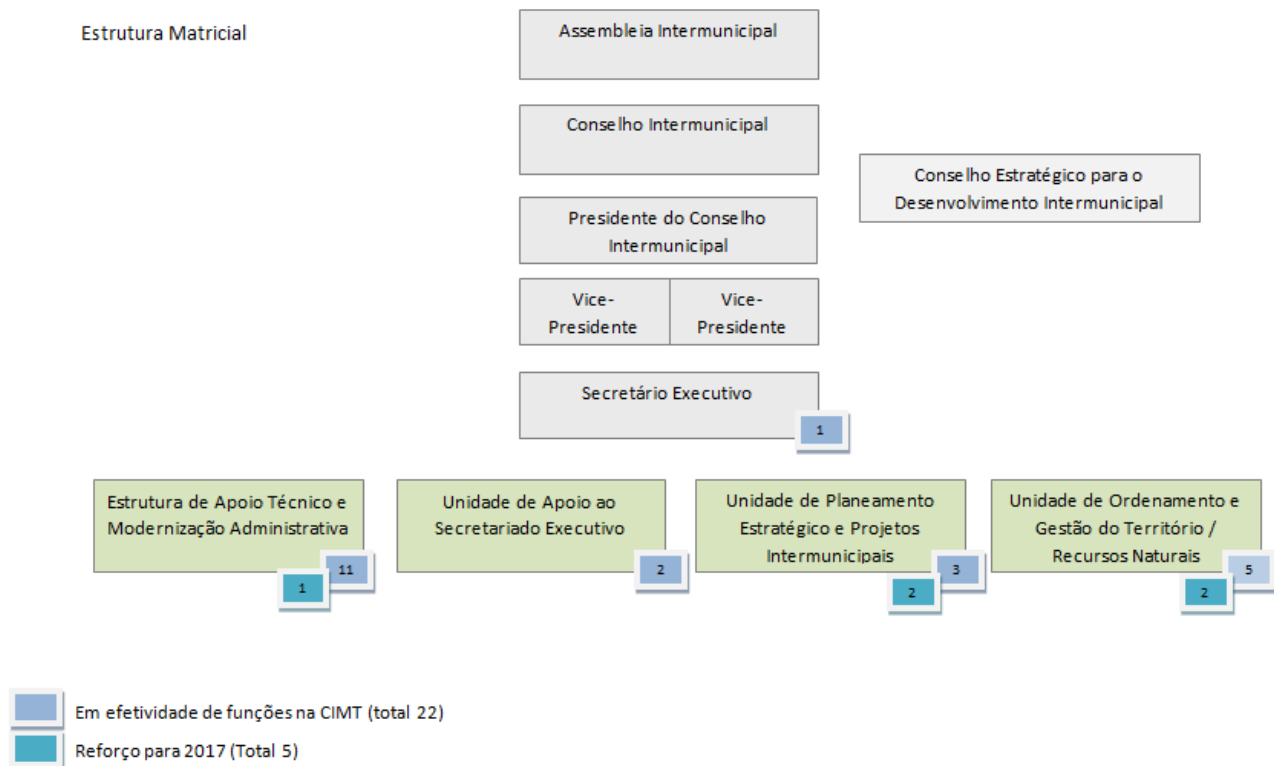
Tendo em conta que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, o anexo ao mapa de pessoal da CIMT, descreve de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades que os trabalhadores exercem no seu posto de trabalho, bem como as atividades inerentes aos postos de trabalho ocupados e a ocupar, todos previstos no mapa de pessoal para 2017.

De acordo com o acima referido, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os recursos humanos em efetividade de funções da CIMT.

Carreira	CTFP por Tempo Indeterminado	CTFP a Termo Certo ou Incerto	Nomeação	TOTAL
				2017
Dirigente			1	1
Técnico Superior	10 a)	7		17
Informática		2		2
Assistente Técnico	2			2
TOTAL	12	9	1	22

a) 3 Técnicos Superiores a exercer funções de chefe de equipa multidisciplinar.

Organograma da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



Sendo que o mapa de pessoal elaborado para vigorar em 2017 tem em conta a previsão do pessoal que se estima necessário para a prossecução das atribuições da CIMT, tornando-se importante salientar o seguinte:

- ✓ Durante o ano de 2016, verificou-se a redução de 2 técnicos superiores no mapa de pessoal da CIMT, na sequência da consolidação das respetivas mobilidades internas;
- ✓ O Mapa de Pessoal conta com 2 trabalhadores - 1 técnico superior e 1 assistente técnico, a exercer funções nas Câmaras Municipais de Sertã e Mação;
- ✓ O Mapa de Pessoal conta ainda com 1 técnica superior em comissão de serviço, a exercer funções na Câmara Municipal do Porto.

Para reforço e, por forma a dar suporte às áreas mais deficitárias, há a necessidade de abertura de procedimento concursal para:

- ✓ **2 Técnicos Superiores, Licenciatura em Gestão do Território**, por tempo indeterminado, para a Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais - A respetiva contratação justifica-se pelas necessidades permanentes da CIMT, para fazer face às prossecuções atribuídas às Comunidades Intermunicipais, mais especificamente na promoção do planeamento e gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território; articulação entre a Comunidade Intermunicipal e os municípios nas áreas de: Redes de Abastecimento públicos; Equipamentos de Saúde; Rede Educativa; Ordenamento do Território Conservação da Natureza e Recursos Naturais; Segurança e Proteção Civil, bem como na Mobilidade e Transportes.

Apesar de existirem dois técnicos nesta área com contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, cujo objeto de contratação estava inerente a atividades transitórias, neste momento, e atendendo ao facto destas tarefas se terem tornado permanentes no âmbito das novas competências, nomeadamente no âmbito da estratégia a nível territorial na CIMT, no âmbito da Gestão do Território, existe a necessidade da abrangência nesta área, pelo que deixa de se enquadrar, dentro dos condicionalismos legais, nos termos do contrato a termo resolutivo incerto

Em face desta necessidade e dos resultados até agora obtidos, será necessário proceder a estes recrutamentos, pois são indispensáveis à prossecução das atividades.

- ✓ **1 Especialista Informático, Licenciatura em Engenharia Informática**, por tempo indeterminado, para a Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa - Torna-se premente proceder a esta contratação para fazer face a necessidades permanentes da CIMT no que concerne à componente tecnológica dos projetos intermunicipais. É ainda necessário que se efetue a administração de sistemas, assim como, suporte remoto e presencial aos dispositivos/soluções implementadas no IDC, apoio a utilizadores finais na operação de equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas, bem como a prestação dos seus serviços à CIMT e Serviços Técnicos dos municípios associados, e ainda análise de requisitos técnicos, nomeadamente, para desenvolvimento de candidaturas no âmbito da modernização administrativa, pelo que são insuficientes os recursos humanos qualificados na área de informática.

- ✓ **1 Técnico Superior, Licenciatura na área de Planeamento Territorial e Transportes**, a termo resolutivo incerto, para a Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais - A legislação vem atribuindo acrescidas responsabilidades à CIMT em matéria de serviços de transporte público, nomeadamente na organização inicial dos processos de autorização provisória no contexto do exercício das competências de autoridade de transportes, ao desenvolvimento do projeto transporte a pedido e ao acompanhamento de projetos / candidaturas ao Portugal 2020 no âmbito da mobilidade suave. Desta forma, torna-se premente proceder a este recrutamento pois é manifesta a inexistência de pessoal para o exercício das atividades inerentes a esta função.

- ✓ **1 Técnico Superior, Licenciatura em Ciências da Educação**, a termo resolutivo incerto, para a Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais - Com a implementação do projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e atendendo à especificação da atividade a desenvolver, importa o recrutamento de um trabalhador com formação na matéria, sendo manifesta a inexistência de técnicos superiores na CIMT, com adequada e necessária formação na área para o exercício das atividades inerentes à função.

Assim sendo, o mapa de pessoal que se propõe constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através de uma visão integrada e dinâmica que contribui para o reforço de uma cultura organizacional orientada para o serviço público, sendo alicerçada numa gestão previsional racional e transparente que atende aos constrangimentos legais e financeiros, mas garante a manutenção de todos os postos de trabalho existentes e ocupados pelos trabalhadores da CIMT nas diferentes equipas, revelando ainda, quais os ajustamentos necessários para a manutenção e o reforço, quer da capacidade, quer da qualidade da prestação de um serviço público, que se pretende, mais eficaz e eficiente.

5. Enquadramento Financeiro

5.1 Quotização

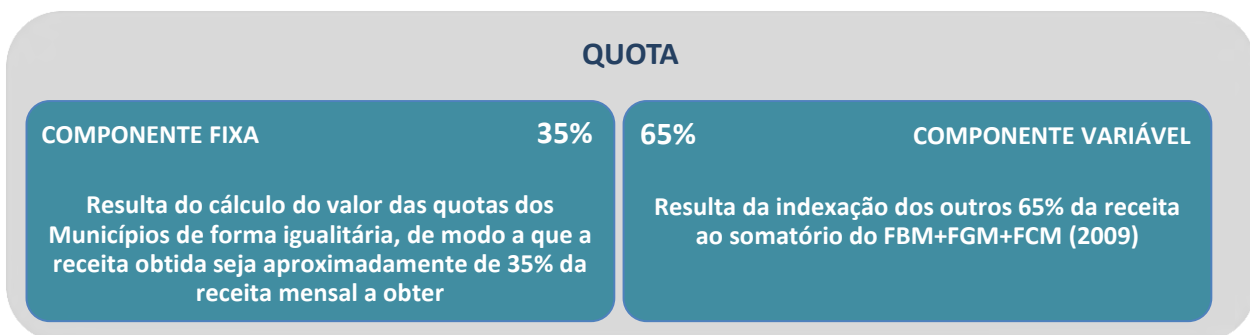
Considerando os constrangimentos financeiros pelas medidas constantes nos Orçamentos de Estado, pela nova Lei das Finanças Locais, pelos fundos disponíveis, entre outros, para os municípios, e cabendo à CIMT o papel de estrutura intermédia para a racionalização de recursos, garantindo o funcionamento de muitas das áreas de intervenção dos Municípios, **propõe-se a manutenção dos valores aprovados no orçamento 2016 para a quotização dos municípios.**

Em 2009 a quota anual, fixou-se nos 607.227,60€, não sofrendo contudo qualquer alteração até ao ano de 2013.

Em 2014, com o alargamento da CIMT aos Municípios da Sertã e Vila de Rei, procedeu-se à extensão do método de cálculo a estes municípios. Com este alargamento e apesar de ser indispensável a manutenção das quotas aplicou-se uma redução de 3% fixando-se como quota anual o valor de 681.106,20€, valor que se manteve em 2015 e 2016.

Assim sendo, e tendo em conta a manutenção dos valores, estabelece-se para a quota anual para 2017 o valor de 681.106,20€.

Os métodos de cálculo, mantêm-se inalterados e são os seguintes:





Os valores de quotização a considerar para cada um dos Municípios são os seguintes:

Município	Quota Anual
Abrantes	82.108,80 €
Alcanena	45.103,68 €
Constância	36.621,12 €
Entroncamento	36.913,32 €
Ferreira do Zêzere	45.027,72 €
Mação	53.377,08 €
Ourém	80.832,12 €
Sardoal	38.076,72 €
Sertão	55.503,96 €
Tomar	69.841,44 €
Torres Novas	64.794,84 €
Vila de Rei	36.591,48 €
Vila Nova da Barquinha	36.313,92 €
Total	681.106,20 €

5.2 Projetos – Critérios de Imputação

Para a imputação da componente financeira dos projetos intermunicipais a suportar pelos Municípios, será utilizado, **sempre que possível, o critério de imputação real**, de acordo com os bens e serviços efetivamente prestados.

Nos casos em que não seja possível aplicar o critério de imputação real / não seja quantificável os bens e serviços correspondentes a cada um dos Municípios envolvidos, será **supletivamente aplicado o critério de imputação de acordo com o valor das transferências do Orçamento de Estado**.

Em casos concretos, poderá ser deliberada a opção por outro critério de imputação, que se considere mais adequado em função da aquisição/projeto em questão, tal como o critério de imputação equitativo, o critério de imputação proporcional à área de cada concelho e o critério de imputação proporcional à população residente em cada concelho.

Município	Critério de Imputação			
	Transferências OE	Área	População	Equitativo
Abrantes	14,13%	21,37%	15,90%	7,69%
Alcanena	5,97%	3,81%	5,61%	7,69%
Constância	4,01%	2,40%	1,64%	7,69%
Entroncamento	4,05%	0,41%	8,17%	7,69%
F. do Zêzere	5,92%	5,69%	3,48%	7,69%
Mação	7,72%	11,96%	2,97%	7,69%
Ourém	14,03%	12,46%	18,57%	7,69%
Sardoal	4,33%	2,76%	1,59%	7,69%
Sertã	9,68%	13,36%	6,42%	7,69%
Tomar	11,35%	10,50%	16,45%	7,69%
Torres Novas	10,27%	8,07%	14,85%	7,69%
Vila de Rei	4,64%	5,73%	1,40%	7,69%
V N Barquinha	3,89%	1,48%	2,96%	7,69%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

5.3 Projetos – Participação Financeira Solicitada aos Municípios

Município	Quota Anual	Quota Trimestral [Portugal 2020]	Afirmção Territorial do Médio Tejo		Médio Tejo-Vive o Empreendedorismo	Educação de Excelência no Médio Tejo		Unidades Móveis de Saúde		Médio Tejo Inclusivo	
	Despesa	Corrente	Corrente	Capital	Corrente	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital
Abrantes	82.108,80 €	3.430,67 €	10.046,36 €	4.771,33 €	3.849,27 €	9.578,51 €	1.443,97 €	250,00 €	4.899,54 €	16.815,27 €	2.159,33 €
Alcanena	45.103,68 €	1.449,12 €	4.243,60 €	2.015,42 €	1.626,33 €	4.045,98 €	609,94 €	250,00 €	4.899,54 €	7.102,80 €	912,10 €
Constância	36.621,12 €	973,95 €	2.852,10 €	1.354,55 €	1.093,40 €	2.719,28 €	409,94 €	250,00 €	4.899,54 €	4.773,75 €	613,02 €
Entroncamento	36.913,32 €	982,68 €	2.877,68 €	1.366,70 €	1.103,29 €	2.743,67 €	413,61 €	250,00 €	4.899,54 €	4.816,57 €	618,52 €
Ferreira do Zêzere	45.027,72 €	1.436,74 €	4.207,33 €	1.998,19 €	1.613,05 €	4.011,40 €	604,72 €	250,00 €	4.899,54 €	7.042,09 €	904,31 €
Mação	53.377,08 €	1.875,16 €	5.491,19 €	2.607,94 €	2.103,06 €	5.235,47 €	789,26 €	250,00 €	4.899,54 €	9.190,98 €	1.180,26 €
Ourém	80.832,12 €	3.408,03 €	9.980,05 €	4.739,84 €	3.822,02 €	9.515,28 €	1.434,44 €	250,00 €	4.899,54 €	16.704,28 €	2.145,08 €
Sardoal	38.076,72 €	1.051,77 €	3.080,01 €	1.462,79 €	1.179,57 €	2.936,57 €	442,69 €	250,00 €	4.899,54 €	5.155,22 €	662,01 €
Sertã	55.503,96 €	2.351,21 €	6.885,26 €	3.270,03 €	2.637,01 €	6.564,62 €	989,63 €	250,00 €	4.899,54 €	11.524,33 €	1.479,89 €
Tomar	69.841,44 €	2.757,29 €	8.074,41 €	3.834,79 €	3.092,00 €	7.698,40 €	1.160,54 €	250,00 €	4.899,54 €	13.514,69 €	1.735,49 €
Torres Novas	64.794,84 €	2.494,31 €	7.304,33 €	3.469,06 €	2.797,93 €	6.964,17 €	1.049,86 €	250,00 €	4.899,54 €	12.225,75 €	1.569,97 €
Vila de Rei	36.591,48 €	1.127,60 €	3.302,05 €	1.568,25 €	1.264,51 €	3.148,28 €	474,61 €	250,00 €	4.899,54 €	5.526,87 €	709,73 €
Vila Nova da Barquinha	36.313,92 €	945,80 €	2.769,66 €	1.315,40 €	1.060,35 €	2.640,68 €	398,09 €	250,00 €	4.899,54 €	4.635,77 €	595,30 €
Total	681.106,20 €	24.284,33 €	71.114,03 €	33.774,29 €	27.241,79 €	67.802,32 €	10.221,30 €	3.250,00 €	63.693,98 €	119.028,36 €	15.285,00 €
			104.888,32 €		27.241,79 €	78.023,62 €		66.943,98 €		134.313,36 €	

Município	Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo*		Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes		Modernização Administrativa no Médio Tejo		Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial		GEFOR - Gestão da Formação	Total
	Despesa	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
Abrantes	12.229,50 €	2.160,66 €	5.363,80 €	1.398,58 €	333,75 €	13.747,44 €	4.910,15 €	21.220,49 €	750,00 €	201.467,41 €
Alcanena	6.909,47 €	912,67 €	6.375,73 €	590,76 €	140,98 €	5.806,95 €	1.084,10 €	9.268,67 €	750,00 €	104.097,84 €
Constância	3.482,84 €	613,40 €	7.340,90 €	397,05 €	94,75 €	3.902,81 €	572,56 €	5.521,78 €	750,00 €	79.236,72 €
Entroncamento	348,41 €	391,96 €	9.581,34 €	400,61 €	95,60 €	3.937,82 €	169,31 €	9.724,49 €	750,00 €	82.385,12 €
Ferreira do Zêzere	13.781,53 €	904,87 €	88,74 €	585,72 €	139,77 €	5.757,31 €	1.495,58 €	13.117,93 €	750,00 €	108.616,53 €
Mação	8.150,86 €	1.180,98 €	5.238,91 €	764,45 €	182,42 €	7.514,16 €	2.989,91 €	23.297,66 €	750,00 €	137.069,29 €
Ourém	5.706,15 €	2.146,40 €	7.264,83 €	1.389,35 €	331,55 €	13.656,70 €	3.338,45 €	24.210,32 €	750,00 €	196.524,42 €
Sardoal	4.628,45 €	662,42 €	64,97 €	428,78 €	102,32 €	4.214,69 €	748,48 €	7.510,98 €	750,00 €	78.307,98 €
Sertã	19.420,60 €	1.480,81 €	2.478,27 €	958,52 €	228,74 €	9.421,80 €	507,57 €	20.156,71 €	750,00 €	151.758,50 €
Tomar	4.667,80 €	1.736,56 €	9.334,58 €	1.124,06 €	268,24 €	11.049,03 €	2.685,20 €	11.073,30 €	750,00 €	159.547,36 €
Torres Novas	12.579,45 €	1.570,94 €	154,07 €	1.016,86 €	242,66 €	9.995,25 €	2.151,65 €	8.714,92 €	750,00 €	144.995,56 €
Vila de Rei	18.671,99 €	710,17 €	2.548,09 €	459,69 €	109,70 €	4.518,53 €	219,13 €	3.357,83 €	750,00 €	90.208,05 €
Vila Nova da Barquinha	3.379,45 €	595,67 €	5.539,26 €	385,57 €	92,01 €	3.790,01 €	411,37 €	5.169,95 €	750,00 €	75.937,79 €
Total	113.956,50 €	15.067,51 €	61.373,49 €	9.900,00 €	2.362,49 €	97.312,50 €	21.283,46 €	162.345,03 €	9.750,00 €	1.610.152,58 €
	129.024,01 €		71.273,49 €		99.674,99 €		183.628,49 €	9.750,00 €		

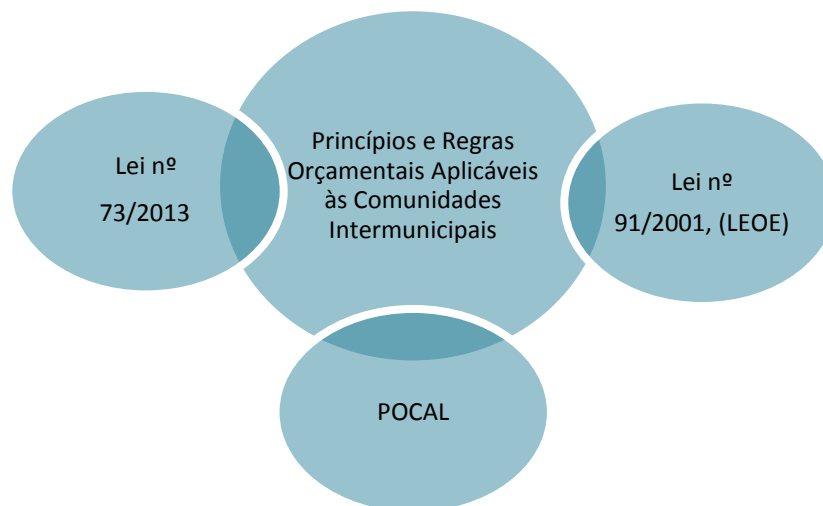
* Nota: As despesas previstas com o sub-projeto Autoridade de Transportes não são imputadas aos Municípios na medida em que se perspetiva financiamento da Administração Central para o apoio ao exercício das competências de Autoridade de Transportes.

5.4 Política Orçamental

A proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2017, é elaborada tendo por base a vigência da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Este novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, veio introduzir novas regras de elaboração dos documentos previsionais das entidades intermunicipais, das quais se destacam:

- ✓ Novo calendário para apresentação da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte (artº 45º);
- ✓ Orçamentos anuais enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental (artº 41º e 44º);
- ✓ Troca de informação relevante entre a administração central e a administração local, relevante para a elaboração do OE (artº 12º);
- ✓ O órgão executivo apresenta proposta de orçamento ao órgão deliberativo até 31 de outubro (artº 45º);
- ✓ Nova regra de equilíbrio orçamental, designadamente, no que diz respeito ao saldo corrente.

Nestes termos, os princípios e regras orçamentais aplicáveis às autarquias locais encontram-se regulados em três diplomas legais, para além das disposições que anualmente são consagradas na Lei de Orçamento de Estado, ao abrigo do princípio da solidariedade nacional recíproca:



Um dos princípios alterados pelo novo regime jurídico financeiro das autarquias locais e com grande impacto na elaboração dos documentos previsionais, é o princípio da anualidade e da plurianualidade, consagrado no artº 44º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Os orçamentos anuais passam a ser acompanhados de uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em articulação com as Grandes Opções do Plano, o qual define numa base móvel que abranja os 4 exercícios seguintes, o limite das despesas da comunidade intermunicipal e as projeções da receita.

Nos termos do disposto no nº 3 do referido artº 44º, os limites referidos são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico e indicativos para os restantes. No entanto, como ainda não foi publicada a regulamentação estipulada no artº 47º, e apesar de já procedemos ao exercício de planeamento plurianual, é

do entendimento que os referidos limites ainda não terão quaisquer consequências vinculativas para 2018 e seguintes.

Importa salientar, que a proposta agora apresentada foi elaborada sem ainda ter sido conhecida a proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2017.

Na execução, para além do cumprimento dos princípios inerentes à realização da despesa nos termos da lei em vigor, a utilização das dotações orçamentais terá de ser, de uma forma imperativa, enquadrada numa lógica de "Fundos Disponíveis", bem como a aprovação dos projetos/candidaturas efetuados pelos técnicos da CIMT, pelo que o evoluir da arrecadação da receita marcará inequivocamente a execução da despesa.

O processo de planeamento decorreu, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, de forma participada, por todas as equipas multidisciplinares, sob coordenação da Unidade Orgânica Gestão Administrativa e Financeira e orientação do Secretário Executivo.

5.5 Análise Financeira

O Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para 2017 ascende a 6.257.074€, verificando-se um aumento de cerca de 589.191€, face a 2016 (10%).

Em 2016, estivemos, em processo de maturação do Portugal 2020, permitindo olhar para 2017 e inscrever no Orçamento projetos intermunicipais com expressão financeira relevante, mas também já com expectativa de execução plena em virtude das aberturas de concursos.

Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental refletida no quadro seguinte, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, segundo o qual o orçamento prevê as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

Receita	6.257.074,00 €	100%	Despesa	6.257.074,00 €	100%
Corrente	3.648.389,00 €	58%	Corrente	3.554.490,00 €	57%
Capital	2.608.685,00 €	42%	Capital	2.702.584,00 €	43%

As receitas correntes serão previsivelmente superiores às despesas correntes, permitindo cobrir o *deficit* de capital, de 93.899,00€.

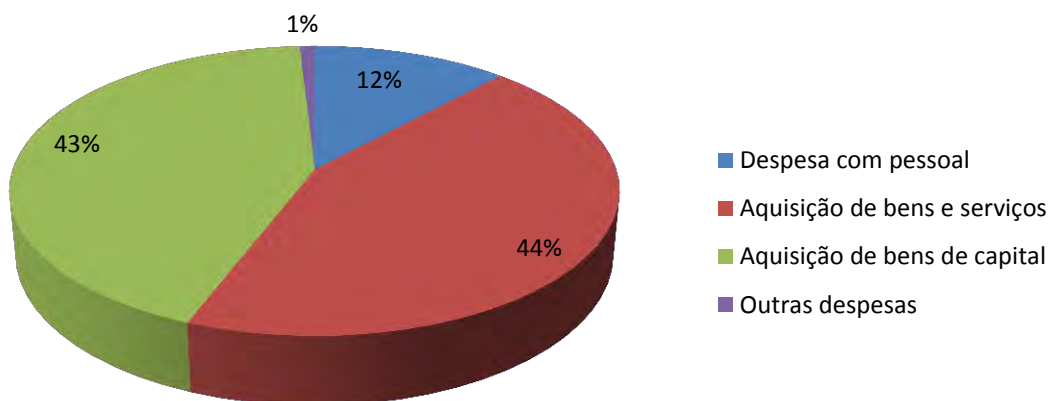
À semelhança dos anos anteriores, as receitas são maioritariamente provenientes de candidaturas a projectos cofinanciados 4.117,872€ (66%).

Igualmente importante são as receitas provenientes dos Municípios, que neste orçamento se preveem que ascendam a 1.825.305€ (29%). Neste valor incluem-se a quota mensal e a quota trimestral [Portugal 2020] que representa cerca de 699.856€ (11%).

Por último, as receitas provenientes do Orçamento de Estado, que este ano se prevê um decréscimo e que ascendem a 262.450€ (4%), em virtude, essencialmente, da conclusão da candidatura ao Médio Tejo em Partilha.

Relativamente à Despesa, apresenta a composição descrita no gráfico abaixo.

Composição da Despesa



Constatamos que, essencialmente, a despesa é composta pela aquisição de bens e serviços (2.751.050€) e por aquisição de bens de capital (2.700.984€).

No que respeita à aquisição de bens e serviços correntes, para além das despesas para execução das atividades desenvolvidas pela CIMT, destaca-se também, com peso relevante, os projetos tais como *Médio Tejo Inclusivo*, *Afirmação Territorial do Médio Tejo* e *a Educação Excelência*.

No que respeita à aquisição de bens de capital, destacamos, com peso relevante, os projetos tais como *Sistemas de Informação*, *Planeamento*, *Monitorização*, *Médio Tejo – Cadastro de Infraestruturas em Baixa* e *Promoção da Eficiência Hídrica*, *Médio Tejo Online 2020* e *Unidades Móveis de Saúde*.

Também as Despesas com Pessoal têm alguma relevância (747.660€) tendo os seus valores sido apurados de acordo com o estabelecido no POCAL, de acordo com o Mapa de Pessoal em vigor e tendo em conta as incertezas governativas em virtude de ainda não se conhecer a proposta de Orçamento de Estado para 2017.

Ao nível das Grandes Opções do Plano e tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, as despesas distribuem-se da seguinte forma:



Objectivos estratégicos	Valor	%
Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	746.402 €	14%
Incorporação de valor na atividade empresarial	173.115 €	3%
Promoção da coesão e da qualidade de vida	1.458.873 €	28%
Consolidação da massa crítica urbana	346.891 €	7%
Governança inteligente e multidimensional	2.487.428 €	48%

Aprovado em reuni\u00e3o do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do M\u00e9dio Tejo, realizada em ___/___/_____

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do M\u00e9dio Tejo

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Aprovado em reuni\u00e3o da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do M\u00e9dio Tejo, realizada em ___/___/_____

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do M\u00e9dio Tejo

6. Anexos

6.1 Mapa de Pessoal

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

(nos termos do art.º 29º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

Equipa Multidisciplinar	Atribuições/ Competências/ Atividades	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Atividades/Atribuições/Competências (1)	Postos de Trabalho				Obs.	
					P	O	AP	T		
....	Gestão Corrente	Secretário Executivo	Direito	1	0	0	1	Nomeação	
Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016. * Gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; * Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita às Opções do Plano e Orçamento, Relatório de Gestão, PPI; * Todas as tarefas administrativas decorrentes das atividades da CIMT, nomeadamente, expediente, arquivo, apoio a reuniões; * Tarefas inerentes ao serviço de recursos humanos; * Tarefas inerentes à implementação de normativas decorrentes do cumprimento legislativo; * Apoio à implementação de medidas de cooperação intermunicipal; * Colaboração e apoio direto e logístico às Sessões da Assembleia Intermunicipal da CIMT; * Funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos comunitários relacionados com a formação cívica dos cidadãos em geral e o apoio informativo aos mesmos e com a formação profissional dos funcionários e agentes da administração local no âmbito do território comunitário; * Conceber, coordenar projectos de modernização administrativa;	Chefe de Equipa Multidisciplinar no âmbito da Gestão da Contratualização	Gestão de Empresas	-	1	0	0	1	(b)	
		Técnico Superior	Economia (a)	Competência 1	1	0	0	1	TI	
			Gestão de Empresas	Atividade 1	0	1	0	1	TI_d)	
			Engenharia Civil	Atividade 2	1	0	0	1	TI	
			Gestão de Empresas	Atividade 3	1	0	0	1	T Ic	
			Engenharia Civil	Atividade 4	0	1	0	1	TI a)	
			Engenharia Civil	Atividade 5	1	0	0	1	T Ic	
			Administração Pública	Atividade 6	1	0	0	1	TI	
			Gestão de Recursos Humanos (a)	Atividade 7	1	0	0	1	TI	
		Gestão de Recursos Humanos	Atividade 8	1	0	0	1	TI		
Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas (a)	Competência 2	1	0	0	1	TI			
Especialista de Informática	Engenharia Informática	Atividade 9	1	0	0	1	T Ic			
		Atividade 10	1	0	0	1				
Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal	* Apoio directo aos órgãos de gestão incluindo ao Secretário Executivo no desempenho das suas funções e no planeamento das actividades e nas relações públicas; * Promoção e divulgação; * Elaboração de propostas de projectos, entre outras, na área da respectiva actuação, e preparação das respectivas candidaturas; * Apoio directo e logístico à Assembleia Intermunicipal da CIMT;	Técnico Superior	Engenharia Civil	Competência 1	1	0	0	1	TI	
			Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	Atividade 1	1	0	0	1	TI	
Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016. * Assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projectos com nível de integração intermunicipal ou subregional;	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Engenharia do Território	-	1	0	0	1	(b)	
			Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	Competência 1	0	1	0	1	TI_CS b)
				Engenharia do Território	Atividade 1	0	1	0	1	TI_d)
				Área de Administração Pública	Atividade 2	1	0	0	1	T Ic
				Relações Internacionais	Atividade 3	1	0	0	1	T Ic
				Ciências da Educação	Atividade 4	0	0	1	1	T Ic
Área de Planeamento Territorial e Transportes	Atividade 5	0	0	1	1	T Ic				
Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016. * Promover, gerir e acompanhar as actividades inerentes aos sistemas de informação geográfica para o ordenamento do território.	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Engenharia Biofísica	-	1	0	0	1	(b)	
			Técnico Superior	Engenharia Biofísica	Atividade 1	0	1	0	1	TI_d)
				Gestão do Território	Atividade 2 e 3	2	0	0	2	T Ic
				Engenharia Geográfica	Atividade 4	1	0	0	1	T Ic
				Gestão do Território	Atividade 5	0	0	1	1	TI
					Atividade 6	0	0	1	1	
			Assistente Técnico	Desenhador	Competência 1	0	1	0	1	TI M c)
	Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	Atividade 7	1	0	0	1	TI			
TOTAL					22	6	5	33		

Notas:

(1) - Atividades e Competências descritas no Anexo ao Mapa de Pessoal

(a) desempenham também as funções de tesouraria

(b) Cargos dirigentes ou equiparados, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.

 TI_M a) - Mobilidade na Câmara Municipal da Sertã
 TI_CS b) - Comissão de Serviço na Câmara Municipal do Porto
 TI_M c) - Mobilidade na Câmara Municipal de Mação

TI_d) - Postos de trabalho ocupados por trabalhadores a exercer cargos dirigentes, atendendo a que são lugares de origem

TI - Contrato de trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - inclui os trabalhadores que transitaram da anterior nomeação;

T Ic - Contrato de trabalho em funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto

P - Providos e em exercício efetivo de funções na CIMT

O - Ocupados e não providos. Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações: Em mobilidade interna noutro organismo; Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT; Em comissão de serviço noutro organismo

AP - lugares a prover

T - Total

6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

ANO de 2017

Anexo ao Mapa de Pessoal – Atribuições/Competências/Atividades

De acordo com o estatuído nos artigos 28 e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em cada exercício orçamental, o empregador público, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo incluir eventuais alterações a introduzir, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, deve constar do mapa de pessoal, a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Os Postos de Trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades especialidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos.

As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o mesmo detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas no conteúdo funcional das carreiras gerais (técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), que resulta do Anexo à Lei n.º 35/2014 – LTFP.

Perante ao exposto e considerando que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, descrevem-se de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa:

Competências no âmbito da Gestão da Contratualização

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: gestão de projetos financiados por fundos comunitários; análise financeira de projetos; apresentação de candidaturas; controle interno de candidaturas; elaboração de pedidos de pagamento; controlo das despesas efetuadas e quitadas; enquadramento de despesas; preparação de orçamentos; análise e acompanhamento de processos de aquisição; relatórios de execução de projetos.

Atividade 2

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, bem como no âmbito do encerramento do atual QCA III, incluindo verificações à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança, e higiene, transportes coletivos, energia, entre outros.

Atividade 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e/ou intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; organização, análise, tratamento e avaliação de candidaturas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, incluindo verificações com vista à apreciação do enquadramento processual e financeiro nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de fundos comunitários.

Atividade 4

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, bem como de Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificação à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; laboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específica para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; colaborar na preparação de novos quadros comunitários para a região, nomeadamente no apoio à definição de estratégias municipais e intermunicipais.

Atividade 5

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Análise e acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificações ao local, com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança e higiene, manutenção de equipamentos, energia, entre outros.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa:

Competências no âmbito da Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos

Técnico Superior

Competência 1

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 6

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita à proposta de elaboração da Conta de Gerência; Opções do Plano e Orçamento; Relatório de Atividades e PPI; assim como, execução do controlo orçamental por rubrica; garantir o pagamento a fornecedores; registo da receita e da despesa; manutenção e atualização do Plano Económico, Patrimonial, Orçamental e Funcional; análise e controlo das demonstrações financeiras (balanço, balancete); inventariação do património - manter o seu registo atualizado e registo das amortizações; apresentação de sugestões para melhoria dos serviços de gestão financeira.

Atividade 7

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: elaborar e propor instrumentos de gestão provisional de recursos humanos, mais concretamente na definição do mapa de pessoal, com análise integrada dos perfis de competências dos Postos de Trabalho; implementar o modelo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na CIMT, de acordo com a Norma de Qualidade NP 4427 (sistema de Gestão da Qualidade de Gestão de Recursos Humanos); definir a Política de Gestão da Assiduidade e de Circuito de Processamento, de forma a obter eficiência, de acordo com os quadros normativos em vigor; estudar e propor medidas de racionalização e otimização de recursos humanos, com vista a contribuir para a redução de custos; identificar as necessidades em matéria de recursos humanos e propor a aplicação dos instrumentos adequados à seleção e recrutamento de trabalhadores, nomeadamente, promover e conduzir a tramitação de procedimentos concursais, nos termos da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, e diligenciar pelo recurso aos instrumentos de mobilidade interna e cedência de interesse público, previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de

fevereiro, com as alterações previstas na Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro revogada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; implementar e acompanhar, enquanto instrumento gestor, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, de acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; implementar o Balanced Scorecard como metodologia estratégica de suporte à consecução da gestão por objetivos e do SIADAP na CIMT, nomeadamente com a Elaboração do Mapa Estratégico e a sua articulação e desdobramento para os QUAR's dos Serviços da CIMT; elaborar e propor uma estratégia de harmonização para a implementação do SIADAP, nomeadamente nas matérias relativas a objetivos, desdobramento e alinhamento estratégico e competências; propor e impulsionar as medidas adequadas à promoção dos trabalhadores em matéria de gestão de carreiras, de acordo com o mérito e resultados alcançados no âmbito do sistema de avaliação de desempenho; informar e formular as cláusulas contratuais relativas a contratos de trabalho, de acordo com o regime do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro; analisar e elaborar propostas de decisão sobre questões formuladas pelos trabalhadores, em matérias como a acumulação de funções, atribuição de horários de trabalho especial, prestação de trabalho extraordinário, direito a férias, segurança social e outras; desenvolver programas e ações com vista à desburocratização, simplificação e racionalização do funcionamento da CIMT, com implementação de boas práticas gestórias.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa:

Competências no âmbito da Formação

Técnico Superior

Atividade 8

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a elaboração de candidaturas de formação profissional, de âmbito intermunicipal, a financiamento externo, designadamente fundos comunitários; a recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas financiadas, designadamente por fundos comunitários, assegurando o acompanhamento e desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento; recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/Gestão das pessoas com a estratégia da Comunidade Intermunicipal; preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas referentes aos processos de admissão, de alteração de posicionamento remuneratório, de formação e avaliação de desempenho dos trabalhadores, do respetivo cadastro e remunerações, designadamente: Desenvolvimento e acompanhamento técnico-processual dos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal, nas suas diversas modalidades e em todas as suas fases; organização e operacionalização de toda a tramitação do processo de avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP; elaboração de propostas de formação, de atualização de conhecimentos e valorização dos percursos profissionais dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal; desenvolvimento do planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação, designadamente, assegurando o contacto institucional com os/as formadores/as para agendamento de ações de formação, promovendo a divulgação das ações de formação, seminários, workshop's ou outras iniciativas na área formativa aos municípios associados da CIMT; assegurar o acompanhamento técnico-administrativo da formação organizada pela Comunidade Intermunicipal, designadamente, assegurando o número mínimo de inscrições, os procedimentos de contratação de formadores/as, a disponibilização dos recursos pedagógicos necessários, assegurando a abertura e encerramento das ações, elaboração do dossier técnico-pedagógico e a emissão de certificados; organizar e manter atualizados os processos individuais, o cadastro, os registos biográficos dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, férias e licenças; exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.

Assistente Técnico

Competência 2

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa:

Competências no âmbito da Modernização Administrativa

Especialista de Informática

Atividade 9

Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a assistência e responsabilização de tarefas específicas inerentes ao funcionamento de IDC's (Internet Data Center); apoio à gestão nos domínios do planeamento de sistemas de informação e de tecnologias da comunicação e do aconselhamento técnico; configuração e instalação de peças de suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de bases de dados e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; realização de pareceres técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças de suporte lógico de base; apoio a utilizadores finais na operação de equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas; prestação dos seus serviços à CIMT e Serviços Técnicos dos municípios associados.

Atividade 10

Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio na implementação e gestão da candidatura SAMA – Médio Tejo Online para a CIMT e autarquias; apoio na implementação dos sítios autárquicos; apoio ao desenvolvimento de todas as atividades inerentes ao serviço de informática; apoio na implementação técnica de projetos financiados por fundos comunitários; gestão, manutenção e administração de rede e de sistemas dos Servidores do IDC – Internet Data Center.

Atividade 11 (A recrutar)

Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Conceção e desenvolvimento da arquitetura e acompanhamento da implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Definição dos padrões de qualidade e avaliação dos impactes, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação, garantindo a normalização e fiabilidade da informação, assim como normalização dos modelos de dados e estruturação dos conteúdos e fluxos informacionais da organização e definição das normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; Definição e desenvolvimento das medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificação das normas de salvaguarda e de recuperação da informação; Realização de estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática tendo em conta a realidade da CIMT e autarquias; planeamento e desenvolvimento de projetos de infra-estruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção para o IDC restantes necessidades intermunicipais; configuração e instalação de peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de



uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; configuração, gestão e administração dos recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os incidentes de exploração, e elaboração das normas e documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação; Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada e processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados quer na CIMT quer nos projetos intermunicipais; Realização de estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base tendo em conta a legislação de contratação pública em vigor (CCP); elaboração de rotinas e programas utilitários e definição de procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados assim como a prestação de apoio aos utilizadores na operação dos equipamentos informáticos e definição dos procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados; desenvolvimento e gestão de projetos intermunicipais no âmbito de candidaturas de modernização administrativa.

Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal:

Técnico Superior

Competência 1

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a elaboração de Planos de Comunicação e Marketing Global de âmbito intermunicipal; apresentação de candidaturas financiadas por fundos comunitários; divulgação regional e local na imprensa; compilação e elaboração das estruturas taxionómicas e suas respetivas descrições, de forma a permitir a disponibilização de serviços on-line, a promoção à cidadania eletrónica, através da disponibilização de vários portais; preparação de orçamentos; apoio à preparação de STAND's representativos da CIMT; análise e acompanhamento de processos de aquisição de material promocional e estudo e preparação de diversos materiais de divulgação no âmbito das diferentes iniciativas conjuntas dos Municípios, de modo a criar uma imagem coesa da Região do Médio Tejo; apoio na preparação de reuniões, nomeadamente, as reuniões dos órgãos da CIMT; organizar a agenda e desempenhar outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação; Promover os contactos com stakeholders.

Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais:

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior

Competência 1



Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; apoio na preparação dos instrumentos de operacionalização da estratégia intermunicipal e no funcionamento dos respetivos mecanismos de governação territorial integrada; recolha, acompanhamento e difusão pelos serviços, da informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, e oportunidades de investimento e financiamento com interesse intermunicipal; apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento; assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio da Mobilidade e Transportes, incluindo a gestão técnica do serviço de Transporte a Pedido, apoio à elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, e apoio à atividade do Observatório da Mobilidade do Médio Tejo; apoio ao exercício das atribuições da CIMT em matéria de Mobilidade e Transporte e das competências de Autoridade de Transportes no contexto da aplicação do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros; colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades.

Atividade 2

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio no desenvolvimento de candidaturas a apresentar no âmbito do QREN; gestão financeira e administrativa dos projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território e do Programa Operacional Regional do Centro; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; elaboração de pedidos de pagamento; acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e nacionais dos projetos intermunicipais; elaboração dos autos de cedência aos municípios do imobilizado adquirido no âmbito dos projetos intermunicipais; desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais.

Atividade 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, para o desenvolvimento territorial do Médio Tejo, com enfoque nas vertentes da promoção do turismo e da atividade empresarial, na sequência da elaboração de candidaturas a fundos comunitários no âmbito do QREN; Apoio em ações intermunicipais, designadamente, para a promoção da região a nível nacional e internacional, nomeadamente, na recolha e sistematização de dados a respeito da atividade turística do Médio Tejo e para desenvolvimento, entre outros, do projeto "Afirmação Territorial do Médio Tejo"; Divulgação da informação devidamente estruturada através das novas tecnologias (sites).

Atividade 4 (A recrutar)

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o Apoio ao

desenvolvimento do projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e projetos intermunicipais no domínio social, incluído a preparação e acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020 ou outras fontes de financiamento; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento dos projetos e candidaturas; apoio ao desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; colaboração no acompanhamento da execução física dos projetos inseridos nas Opções do Plano, em articulação com os restantes serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; colaboração com os vários serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na elaboração de planos e relatórios de atividades e regulamentos.

Atividade 5 (A recrutar)

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio à organização inicial e gestão dos processos de autorização provisória no contexto do exercício das competências de autoridade de transportes; apoio à monitorização, gestão técnica e desenvolvimento do projeto transporte a pedido no Médio Tejo; apoio ao desenvolvimento de projetos intermunicipais no âmbito da mobilidade suave; apoio ao desenvolvimento de projetos no âmbito da mobilidade e transportes, incluído a preparação e acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020 ou outras fontes de financiamento; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento dos projetos e candidaturas; apoio ao desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; colaboração no acompanhamento da execução física dos projetos inseridos nas Opções do Plano, em articulação com os restantes serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; colaboração com os vários serviços da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na elaboração de planos e relatórios de atividades e regulamentos.

Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais:

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio à implementação e desenvolvimento de projetos intermunicipais, em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no âmbito do planeamento, ordenamento do território e políticas de conservação da natureza; no acompanhamento, na execução e atualização de Cartografia Multicodificada, seu controlo de qualidade, posterior tratamento e integração em SIG; apoio na organização temática de ações de formação; acompanhamento de projetos relacionados com as atribuições e competências das Autarquias no âmbito da legislação nacional sobre o Ruído; caracterização e avaliação do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território, nomeadamente na elaboração de cartas temáticas de REN, RAN, Risco de Erosão de Solos, Riscos de Cheias, Cadastro, entre outras; apoio na elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de projetos em curso na área em causa, nomeadamente: Cartografia Multicodificada à escala 1:2000, levantamento de Conteúdos Georeferenciados, Disponibilização de Conteúdos Georeferenciados na Internet e Intranets Municipais; manuseamento dos softwares: ArcGis, Ngxis, Microstation e IrasC; tratamento de informação proveniente dos Planos Diretores Municipais e outros instrumentos de planeamento nos domínios de intervenção da CIMT e dos Municípios

associados; acompanhamento e apoio de projetos intermunicipais para a rentabilização da atividade da CIMT, entre outros, no âmbito da promoção regional, de que é exemplo a sinalização turística, etc.

Atividade 2 e 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes desta CIMT; validar, estruturar e integrar dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; analisar e interpretar cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; harmonização da informação geográfica dos vários Municípios; apoio na uniformização dos PDM dos Municípios integrantes desta CIMT em ambiente SIG; integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da WEB; apoio na preparação e introdução de Informação no site regional; apoio no controlo de qualidade de cartografia digital multicodificada, elaborada mediante as normas do IGP.

Atividade 4

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio nos procedimentos de execução de cartografia digital multicodificada de grande escala, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; apoio nos procedimentos para a atualização das folhas de cartografia multicodificada 10K, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; apoio na coordenação do equipamento GPS entre os diversos Municípios, análise das duas Estações de Referência Permanentes implementadas na área da CIMT; apoio à realização de projetos do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da CIMT, nomeadamente na integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da WEB; acompanhamento e controlo de qualidade de levantamentos de conteúdos georreferenciados, a serem recolhidos em campo; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; validar, estruturar e integrar em SIG dados provenientes de várias fontes e em diferentes formatos e precisões; harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; apoio na preparação e introdução de Informação Geográfica no site regional, nomeadamente na plataforma MuniSig Web.

Atividade 5 (A recrutar)

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; integração de cartografia digital em ambiente SIG; apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.



Atividade 6 (A recrutar)

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; integração de cartografia digital em ambiente SIG; apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.

Assistente Técnico

Competência 1

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

Atividade 7

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; colaboração na Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização no sistema WebSIG; apoio na preparação de informação geográfica e outros conteúdos a constar no sítio regional e outras aplicações; apoio no Controlo de qualidade de cartografia digital e redes de cadastro, elaborada mediante as normas técnicas e requisitos específicos; apoio nos trabalhos de campo, recolha de informação e coordenação de pontos em campo; atendimento, consolidação de reservas e resolução de constrangimentos no âmbito do projeto transporte a pedido.

6.3 Grandes Opções do Plano

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																					
01	01	Afirmação Territorial do Médio Tejo																					
01	01	2015/1		Promoção e divulgação																			
01	01	2015/1	1	Plataforma de alojamento e desenvolvimento Web para os municípios do Médio Tejo e CIMT	02	070108	O	100		MP	01/2013	12/2017	4	67.490	20.689	20.689							88.179
01	01	2015/3		Médio Tejo - Marketing Territorial																			
01	01	2015/3	1	Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2017	4	8.303	19.373	19.373							27.676
01	01	2015/3	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		8.000	8.000		8.000	8.000				24.000
01	01	2015/3	3	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		3.500	3.500		3.500	3.500				10.500
01	01	2015/3	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		33.500	8.000	25.500	3.500	3.500				40.500
01	01	2015/3	5	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		24.600	24.600							24.600
01	01	2017/1		Olimpiadas do Médio Tejo																			
01	01	2017/1	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		3.690	3.690		3.000	3.690				10.380
01	01	2017/1	2	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		1.500	1.500							1.500
01	01	2017/1	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		8.080	8.080							8.080
01	01	2017/2		Rotas e Percursos em Património Natural																			
01	01	2017/2	1	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000							1.000
01	01	2017/2	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	3	14.760	61.760	61.760		7.441	3.720				87.681
01	01	2017/3		Programação Cultural em Rede																			
01	01	2017/3	1	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		25.000	25.000							25.000
01	01	2017/3	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		33.210	33.210		33.210	33.210				99.630
01	01	2017/3	3	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		10.000	10.000		10.000	10.000				30.000
01	01	2017/3	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		30.000	30.000		10.000	10.000				50.000
01	01	2017/4		Produtos Turísticos Integrados																			
01	01	2017/4	1	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		25.000	25.000							25.000
01	01	2017/4	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		98.400	98.400							98.400
01	01	2017/4	3	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		64.000	64.000		60.000	60.000				184.000
01	01	2017/4	4	Seguros	02	020212	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		16.000	16.000		15.000	15.000				46.000
01	01	2017/4	5	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		32.000	32.000		30.000	30.000				92.000
01	01	2017/4	6	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		20.000	20.000		20.000	20.000				60.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)		
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turístico																					
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																					
01	01	2017/4	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		232.600	232.600		295.000	295.000			822.600	
Totais do Programa 01:														90.553	771.902	746.402	25.500	498.651	495.620				1.856.726
Totais do Objetivo 01:														90.553	771.902	746.402	25.500	498.651	495.620	0	0		1.856.726
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																					
02 03		Promoção do Empreendedorismo																					
02	03	2016/1		Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																			
02	03	2016/1	1	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		8.463	8.463						8.463	
02	03	2016/1	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		109.142	109.142		62.779				171.921	
02	03	2016/1	3	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		4.320	4.320		4.320				8.640	
02	03	2016/1	4	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		3.920	3.920		3.920				7.840	
02	03	2016/1	5	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		19.853	19.853		9.428				29.281	
02	03	2016/1	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		25.917	25.917		25.917				51.834	
02	03	2017/5		Implementação do Plano de Acção																			
02	03	2017/5	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		750	750						750	
02	03	2017/5	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		750	750						750	
Totais do Programa 03:															173.115	173.115		106.364					279.479
Totais do Objetivo 02:														0	173.115	173.115	0	106.364	0	0	0		279.479
03		Promover a coesão e a qualidade de vida																					
03 01		Educação de Excelência no Médio Tejo																					
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03	01	2015/9	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2017	2	37.632	235.641	235.641						273.273	
03	01	2015/9	2	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		15.375	15.375						15.375	
03	01	2015/9	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		37.767	37.767						37.767	
03	01	2015/9	5	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		3.075	3.075						3.075	
03	01	2015/9	6	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0	6.138	9.225	9.225						15.363	
03	01	2015/9	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		152.801	101.534	51.267					152.801	
03	01	2015/9	8	Serviços de saúde	02	020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2017	0		59.040	59.040						59.040	
Totais do Programa 01:														43.770	512.924	461.657	51.267					556.694	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
03															Promover a coesão e a qualidade de vida									
03 03															Unidades Móveis de Saúde									
03	03	2015/11		Unidades Móveis de Saúde																				
03	03	2015/11	3	Aquisição de unidades móveis para cuidados de saúde.	02	070106	O	18	82	MP	07/2016	12/2017	0		348.544	348.544					348.544			
03	03	2015/11	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		3.250	3.250					3.250			
Totais do Programa 03:																351.794	351.794							351.794
03 04															Médio Tejo Inclusivo									
03	04	2016/4		Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social																				
03	04	2016/4	1	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		36.900	36.900					36.900			
03	04	2016/4	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	4	5.776	66.272	66.272	55.350	55.350			182.748			
03	04	2016/4	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		10.000	10.000	10.000	10.000			30.000			
03	04	2016/4	5	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		92.250	92.250	300.000	300.000			692.250			
03	04	2016/5		Fruição Cultural e Inclusão para Todos																				
03	04	2016/5	1	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		65.000	65.000	65.000	65.000			195.000			
03	04	2016/5	2	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		10.000	10.000	10.000	10.000			30.000			
03	04	2016/5	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		160.000	160.000	520.000	520.000			1.200.000			
03	04	2016/6		Envelhecimento Activo no Médio Tejo																				
03	04	2016/6	1	Seminários, exposições e similares.	02	020216	A	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		65.000	65.000	65.000	65.000			195.000			
03	04	2016/6	2	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		10.000	10.000	10.000	10.000			30.000			
03	04	2016/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		130.000	130.000	410.000	295.000			835.000			
Totais do Programa 04:															5.776	645.422	645.422	1.445.350	1.330.350				3.426.898	
Totais do Objeto 03:															49.546	1.510.140	1.458.873	51.267	1.445.350	1.330.350	0	0	4.335.386	
04															Consolidar a massa crítica urbana									
04 01															Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo									
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																				
04	01	2015/12	3	Software	02	070108	O	100		MP	01/2012	12/2018	4	67.589	30.751	4.613	26.138	15.000			113.340			
04	01	2015/12	4	Central telefónica	02	070109	O	100		MP	01/2016	12/2017	0		3.075	3.075					3.075			
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O	100		MP	01/2013	12/2019	4	2.029	2.970	2.970	2.970	2.970			10.939			
04	01	2015/12	6	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2012	12/2019	4	17.367	3.075	3.075	3.075	3.075			26.592			
04	01	2015/12	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2012	12/2019	4	114.661	143.220	143.220	113.220	103.220			474.321			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
														Realizado (a)	2017			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)		2020 (g)	Outros (h)											
04 Consolidar a massa crítica urbana																							
04 01 Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																							
04	01	2015/12	9	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2011	12/2018	4	314.477	12.300	12.300		10.000				336.777	
04	01	2015/12	11	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		100	MP	01/2016	12/2019	0		1.230	1.230		1.230	1.230			3.690	
04	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																			
04	01	2015/14	2	Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2016	12/2018	0		92.251	13.838	78.413	75.000				167.251	
04	01	2017/6		Autoridade de Transportes																			
04	01	2017/6	1	Portal de mobilidade do Médio Tejo	02	070108	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		30.751	4.613	26.138	15.000				45.751	
04	01	2017/6	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2017	12/2017	3		31.560	31.560						31.560	
04	01	2017/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2017	12/2019	0		30.750	30.750		10.000	10.000			50.750	
Totais do Programa 01:														516.123	381.933	251.244	130.689	245.495	120.495				1.264.046
04 02 Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																							
04	02	2015/15		Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																			
04	02	2015/15	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2015	12/2017	0		1.000	1.000						1.000	
04	02	2015/15	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		100	MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000						1.000	
04	02	2015/15	3	Publicidade	02	020217	O		100	MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000						1.000	
04	02	2015/15	4	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		100	100		10.000				10.100	
Totais do Programa 02:															3.100	3.100		10.000				13.100	
04 03 Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																							
04	03	2015/16		Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes																			
04	03	2015/16	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2016	12/2017	0		12.300	12.300						12.300	
04	03	2015/16	2	Conservação e reparação	02	020203	O		100	MP	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000						1.000	
04	03	2015/16	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		2.500	2.500		1.500				4.000	
04	03	2015/16	4	Adaptação para a eficiência energética	02	07010307	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		24.000	7.000	17.000	50.000				74.000	
04	03	2017/7		Candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo																			
04	03	2017/7	1	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		8.389	2.936	5.453	20.575				28.964	
04	03	2017/7	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2017	12/2018	0		2.968	594	2.374	8.424				11.392	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04 03				Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																		
04	03	2017/7	3	Outros Serviços	02	020225	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		322.163	66.217	255.946						322.163
Totais do Programa 03:														373.320	92.547	280.773	80.499					453.819
Totais do Objetivo 04:														516.123	758.353	346.891	411.462	335.994	120.495	0	0	1.730.965
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05	01	2015/17		Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05	01	2015/17	1	Saúde no trabalho	02	020222	O	100	MP	01/2015	12/2018		825	540	540		540					1.905
05	01	2015/17	2	Segurança e higiene no trabalho	02	020222	O	100	MP	01/2015	12/2018		196	300	300		300					796
05	01	2015/17	3	Conservação e reparação	02	020203	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		250	250							250
05	01	2015/17	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		500	500							500
Totais do Programa 01:														1.021	1.590	1.590	840					3.451
05 02				Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Moni																		
05	02	2015/18		Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização																		
05	02	2015/18	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100	MP	01/2013	12/2023	3	64.707	43.825	43.825		10.000					118.532
05	02	2015/18	2	Publicidade	02	020217	O	100	MP	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		1.000					2.000
Totais do Programa 02:														64.707	44.825	44.825	11.000					120.532
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																		
05	04	2015/20		Serviços Online - Plataforma de Educação	02	070115	O	100	MP	01/2014	12/2017		19.643.526	49.110	49.110							19.692.636
05	04	2016/7		Modernização Administrativa - CIMT																		
05	04	2016/7	1	Programa de licenciamento em volume Enterprise Ageement	02	070108	O	100	MP	07/2014	06/2019	4		30.000	30.000		30.000	30.000				90.000
05	04	2016/7	2	Hardware	02	070107	O	100	MP	01/2016	12/2017	0	2.715	5.000	5.000							7.715
05	04	2016/7	3	Software	02	070108	O	100	MP	01/2016	12/2017	0	4.920	10.000	10.000							14.920
05	04	2016/7	4	Assistência técnica	02	020219	O	100	MP	01/2016	08/2018	3	28.035	50.000	50.000		30.000					108.035
05	04	2016/7	5	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100	MP	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000							1.000
05	04	2016/9		Médio Tejo Online 2020																		
05	04	2016/9	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0	312.500	312.500		312.500					625.000
05	04	2016/9	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0	212.500	212.500		312.500					525.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
															2017			Anos seguintes									
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)						
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																											
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																											
05 04	2017/8			Integração e Partilha de Serviços																							
05 04	2017/8	1		Central de compras - Locação de plataforma	02 020208	O	100			MP	01/2011	12/2018	4	16.398	27.000	27.000			27.000		70.398						
05 04	2017/8	2		Central de compras - Consultadoria	02 020214	O	100			MP	01/2011	12/2018	4	4.100	6.600	6.600			6.600		17.300						
05 04	2017/8	3		Hardware	02 070107	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		20.000	20.000					20.000						
05 04	2017/8	4		Software	02 070108	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		70.000	20.000	50.000		20.000		90.000						
05 04	2017/8	5		Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		20.000	20.000			20.000		40.000						
05 04	2017/8	6		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		76.000	1.000	75.000		1.000		77.000						
Totais do Programa 04:														19.699.694	889.710	764.710	125.000	759.600	30.000								21.379.004
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																											
05 07	2015/35			Apoio Técnico Especializado	02 020219	O	100			MP	01/2015	12/2019	0		6.000	1.000	5.000					6.000					
05 07	2016/10			Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa e Promoção da Eficiência Hídrica																							
05 07	2016/10	1		Software	02 070108	O	15	85		MP	01/2016	12/2018	0		140.047	140.047			140.000			280.047					
05 07	2016/10	2		Outros investimentos	02 070115	O	15	85		MP	01/2016	12/2019	0		400.000	400.000			545.000	122.050		1.067.050					
05 07	2016/12			Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																							
05 07	2016/12	1		Hardware	02 070107	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		15.000	5.000	10.000		50.000	65.000	80.000	210.000					
05 07	2016/12	2		Software	02 070108	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		15.000	5.000	10.000		50.000	65.000	80.000	210.000					
05 07	2016/12	3		Outros investimentos	02 070115	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		101.020	91.020	10.000		170.000	180.000	170.000	621.020					
05 07	2016/12	4		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		43.520	38.520	5.000		105.680	30.000	25.000	204.200					
05 07	2016/13			Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																							
05 07	2016/13	1		Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02 070115	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		665.893	665.893						665.893					
05 07	2016/13	2		Hardware	02 070107	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000					6.000					
05 07	2016/13	3		Outros investimentos	02 070115	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000					6.000					
05 07	2016/13	4		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		2.000	1.000	1.000					2.000					
05 07	2016/14			Adaptação às Alterações Climáticas																							
05 07	2016/14	1		Ouros investimentos	02 070115	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000		10.000	10.000		26.000					
05 07	2016/14	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		150.000	110.000	40.000		130.000	5.000		285.000					
05 07	2016/14	3		Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		2.500	1.500	1.000		500			3.000					
05 07	2016/14	4		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		2.500	1.500	1.000		500			3.000					
Totais do Programa 07:														1.561.480	1.463.480	98.000	1.201.680	477.050	355.000							3.595.210	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N°	Ação				2017				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																							
05	09	2015/37		Formação da Administração Local	02	020225	O		100	MP	01/2015	12/2018	0	18.967	43.430	43.430					62.397		
05	09	2015/37	1	Monitoragem	02	020213	O		100	MP	01/2015	12/2018	0	983	10.858	10.858					11.841		
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02	020220	O		100	MP	01/2015	12/2018	0		4.000	4.000					4.000		
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02	020217	O		100	MP	01/2015	12/2018	0		1.000	1.000					1.000		
05	09	2015/37	4	Publicidade	02	020121	O		100	MP	01/2015	12/2018	0		750	750					750		
05	09	2015/37	5	Outros bens																			
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																			
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802	O	8	92	MP	01/2015	12/2017		18.824	32.000	32.000					50.824		
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02	020216	O	50	50	MP	01/2015	12/2018			2.500	2.500					2.500		
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02	020225	O	100		MP	01/2016	12/2017	0		102.760	102.760					102.760		
05	09	2017/9		Formação de Projetos Intermunicipais																			
05	09	2017/9	1	Monitoragem	02	020225	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		8.820	8.820					8.820		
05	09	2017/9	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		2.205	2.205					2.205		
05	09	2017/9	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		2.000	2.000					2.000		
05	09	2017/9	4	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500					500		
05	09	2017/9	5	Outros bens	02	020121	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500					500		
Totais do Programa 09:														38.774	211.323	211.323							250.097
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal do																							
05	10	2017/10		Aquisição de Equipamento Básico	02	070106	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500					500		
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111	A	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500					500		
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02	070113	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500					500		
Totais do Programa 10:															1.500	1.500						1.500	
Totais do Objetivo 05:														19.804.196	2.710.428	2.487.428	223.000	1.973.120	507.050	355.000	0	25.349.794	
Total Geral:														20.460.418	5.923.938	5.212.709	711.229	4.359.479	2.453.515	355.000	0	33.552.350	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.4 Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
01 Valorizar os recursos endógenos e do potencial turístico																							
01 01 Afirmação Territorial do Médio Tejo																							
01	01	2015/1		Promoção e divulgação																			
01	01	2015/1	1	Plataforma de alojamento e desenvolvimento Web para os municípios do Médio Tejo e CIMT	02	070108	O	100		MP	01/2013	12/2017	4	67.490	20.689	20.689						88.179	
01	01	2015/3		Médio Tejo - Marketing Territorial																			
01	01	2015/3	5	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		24.600	24.600						24.600	
01	01	2017/3		Programação Cultural em Rede																			
01	01	2017/3	1	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		25.000	25.000						25.000	
01	01	2017/4		Produtos Turísticos Integrados																			
01	01	2017/4	1	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		25.000	25.000						25.000	
01	01	2017/4	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2017	12/2017	0		98.400	98.400						98.400	
Totais do Programa 01:														67.490	193.689	193.689	0	0	0	0	0	0	261.179
Totais do Objetivo 01:														67.490	193.689	193.689	0	0	0	0	0	0	261.179
03 Promover a coesão e a qualidade de vida																							
03 01 Educação de Excelência no Médio Tejo																							
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03	01	2015/9	2	Software informático	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		15.375	15.375						15.375	
03	01	2015/9	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		37.767	37.767						37.767	
Totais do Programa 01:														0	53.142	53.142	0	0	0	0	0	0	53.142
03 03 Unidades Móveis de Saúde																							
03	03	2015/11	3	Aquisição de unidades móveis para cuidados de saúde.	02	070106	O	18	82	MP	07/2016	12/2017	0		348.544	348.544						348.544	
Totais do Programa 03:														0	348.544	348.544	0	0	0	0	0	0	348.544
03 04 Médio Tejo Inclusivo																							
03	04	2016/4		Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social																			
03	04	2016/4	1	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0		36.900	36.900						36.900	
03	04	2016/5		Fruição Cultural e Inclusão para Todos																			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03 04				Médio Tejo Inclusivo																		
03 04	2016/5	1		Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		65.000	65.000		65.000	65.000				195.000
Totais do Programa 04:													0	101.900	101.900	0	65.000	65.000	0	0	231.900	
Totais do Objetivo 03:													0	503.586	503.586	0	65.000	65.000	0	0	633.586	
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																		
04 01	2015/12			Transporte a Pedido																		
04 01	2015/12	3		Software	02 070108	O	100		MP	01/2012	12/2018	4	67.589	30.751	4.613	26.138	15.000					113.340
04 01	2015/12	4		Central telefónica	02 070109	O	100		MP	01/2016	12/2017	0		3.075	3.075							3.075
04 01	2015/14			Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																		
04 01	2015/14	2		Outros investimentos	02 070115	O	100		MP	01/2016	12/2018	0		92.251	13.838	78.413	75.000					167.251
04 01	2017/6			Autoridade de Transportes																		
04 01	2017/6	1		Portal de mobilidade do Médio Tejo	02 070108	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		30.751	4.613	26.138	15.000					45.751
Totais do Programa 01:													67.589	156.828	26.139	130.689	105.000	0	0	0	329.417	
04 03				Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																		
04 03	2015/16			Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes																		
04 03	2015/16	4		Adaptação para a eficiência energética	02 07010307	O	100		MP	01/2017	12/2018	0		24.000	7.000	17.000	50.000					74.000
Totais do Programa 03:													0	24.000	7.000	17.000	50.000	0	0	0	74.000	
Totais do Objetivo 04:													67.589	180.828	33.139	147.689	155.000	0	0	0	403.417	
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																		
05 04	2015/20			Serviços Online - Plataforma de Educação	02 070115	O	100		MP	01/2014	12/2017		19.643.526	49.110	49.110							19.692.636
05 04	2016/7			Modernização Administrativa - CIMT																		
05 04	2016/7	1		Programa de licenciamento em volume Enterprise Agreement	02 070108	O	100		MP	07/2014	06/2019	4		30.000	30.000		30.000	30.000				90.000
05 04	2016/7	2		Hardware	02 070107	O	100		MP	01/2016	12/2017	0	2.715	5.000	5.000							7.715
05 04	2016/7	3		Software	02 070108	O	100		MP	01/2016	12/2017	0	4.920	10.000	10.000							14.920
05 04	2016/9			Médio Tejo Online 2020																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																						
05	04	2016/9	1	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		312.500	312.500		312.500				625.000	
05	04	2016/9	2	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		212.500	212.500		312.500				525.000	
				Integração e Partilha de Serviços																		
05	04	2017/8	3	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		20.000	20.000						20.000	
05	04	2017/8	4	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2018	0		70.000	20.000	50.000	20.000				90.000	
Totais do Programa 04:													19.651.161	709.110	659.110	50.000	675.000	30.000	0	0	21.065.271	
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
				Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa e Promoção da Eficiência Hídrica																		
05	07	2016/10	1	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0		140.047	140.047		140.000				280.047	
05	07	2016/10	2	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		400.000	400.000		545.000	122.050			1.067.050	
				Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																		
05	07	2016/12	1	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		15.000	5.000	10.000	50.000	65.000	80.000		210.000	
05	07	2016/12	2	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		15.000	5.000	10.000	50.000	65.000	80.000		210.000	
05	07	2016/12	3	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		101.020	91.020	10.000	170.000	180.000	170.000		621.020	
				Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																		
05	07	2016/13	1	Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		665.893	665.893						665.893	
05	07	2016/13	2	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000					6.000	
05	07	2016/13	3	Outros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000					6.000	
				Adaptação às Alterações Climáticas																		
05	07	2016/14	1	Ouros investimentos	02 070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		6.000	1.000	5.000	10.000	10.000			26.000	
Totais do Programa 07:													0	1.354.960	1.309.960	45.000	965.000	442.050	330.000	0	3.092.010	
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal do																						
05	10	2017/10		Aquisição de Equipamento Básico	02 070106	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500						500	
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02 070111	A	100		MP	01/2017	12/2017	0		500	500						500	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																								
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal do																								
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02	070113	O		100	MP	01/2017	12/2017	0											500
Totais do Programa 10:														0	1.500	1.500	0	0	0	0	0	0	0	1.500
Totais do Objetivo 05:														19.651.161	2.065.570	1.970.570	95.000	1.640.000	472.050	330.000	0	24.158.781		
Total Geral:														19.786.240	2.943.673	2.700.984	242.689	1.860.000	537.050	330.000	0	25.456.963		

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.5 Atividades Mais Relevantes

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)			
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																						
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																						
01 01	2015/3			Médio Tejo - Marketing Territorial																				
01 01	2015/3	1		Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo	02 020214	O		100		MP	01/2015	12/2017	4	8.303	19.373	19.373								27.676
01 01	2015/3	2		Seminários, exposições e similares	02 020216	O		100		MP	01/2017	12/2019	0		8.000	8.000		8.000	8.000					24.000
01 01	2015/3	3		Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2017	12/2019	0		3.500	3.500		3.500	3.500					10.500
01 01	2015/3	4		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100		MP	01/2017	12/2019	0		33.500	8.000	25.500	3.500	3.500					40.500
01 01	2017/1			Olimpiadas do Médio Tejo																				
01 01	2017/1	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		100		MP	01/2017	12/2019	0		3.690	3.690		3.000	3.690					10.380
01 01	2017/1	2		Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2017	12/2017	0		1.500	1.500								1.500
01 01	2017/1	3		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100		MP	01/2017	12/2017	0		8.080	8.080								8.080
01 01	2017/2			Rotas e Percursos em Património Natural																				
01 01	2017/2	1		Publicidade	02 020217	O		15	85	MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000								1.000
01 01	2017/2	2		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2016	12/2019	3	14.760	61.760	61.760		7.441	3.720					87.681
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede																				
01 01	2017/3	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		33.210	33.210		33.210	33.210					99.630
01 01	2017/3	3		Publicidade	02 020217	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		10.000	10.000		10.000	10.000					30.000
01 01	2017/3	4		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		30.000	30.000		10.000	10.000					50.000
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																				
01 01	2017/4	3		Locação de outros bens	02 020208	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		64.000	64.000		60.000	60.000					184.000
01 01	2017/4	4		Seguros	02 020212	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		16.000	16.000		15.000	15.000					46.000
01 01	2017/4	5		Deslocações e estadas	02 020213	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		32.000	32.000		30.000	30.000					92.000
01 01	2017/4	6		Publicidade	02 020217	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		20.000	20.000		20.000	20.000					60.000
01 01	2017/4	7		Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2017	12/2019	0		232.600	232.600		295.000	295.000					822.600
Totais do Programa 01:														23.063	578.213	552.713	25.500	498.651	495.620	0	0	1.595.547		
Totais do Objetivo 01:														23.063	578.213	552.713	25.500	498.651	495.620	0	0	1.595.547		
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																						
02 03		Promoção do Empreendedorismo																						
02 03	2016/1			Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																				
02 03	2016/1	1		Deslocações e estadas	02 020213	O		15	85	MP	01/2016	12/2017	0		8.463	8.463								8.463
02 03	2016/1	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2016	12/2018	0		109.142	109.142		62.779						171.921
02 03	2016/1	3		Prémios, condecorações e ofertas	02 020115	O		15	85	MP	01/2016	12/2018	0		4.320	4.320		4.320						8.640

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
02				Incorporar o valor na atividade empresarial																			
02	03			Promoção do Empreendedorismo																			
02	03	2016/1	4	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0	3.920	3.920		3.920					7.840	
02	03	2016/1	5	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0	19.853	19.853		9.428					29.281	
02	03	2016/1	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2018	0	25.917	25.917		25.917					51.834	
02	03	2017/5		Implementação do Plano de Acção																			
02	03	2017/5	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2017	0	750	750							750	
02	03	2017/5	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0	750	750							750	
Totais do Programa 03:														0	173.115	173.115	0	106.364	0	0	0	0	279.479
Totais do Objetivo 02:														0	173.115	173.115	0	106.364	0	0	0	0	279.479
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																			
03	01			Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03	01	2015/9	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2017	2	37.632	235.641	235.641						273.273	
03	01	2015/9	5	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0	3.075	3.075							3.075	
03	01	2015/9	6	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0	6.138	9.225	9.225						15.363	
03	01	2015/9	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2017	0	152.801	101.534	51.267						152.801	
03	01	2015/9	8	Serviços de saúde	02	020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2017	0	59.040	59.040							59.040	
Totais do Programa 01:														43.770	459.782	408.515	51.267	0	0	0	0	503.552	
03	03			Unidades Móveis de Saúde																			
03	03	2015/11		Unidades Móveis de Saúde																			
03	03	2015/11	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2017	0	3.250	3.250							3.250	
Totais do Programa 03:														0	3.250	3.250	0	0	0	0	0	3.250	
03	04			Médio Tejo Inclusivo																			
03	04	2016/4		Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social																			
03	04	2016/4	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	4	5.776	66.272	66.272	55.350	55.350				182.748	
03	04	2016/4	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	10.000	10.000		10.000	10.000				30.000	
03	04	2016/4	5	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	92.250	92.250		300.000	300.000				692.250	
03	04	2016/5		Fruição Cultural e Inclusão para Todos																			
03	04	2016/5	2	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	10.000	10.000		10.000	10.000				30.000	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)							
		Ano / Nº	Ação				2017				Anos seguintes																		
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)										
03															Promover a coesão e a qualidade de vida														
03 04															Médio Tejo Inclusivo														
03	04	2016/5	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		160.000	160.000		520.000	520.000			1.200.000							
03	04	2016/6		Envelhecimento Activo no Médio Tejo																									
03	04	2016/6	1	Seminários, exposições e similares.	02	020216	A	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		65.000	65.000		65.000	65.000			195.000							
03	04	2016/6	2	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		10.000	10.000		10.000	10.000			30.000							
03	04	2016/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0		130.000	130.000		410.000	295.000			835.000							
Totais do Programa 04:															5.776	543.522	543.522	0	1.380.350	1.265.350	0	0	3.194.998						
Totais do Objetivo 03:															49.546	1.006.554	955.287	51.267	1.380.350	1.265.350	0	0	3.701.800						
04															Consolidar a massa crítica urbana														
04 01															Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo														
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																									
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O	100		MP	01/2013	12/2019	4	2.029	2.970	2.970		2.970	2.970			10.939							
04	01	2015/12	6	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2012	12/2019	4	17.367	3.075	3.075		3.075	3.075			26.592							
04	01	2015/12	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2012	12/2019	4	114.661	143.220	143.220		113.220	103.220			474.321							
04	01	2015/12	9	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2011	12/2018	4	314.477	12.300	12.300		10.000				336.777							
04	01	2015/12	11	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2016	12/2019	0		1.230	1.230		1.230	1.230			3.690							
04	01	2017/6		Autoridade de Transportes																									
04	01	2017/6	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2017	3		31.560	31.560						31.560							
04	01	2017/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		30.750	30.750		10.000	10.000			50.750							
Totais do Programa 01:															448.534	225.105	225.105	0	140.495	120.495	0	0	934.629						
04 02															Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo														
04	02	2015/15		Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																									
04	02	2015/15	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2017	0		1.000	1.000						1.000							
04	02	2015/15	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000						1.000							
04	02	2015/15	3	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2017	12/2017	0		1.000	1.000						1.000							
04	02	2015/15	4	Prémios, condecorações e ofertas	02	020115	O	100		MP	01/2017	12/2018	0			100	100		10.000			10.100							
Totais do Programa 02:															0	3.100	3.100	0	10.000	0	0	0	13.100						
04 03															Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos														
04	03	2015/16		Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes																									

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2017			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04	03			Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																		
04	03	2015/16	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100	MP	01/2016	12/2017	0		12.300	12.300							12.300
04	03	2015/16	2	Conservação e reparação	02	020203	O	100	MP	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000							1.000
04	03	2015/16	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100	MP	01/2017	12/2018	0		2.500	2.500		1.500					4.000
04	03	2017/7		Candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo																		
04	03	2017/7	1	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100	MP	01/2017	12/2018	0		8.389	2.936	5.453	20.575					28.964
04	03	2017/7	2	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100	MP	01/2017	12/2018	0		2.968	594	2.374	8.424					11.392
04	03	2017/7	3	Outros Serviços	02	020225	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		322.163	66.217	255.946						322.163
Totais do Programa 03:													0	349.320	85.547	263.773	30.499	0	0	0	0	379.819
Totais do Objetivo 04:													448.534	577.525	313.752	263.773	180.994	120.495	0	0	0	1.327.548
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05	01			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05	01	2015/17		Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05	01	2015/17	1	Saúde no trabalho	02	020222	O	100	MP	01/2015	12/2018			825	540	540	540					1.905
05	01	2015/17	2	Segurança e higiene no trabalho	02	020222	O	100	MP	01/2015	12/2018			196	300	300	300					796
05	01	2015/17	3	Conservação e reparação	02	020203	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		250	250							250
05	01	2015/17	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100	MP	01/2017	12/2017	0		500	500							500
Totais do Programa 01:													1.021	1.590	1.590	0	840	0	0	0	0	3.451
05	02			Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Moni																		
05	02	2015/18		Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização																		
05	02	2015/18	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100	MP	01/2013	12/2023	3		64.707	43.825	43.825	10.000					118.532
05	02	2015/18	2	Publicidade	02	020217	O	100	MP	01/2017	12/2018	0		1.000	1.000		1.000					2.000
Totais do Programa 02:													64.707	44.825	44.825	0	11.000	0	0	0	0	120.532
05	04			Modernização Administrativa no Médio Tejo																		
05	04	2016/7		Modernização Administrativa - CIMT																		
05	04	2016/7	4	Assistência técnica	02	020219	O	100	MP	01/2016	08/2018	3		28.035	50.000	50.000	30.000					108.035
05	04	2016/7	5	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100	MP	01/2016	12/2017	0		1.000	1.000							1.000
05	04	2017/8		Integração e Partilha de Serviços																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2017			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																						
05	04	2017/8	1	Central de compras - Locação de plataforma	02 020208	O	100			MP	01/2011	12/2018	4	16.398	27.000	27.000		27.000				70.398
05	04	2017/8	2	Central de compras - Consultadoria	02 020214	O	100			MP	01/2011	12/2018	4	4.100	6.600	6.600		6.600				17.300
05	04	2017/8	5	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		20.000	20.000		20.000				40.000
05	04	2017/8	6	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85		MP	01/2017	12/2018	0		76.000	1.000	75.000	1.000				77.000
Totais do Programa 04:													48.533	180.600	105.600	75.000	84.600	0	0	0	313.733	
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2015/35		Apoio Técnico Especializado	02 020219	O	100			MP	01/2015	12/2019	0		6.000	1.000	5.000					6.000
05	07	2016/12		Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																		
05	07	2016/12	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		43.520	38.520	5.000	105.680	30.000	25.000		204.200
05	07	2016/13		Gestão Integrada de protecção Civil e Florestas																		
05	07	2016/13	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2016	12/2020	0		2.000	1.000	1.000					2.000
05	07	2016/14		Adaptação às Alterações Climáticas																		
05	07	2016/14	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		150.000	110.000	40.000	130.000	5.000			285.000
05	07	2016/14	3	Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		2.500	1.500	1.000	500				3.000
05	07	2016/14	4	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85		MP	01/2017	12/2020	0		2.500	1.500	1.000	500				3.000
Totais do Programa 07:													0	206.520	153.520	53.000	236.680	35.000	25.000	0	503.200	
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																						
05	09	2015/37		Formação da Administração Local																		
05	09	2015/37	1	Monitoragem	02 020225	O			100	MP	01/2015	12/2018	0	18.967	43.430	43.430						62.397
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02 020213	O			100	MP	01/2015	12/2018	0	983	10.858	10.858						11.841
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02 020220	O			100	MP	01/2015	12/2018			4.000	4.000						4.000
05	09	2015/37	4	Publicidade	02 020217	O			100	MP	01/2015	12/2018			1.000	1.000						1.000
05	09	2015/37	5	Outros bens	02 020121	O			100	MP	01/2015	12/2018			750	750						750
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																		
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02 040802	O		8	92	MP	01/2015	12/2017		18.824	32.000	32.000						50.824
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02 020216	O		50	50	MP	01/2015	12/2018			2.500	2.500						2.500
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02 020225	O		100		MP	01/2016	12/2017	0		102.760	102.760						102.760
05	09	2017/9		Formação de Projetos Intermunicipais																		
05	09	2017/9	1	Monitoragem	02 020225	O			100	MP	01/2017	12/2017	0		8.820	8.820						8.820
05	09	2017/9	2	Deslocações e estadas	02 020213	O			100	MP	01/2017	12/2017	0		2.205	2.205						2.205

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2017

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N°	Ação				2017				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)	Outros (h)				
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																							
05	09	2017/9	3	Outros trabalhos especializados	02 020220	O		100		MP	01/2017	12/2017	0	2.000	2.000						2.000		
05	09	2017/9	4	Publicidade	02 020217	O		100		MP	01/2017	12/2017	0	500	500						500		
05	09	2017/9	5	Outros bens	02 020121	O		100		MP	01/2017	12/2017	0	500	500						500		
Totais do Programa 09:														38.774	211.323	211.323	0	0	0	0	0	0	250.097
Totais do Objetivo 05:														153.035	644.858	516.858	128.000	333.120	35.000	25.000	0	1.191.013	
Total Geral:														674.178	2.980.265	2.511.725	468.540	2.499.479	1.916.465	25.000	0	8.095.387	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.6 Orçamento - Resumo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2017

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	3.648.389		Correntes	3.554.490	
Capital	2.608.685		Capital	2.702.584	
Total:		6.257.074	Total:		6.257.074
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		6.257.074	Total Geral:		6.257.074

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.7 Orçamento da Receita e da Despesa

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	20.000
	Total do Capítulo Económico 05:	20.000
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030106	Fundo Eficiência Energética	100
06030199	Outras	228.450
060306	Estado - Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	785.419
06030602	Fundo Social Europeu	1.085.852
06030603	Fundo de Coesão	155.700
06030699	Outros Fundos	1.000
060307	Serviços e fundos autónomos	100
0605	Administração local	
060501	Continente - Autarquias	1.355.068
	Total do Capítulo Económico 06:	3.611.689
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	100
070199	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020999	Outros	15.000
	Total do Capítulo Económico 07:	15.300
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	100
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100
08019903	IVA reembolsado	1.000
08019904	IVA Inversão da liquidação	100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019999	Diversas	100
	Total do Capítulo Económico 08:	1.400
	Total das Receitas Correntes:	3.648.389
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030199	Outras	34.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	944.063
10030702	Fundo Social Europeu	131.786
10030703	Fundo de Coesão	1.027.599
10030799	Outros Fundos	1.000
1005	Administração local	
100501	Continente - Autarquias	470.237
	Total do Capítulo Económico 10:	2.608.685
	Total das Receitas de Capital:	2.608.685
	Total do Orçamento da Receita:	6.257.074

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Assembleia Intermunicipal	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	5.000
	Total do Capítulo Económico 01:	5.000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	1.000
	Total do Capítulo Económico 02:	1.000
	Total das Despesas Correntes:	6.000
	Total do Capítulo Orgânico 01:	6.000
02	Comunidade Intermunicipal	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em Funções	170.000
02 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	14.500
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	140.000
02 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	10.000
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	
02 01010901	Nomeação	115.000
02 01010902	Outros	500
02 010111	Representação	13.000
02 010113	Subsidio de refeição	
02 01011301	Pessoal dos quadros	11.500
02 01011302	Pessoal contratado a termo	10.500
02 01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	
02 01011401	Pessoal dos quadros	30.000
02 01011402	Pessoal contratado a termo	28.000
02 01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	10

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010204	Ajudas de custo	3.500
02	010205	Abono para falhas	1.050
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.600
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	10.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500
02	0103050202	Regime Geral	107.500
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	6.000
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500
Total do Capítulo Económico 01:			742.660
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	10
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	10
02	02010202	Gasóleo	9.000
02	02010299	Outros	50
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	10
02	020104	Limpeza e higiene	360
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	10
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	10
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50
02	020108	Material de escritório	4.685
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	10
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50
02	020111	Material de consumo clínico	360
02	020112	Material de transporte-Peças	10
02	020113	Material de consumo hoteleiro	10
02	020114	Outro material-Peças	10

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	4.430
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	10
02	02011602	Electricidade	10
02	02011603	Outras	10
02	020117	Ferramentas e utensílios	360
02	020118	Livros e documentação técnica	100
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50
02	020121	Outros bens	6.250
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	65.000
02	020202	Limpeza e higiene	13.000
02	020203	Conservação de bens	36.250
02	020204	Locação de edifícios	3.000
02	020205	Locação de material de informática	10
02	020206	Locação de material de transporte	6.000
02	020208	Locação de outros bens	91.500
02	020209	Comunicações	37.970
02	020210	Transportes	4.000
02	020211	Representação dos serviços	250
02	020212	Seguros	20.000
02	020213	Deslocações e estadas	58.526
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	748.183
02	020215	Formação	2.000
02	020216	Seminários, exposições e similares	89.211
02	020217	Publicidade	141.653
02	020218	Vigilância e segurança	2.000
02	020219	Assistência técnica	66.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	1.048.205
02	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	10
02	020222	Serviços de saúde	59.880
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	10
02	020225	Outros serviços	231.327
		Total do Capítulo Económico 02:	2.750.050
02	03	Juros e outros encargos	
02	0303	Juros de locação financeira	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	030305	Material de transporte	10
02	030308	Outros investimentos	10
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	10
02	0306	Outros encargos financeiros	
02	030601	Outros encargos financeiros	10
Total do Capítulo Económico 03:			40
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	040102	Privadas	10
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	10
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10
02	0404	Administração regional	
02	040401	Região Autónoma dos Açores	10
02	040402	Região Autónoma da Madeira	10
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	2.000
02	04050102	Freguesias	10
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	04050104	Associações de municípios	10
02	04050105	Associações de freguesias	10
02	04050106	Regiões de turismo	10
02	04050107	Assembleias distritais	10
02	04050108	Outros	10
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10
02	040602	Outras transferências	10
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	10
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	32.010
Total do Capítulo Económico 04:			34.170
02	05	Subsídios	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	05010102	Outras	10
02	050103	Privadas	10
02	0508	Famílias	
02	050803	Outras	10
Total do Capítulo Económico 05:			40
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	10
02	060202	Activos incorpóreos	10
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	1.000
02	06020302	IVA pago	5.000
02	06020303	Diferenças de câmbio	10
02	06020304	Serviços bancários	500
02	06020305	Outras	15.000
Total do Capítulo Económico 06:			21.530
Total das Despesas Correntes:			3.548.490
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070103	Edifícios	
02	07010307	Outros	7.000
02	070106	Material de transporte	349.044
02	070107	Equipamento de informática	343.500
02	070108	Software informático	337.237
02	070109	Equipamento administrativo	3.075
02	070111	Ferramentas e utensílios	500
02	070113	Investimentos incorpóreos	500
02	070115	Outros investimentos	1.660.128
Total do Capítulo Económico 07:			2.700.984
02	08	Transferências de capital	
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	080101	Públicas	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2017 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
02 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.600
	Total do Capítulo Económico 08:	1.600
	Total das Despesas de Capital:	2.702.584
	Total do Capítulo Orgânico 02:	6.251.074
	Total do Orçamento da Despesa:	6.257.074

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2017

Receitas	Montante
01 Impostos directos	
02 Impostos indirectos	
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	
05 Rendimentos da propriedade	20.000
06 Transferências correntes	3.611.689
07 Venda de bens e serviços correntes	15.300
08 Outras receitas correntes	1.400
Total das Receitas Correntes	3.648.389
09 Venda de bens de investimento	
10 Transferências de capital	2.608.685
11 Activos financeiros	
12 Passivos financeiros	
13 Outras receitas de capital	
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	2.608.685

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	747.660
02 Aquisição de bens e serviços	2.751.050
03 Juros e outros encargos	40
04 Transferências correntes	34.170
05 Subsídios	40
06 Outras despesas correntes	21.530
Total das Despesas Correntes	3.554.490
07 Aquisição de bens de capital	2.700.984
08 Transferências de capital	1.600
09 Activos financeiros	
10 Passivos financeiros	
11 Outras despesas de capital	
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	2.702.584

Total das Receitas: 6.257.074

Total das Despesas: 6.257.074

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

6.9 Orçamento - Resumo por Classificação Económica

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	747.660,00
0101	Remunerações certas e permanentes	584.300,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	184.500,00
01010401	Pessoal em Funções	170.000,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	14.500,00
010106	Pessoal contratado a termo	150.000,00
01010601	Pessoal em funções	140.000,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	10.000,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	115.500,00
01010901	Nomeação	115.000,00
01010902	Outros	500,00
010111	Representação	13.000,00
010113	Subsidio de refeição	28.500,00
01011301	Pessoal dos quadros	11.500,00
01011302	Pessoal contratado a termo	10.500,00
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	78.000,00
01011401	Pessoal dos quadros	30.000,00
01011402	Pessoal contratado a termo	28.000,00
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	11.660,00
010202	Horas extraordinárias	10,00
010204	Ajudas de custo	3.500,00
010205	Abono para falhas	1.050,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00
010213	Outros suplementos e prémios	5.000,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.600,00
0103	Segurança social	151.700,00
010301	Encargos com a saúde	10.000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00
010305	Contribuições para a segurança social	133.200,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	133.000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500,00
0103050202	Regime Geral	107.500,00
010309	Seguros	6.200,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	6.000,00
01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00
010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00
01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00
02	Aquisição de bens e serviços	2.751.050,00
0201	Aquisição de bens	26.065,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	10,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	9.060,00
02010201	Gasolina	10,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
02010202	Gasóleo	9.000,00
02010299	Outros	50,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	10,00
020104	Limpeza e higiene	360,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	10,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	10,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00
020108	Material de escritório	4.685,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	10,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00
020111	Material de consumo clínico	360,00
020112	Material de transporte-Peças	10,00
020113	Material de consumo hoteleiro	10,00
020114	Outro material-Peças	10,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	4.430,00
020116	Mercadorias para venda	30,00
02011601	Água	10,00
02011602	Electricidade	10,00
02011603	Outras	10,00
020117	Ferramentas e utensílios	360,00
020118	Livros e documentação técnica	100,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	50,00
020121	Outros bens	6.250,00
0202	Aquisição de serviços	2.724.985,00
020201	Encargos das instalações	65.000,00
020202	Limpeza e higiene	13.000,00
020203	Conservação de bens	36.250,00
020204	Locação de edifícios	3.000,00
020205	Locação de material de informática	10,00
020206	Locação de material de transporte	6.000,00
020208	Locação de outros bens	91.500,00
020209	Comunicações	37.970,00
020210	Transportes	4.000,00
020211	Representação dos serviços	250,00
020212	Seguros	20.000,00
020213	Deslocações e estadas	59.526,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	748.183,00
020215	Formação	2.000,00
020216	Seminários, exposições e similares	89.211,00
020217	Publicidade	141.653,00
020218	Vigilância e segurança	2.000,00
020219	Assistência técnica	66.000,00
020220	Outros trabalhos especializados	1.048.205,00
020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	10,00
020222	Serviços de saúde	59.880,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	10,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
020225	Outros serviços	231.327,00
03	Juros e outros encargos	40,00
0303	Juros de locação financeira	20,00
030305	Material de transporte	10,00
030308	Outros investimentos	10,00
0305	Outros juros	10,00
030502	Outros	10,00
0306	Outros encargos financeiros	10,00
030601	Outros encargos financeiros	10,00
04	Transferências correntes	34.170,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00
040101	Públicas	10,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
040102	Privadas	10,00
0403	Administração central	20,00
040301	Estado	10,00
040305	Serviços e fundos autónomos	10,00
0404	Administração regional	20,00
040401	Região Autónoma dos Açores	10,00
040402	Região Autónoma da Madeira	10,00
0405	Administração local	2.070,00
040501	Continente	2.070,00
04050101	Municípios	2.000,00
04050102	Freguesias	10,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
04050104	Associações de municípios	10,00
04050105	Associações de freguesias	10,00
04050106	Regiões de turismo	10,00
04050107	Assembleias distritais	10,00
04050108	Outros	10,00
0406	Segurança social	20,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00
040602	Outras transferências	10,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	10,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	10,00
0408	Famílias	32.010,00
040802	Outras	32.010,00
05	Subsídios	40,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00
050101	Públicas	20,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
05010102	Outras	10,00
050103	Privadas	10,00
0508	Famílias	10,00
050803	Outras	10,00
06	Outras despesas correntes	21.530,00
0602	Diversas	21.530,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2017)

Económica	Designação	Dotação
060201	Impostos e taxas	10,00
060202	Activos incorpóreos	10,00
060203	Outras	21.510,00
06020301	Outras restituições	1.000,00
06020302	IVA pago	5.000,00
06020303	Diferenças de câmbio	10,00
06020304	Serviços bancários	500,00
06020305	Outras	15.000,00
	Total das Despesas Correntes:	3.554.490,00
07	Aquisição de bens de capital	2.700.984,00
0701	Investimentos	2.700.984,00
070103	Edifícios	7.000,00
07010307	Outros	7.000,00
070106	Material de transporte	349.044,00
070107	Equipamento de informática	343.500,00
070108	Software informático	337.237,00
070109	Equipamento administrativo	3.075,00
070111	Ferramentas e utensílios	500,00
070113	Investimentos incorpóreos	500,00
070115	Outros investimentos	1.660.128,00
08	Transferências de capital	1.600,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	1.600,00
080101	Públicas	1.600,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.600,00
	Total das Despesas de Capital:	2.702.584,00
	Total do Orçamento da Despesa:	6.257.074,00

**6.10 Orçamento - Resumo por Classificação
Orgânica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2017)

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Assembleia Intermunicipal	6.000,00	0,00	6.000,00
02	Comunidade Intermunicipal	3.548.490,00	2.702.584,00	6.251.074,00
	Total Geral:	3.554.490,00	2.702.584,00	6.257.074,00

6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Assembleia Intermunicipal	6.000,00	0,00	6.000,00
01		DESPESAS CORRENTES	6.000,00	0,00	6.000,00
01	01	Despesas com o pessoal	5.000,00	0,00	5.000,00
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	5.000,00	0,00	5.000,00
01	010213	Outros suplementos e prémios	5.000,00	0,00	5.000,00
01	02	Aquisição de bens e serviços	1.000,00	0,00	1.000,00
01	0202	Aquisição de serviços	1.000,00	0,00	1.000,00
01	020213	Deslocações e estadas	1.000,00	0,00	1.000,00
02		Comunidade Intermunicipal	1.038.365,00	5.212.709,00	6.251.074,00
02		DESPESAS CORRENTES	1.036.765,00	2.511.725,00	3.548.490,00
02	01	Despesas com o pessoal	742.660,00	0,00	742.660,00
02	0101	Remunerações certas e permanentes	584.300,00	0,00	584.300,00
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	184.500,00	0,00	184.500,00
02	01010401	Pessoal em Funções	170.000,00	0,00	170.000,00
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	14.500,00	0,00	14.500,00
02	010106	Pessoal contratado a termo	150.000,00	0,00	150.000,00
02	01010601	Pessoal em funções	140.000,00	0,00	140.000,00
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	10.000,00	0,00	10.000,00
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300,00	0,00	12.300,00
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	115.500,00	0,00	115.500,00
02	01010901	Nomeação	115.000,00	0,00	115.000,00
02	01010902	Outros	500,00	0,00	500,00
02	010111	Representação	13.000,00	0,00	13.000,00
02	010113	Subsídio de refeição	28.500,00	0,00	28.500,00
02	01011301	Pessoal dos quadros	11.500,00	0,00	11.500,00
02	01011302	Pessoal contratado a termo	10.500,00	0,00	10.500,00
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6.500,00	0,00	6.500,00
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	78.000,00	0,00	78.000,00
02	01011401	Pessoal dos quadros	30.000,00	0,00	30.000,00
02	01011402	Pessoal contratado a termo	28.000,00	0,00	28.000,00
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20.000,00	0,00	20.000,00
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00	0,00	2.500,00
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	6.660,00	0,00	6.660,00
02	010202	Horas extraordinárias	10,00	0,00	10,00
02	010204	Ajudas de custo	3.500,00	0,00	3.500,00
02	010205	Abono para falhas	1.050,00	0,00	1.050,00
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00	0,00	500,00
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1.600,00	0,00	1.600,00
02	0103	Segurança social	151.700,00	0,00	151.700,00
02	010301	Encargos com a saúde	10.000,00	0,00	10.000,00
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00	0,00	800,00
02	010305	Contribuições para a segurança social	133.200,00	0,00	133.200,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00	0,00	200,00
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	133.000,00	0,00	133.000,00
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	25.500,00	0,00	25.500,00
02	0103050202	Regime Geral	107.500,00	0,00	107.500,00
02	010309	Seguros	6.200,00	0,00	6.200,00
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	6.000,00	0,00	6.000,00
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00	0,00	200,00
02	010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00	0,00	1.500,00
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00	0,00	1.500,00
02	02	Aquisição de bens e serviços	270.325,00	2.479.725,00	2.750.050,00
02	0201	Aquisição de bens	20.395,00	5.670,00	26.065,00
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	10,00	0,00	10,00
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	9.060,00	0,00	9.060,00
02	02010201	Gasolina	10,00	0,00	10,00
02	02010202	Gasóleo	9.000,00	0,00	9.000,00
02	02010299	Outros	50,00	0,00	50,00
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	10,00	0,00	10,00
02	020104	Limpeza e higiene	360,00	0,00	360,00
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	10,00	0,00	10,00
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	10,00	0,00	10,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00	0,00	50,00
02	020108	Material de escritório	4.685,00	0,00	4.685,00
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	10,00	0,00	10,00
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00	0,00	50,00
02	020111	Material de consumo clínico	360,00	0,00	360,00
02	020112	Material de transporte-Peças	10,00	0,00	10,00
02	020113	Material de consumo hoteleiro	10,00	0,00	10,00
02	020114	Outro material-Peças	10,00	0,00	10,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	10,00	4.420,00	4.430,00
02	020116	Mercadorias para venda	30,00	0,00	30,00
02	02011601	Água	10,00	0,00	10,00
02	02011602	Electricidade	10,00	0,00	10,00
02	02011603	Outras	10,00	0,00	10,00
02	020117	Ferramentas e utensílios	360,00	0,00	360,00
02	020118	Livros e documentação técnica	100,00	0,00	100,00
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00	0,00	200,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50,00	0,00	50,00
02	020121	Outros bens	5.000,00	1.250,00	6.250,00
02	0202	Aquisição de serviços	249.930,00	2.474.055,00	2.723.985,00
02	020201	Encargos das instalações	65.000,00	0,00	65.000,00
02	020202	Limpeza e higiene	13.000,00	0,00	13.000,00
02	020203	Conservação de bens	35.000,00	1.250,00	36.250,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	020204	Locação de edifícios	3.000,00	0,00	3.000,00
02	020205	Locação de material de informática	10,00	0,00	10,00
02	020206	Locação de material de transporte	6.000,00	0,00	6.000,00
02	020208	Locação de outros bens	500,00	91.000,00	91.500,00
02	020209	Comunicações	35.000,00	2.970,00	37.970,00
02	020210	Transportes	4.000,00	0,00	4.000,00
02	020211	Representação dos serviços	250,00	0,00	250,00
02	020212	Seguros	4.000,00	16.000,00	20.000,00
02	020213	Deslocações e estadas	5.000,00	53.526,00	58.526,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	2.000,00	746.183,00	748.183,00
02	020215	Formação	2.000,00	0,00	2.000,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	50,00	89.161,00	89.211,00
02	020217	Publicidade	40.000,00	101.653,00	141.653,00
02	020218	Vigilância e segurança	2.000,00	0,00	2.000,00
02	020219	Assistência técnica	15.000,00	51.000,00	66.000,00
02	020220	Outros trabalhos especializados	8.000,00	1.040.205,00	1.048.205,00
02	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	10,00	0,00	10,00
02	020222	Serviços de saúde	0,00	59.880,00	59.880,00
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	10,00	0,00	10,00
02	020225	Outros serviços	10.100,00	221.227,00	231.327,00
02	03	Juros e outros encargos	40,00	0,00	40,00
02	0303	Juros de locação financeira	20,00	0,00	20,00
02	030305	Material de transporte	10,00	0,00	10,00
02	030308	Outros investimentos	10,00	0,00	10,00
02	0305	Outros juros	10,00	0,00	10,00
02	030502	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0306	Outros encargos financeiros	10,00	0,00	10,00
02	030601	Outros encargos financeiros	10,00	0,00	10,00
02	04	Transferências correntes	2.170,00	32.000,00	34.170,00
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00	0,00	20,00
02	040101	Públicas	10,00	0,00	10,00
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	040102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0403	Administração central	20,00	0,00	20,00
02	040301	Estado	10,00	0,00	10,00
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10,00	0,00	10,00
02	0404	Administração regional	20,00	0,00	20,00
02	040401	Região Autónoma dos Açores	10,00	0,00	10,00
02	040402	Região Autónoma da Madeira	10,00	0,00	10,00
02	0405	Administração local	2.070,00	0,00	2.070,00
02	040501	Continente	2.070,00	0,00	2.070,00
02	04050101	Municípios	2.000,00	0,00	2.000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	04050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	04050104	Associações de municípios	10,00	0,00	10,00
02	04050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	04050107	Assembleias distritais	10,00	0,00	10,00
02	04050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0406	Segurança social	20,00	0,00	20,00
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00	0,00	10,00
02	040602	Outras transferências	10,00	0,00	10,00
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	10,00	0,00	10,00
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	10,00	0,00	10,00
02	0408	Famílias	10,00	32.000,00	32.010,00
02	040802	Outras	10,00	32.000,00	32.010,00
02	05	Subsídios	40,00	0,00	40,00
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00	0,00	30,00
02	050101	Públicas	20,00	0,00	20,00
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	05010102	Outras	10,00	0,00	10,00
02	050103	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0508	Famílias	10,00	0,00	10,00
02	050803	Outras	10,00	0,00	10,00
02	06	Outras despesas correntes	21.530,00	0,00	21.530,00
02	0602	Diversas	21.530,00	0,00	21.530,00
02	060201	Impostos e taxas	10,00	0,00	10,00
02	060202	Activos incorpóreos	10,00	0,00	10,00
02	060203	Outras	21.510,00	0,00	21.510,00
02	06020301	Outras restituições	1.000,00	0,00	1.000,00
02	06020302	IVA pago	5.000,00	0,00	5.000,00
02	06020303	Diferenças de câmbio	10,00	0,00	10,00
02	06020304	Serviços bancários	500,00	0,00	500,00
02	06020305	Outras	15.000,00	0,00	15.000,00
02		DESPESAS DE CAPITAL	1.600,00	2.700.984,00	2.702.584,00
02	07	Aquisição de bens de capital	0,00	2.700.984,00	2.700.984,00
02	0701	Investimentos	0,00	2.700.984,00	2.700.984,00
02	070103	Edifícios	0,00	7.000,00	7.000,00
02	07010307	Outros	0,00	7.000,00	7.000,00
02	070106	Material de transporte	0,00	349.044,00	349.044,00
02	070107	Equipamento de informática	0,00	343.500,00	343.500,00
02	070108	Software informático	0,00	337.237,00	337.237,00
02	070109	Equipamento administrativo	0,00	3.075,00	3.075,00
02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	500,00	500,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2017

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	070113	Investimentos incorpóreos	0,00	500,00	500,00
02	070115	Outros investimentos	0,00	1.660.128,00	1.660.128,00
02	08	Transferências de capital	1.600,00	0,00	1.600,00
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	1.600,00	0,00	1.600,00
02	080101	Públicas	1.600,00	0,00	1.600,00
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.600,00	0,00	1.600,00
Total geral:			1.044.365,00	5.212.709,00	6.257.074,00

ORGÃO EXECUTIVO
 Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de de
